

N.º 01

1990

RESGATE

R E V I S T A
INTERDISCIPLINAR DE CULTURA
DO CENTRO DE MEMÓRIA UNICAMP



ICONOGRAFIA E HISTÓRIA ▲ A IDÉIA DE BRASIL MODERNO ▲ DA NECESSIDADE DO DIABO ▲ OS HOMENS E SUAS PONTES ▲ DE HERÓDOTO AO GRAVADOR ▲ AS OBRAS DO QUARTEL DE VOLUNTÁRIOS DE SÃO PAULO EM 1791 ▲ CINCO CARTAS DE AMOR DE UM SODOMITA DO SÉCULO XVII ▲ INCONFIDÊNCIA MINEIRA ▲ ABOLIÇÃO ▲ REPÚBLICA



PAPYRUS

APRESENTAÇÃO

Com certa dose de boa vontade, é possível até que o leitor concorde com este editor, afinal, para se fazer uma revista é preciso homens e idéias. Bem, mas preciso é, também, atentar para outros detalhes...

Sem papel e tinta, máquinas e merchandising que significam "dinheiro", e principalmente o alvo principal que é o leitor, por mais que seja vária — artesanal ou eletrônica — a forma e a técnica de compor e imprimir, de divulgar e distribuir, sem homens e idéias, nada feito. Sem uma e outra não se chega a essa ágil maneira de periodicamente veicular informações, socializar o conhecimento e com ele o saber e a competência, de levantar problemas e/ou oferecer soluções; de seduzido pela emoção, levar à perplexidade ou à revolta; ao sentimento de historicidade ou ao devaneio. Não se concretiza o projeto se esses pré-requisitos não forem atendidos.

De tudo isto e muito mais pode ser capaz uma revista: de confraternizar os contrários ou provocar uma batalha, criar ou derruir preconceitos e instituições, produzir movimentos de opinião ou conseguir dar forma e fundo a uma filosofia. À sua volta, há ainda espaço para descontrair-se, ter estranhas ou conhecidas sensações, descobrir-se e descobrir o outro.

A que veio então *Resgate*? A uma proposta de cultura. Para chegarmos até ela foi preciso uma instituição — a UNICAMP — e nela um espaço que lograsse conferir à sua prática do cotidiano, uma nova experiência de interdisciplinaridade acadêmica, o *Centro de Memória*.

Acontece que a postura bem comportada da Academia e até mesmo a irreverência de seus membros mais irriquietos — os estudantes — não estão livres de se tornarem monocórdios para os que circulam fora dos seus muros.

Há mais gente lá fora nos olhando e que muito esperam de nós. E para com eles dialogarmos, os nossos aventais brancos, o nosso saber institucionalizado, as nossas

técnicas de produzir e transmitir conhecimento nem sempre funcionam. Da arrogância à ousadia, a universidade passa por amplo espectro de cacoetes, que nos levam a falar sem ser ouvidos, a fazer sem convencer.

Em que medida é possível ultrapassar a densa barreira de incomunicabilidade? *Resgate* veio a isso. Sua tarefa: abrir espaço para o debate que não se cadencie apenas pela pulsão acadêmica. Não dá mais para esperar acontecer.

Para o nosso gosto, este primeiro número está ainda muito canônico. Entretanto, serve ao propósito de dar o impulso inicial. Nos próximos números, iniciaremos uma série de entrevistas com intelectuais e homens públicos. Está em nosso projeto também a publicação de números especiais, de "mesas-redondas" sobre temas atuais de interesse para a sociedade brasileira. A revista será aberta à colaboração estrangeira.

* * *

Entre a hesitação natural e a ousadia é que nos lançamos a esta arriscada empresa de produzir uma revista.

A soma e a qualificação científica, literária e artística dos trabalhos que vêm sendo diretamente produzidos ou estimulados através da utilização dos seus serviços, pelo Centro de Memória — UNICAMP, desde a sua criação, sentem pesar sobre si a necessidade de um veículo de divulgação, de alto nível, que intercambie e promova a circulação de idéias, experiências e resultados, bem como represente um novo espaço criativo para o debate e propostas interdisciplinares sobre a política cultural e científica para a sociedade brasileira nas áreas de ciências humanas, letras e artes.

A natureza interdisciplinar do CMU permite-nos contemplar ampla área da cultura, o que poderia ser menos fácil se vinculado a uma única unidade convencional de ensino e pesquisa — quando muitas vezes, somos obrigados a perfilar-nos apenas pelo currículo dos seus cursos ou estrutura, mesmo porque nossa proposta é ampla e abrangente, pretendendo integrar o que a cultura produz extramuros da universidade e o que é gerado no campus.

Nesse sentido, dentro da projeção que a UNICAMP conseguiu pelo avanço inovador e pela alta qualidade da sua produção, julgamos que naturalmente o CMU pode ser um dos veículos ideais para a divulgação dessa produção, interagindo com o que se faz lá fora e que é essencial para a universidade.

O que pretendemos — ou em última análise vamos perseguir — é resgatar para a universidade um debate crítico, mais atual e comprometido, que fuja ao discurso acadêmico convencional, que nesse sentido fica muitas vezes distanciado das grandes questões que a sociedade brasileira enfrenta e que devem ser naturalmente objeto das ciências humanas, das artes e das letras.

Publicações fora dos circuitos acadêmicos é que têm, meritoriamente, abrigado esse debate. Dele pretendemos participar ativamente, competindo inclusive com o que se faz fora da universidade ao atingir um público que nem sempre é por ela acolhido.

ICONOGRAFIA E HISTÓRIA

Ciro Flamarion S. Cardoso

(Universidade Federal Fluminense)

1. Introdução

A iconografia penetrou nas obras de História primeiro na forma de ilustrações — às vezes abundantes, pertinentes, bem escolhidas e dotadas de legendas adequadas. Não é este, porém, o uso que aqui me interessa: quero abordar, por um lado, o emprego sistemático da iconografia como *fonte* para a História; por outro lado, a transformação da iconografia em *objeto* de História.

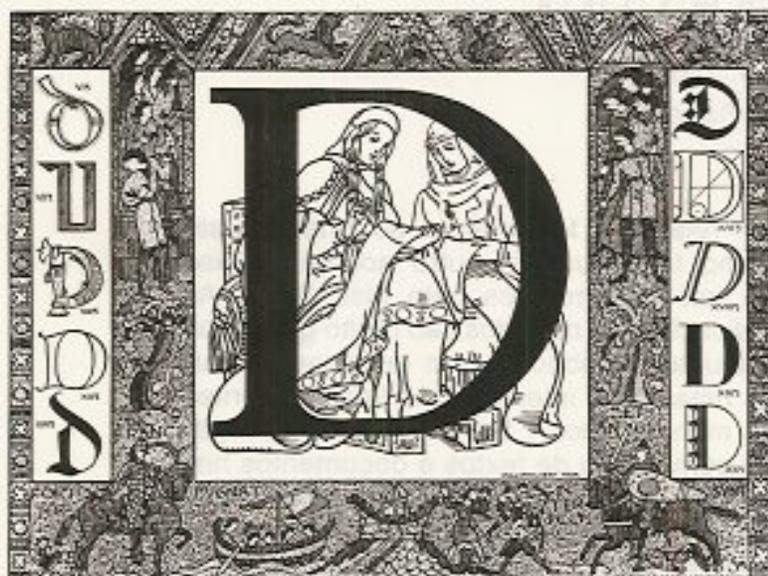
Se se acompanhar a presença, nas últimas décadas, da preocupação com as fontes iconográficas e seu manejo em História nos manuais franceses — que escolho por estar mais familiarizado com a historiografia que refletem normativamente (sempre *a posteriori*, é claro) — algumas constatações serão possíveis.

O ambicioso volume compilado por Charles Samaran, publicado em 1961, dedica ao assunto dois capítulos curtos,

um relativo a fotografia e ao cinema visto como testemunhos, outro acerca do uso de tais testemunhos pelo historiador. As indicações de métodos são muito genéricas e ajudariam pouco quem quisesse apoiar-se nelas para interrogar os tipos de fontes ali mencionados¹. Em 1969, ao se ocupar do comentário de textos e documentos históricos, André Nouschi incluiu uma pequena seção que trata das plantas e dos mapas antigos, isto porque, depois de décadas de uso de tais documentos por historiadores franceses — em parte devido a longo e frutífero contacto com a Geografia Humana — já era prática freqüente na França a inclusão deles em certos concursos de História². Alguns anos depois, em 1974, numa obra em três tomos que é uma espécie de manifesto do que se costuma chamar de Nova História, foi reproduzido o artigo sobre o cinema como fonte que Marc Ferro publicara um ano antes no *Annales*. O texto é provido de indicações de método bem mais específicas e relevantes do que as contidas nos capítulos de Georges Sadoul que cons-

1. Georges Sadoul, "Photographie et cinématographe" e Georges Sadoul, "Témoignages photographiques et cinématographiques", in Charles Samaran (org.), *L'histoire et ses méthodes*. Encyclopédie de la Pléiade, Paris, Gallimard, 1961, pp. 771-782, 1390-1410.
2. André Nouschi, *Le commentaire de textes et de documents historiques*, Paris, Fernand Nathan, 1969, pp.36-47.

tam do livro organizado por Samaran³. Embora mais inclusivo, o verbete *imagem*, também redigido por Ferro, que aparece em outro manifesto da mesma tendência, uma enciclopédia publicada em 1978 concede maior espaço à fotografia e ao cinema — fontes iconográficas já privilegiadas no manual de 1961⁴. Um capítulo da obra de



metodologia da História de autoria de André Corvisier está dedicado aos documentos iconográficos e auditivos. No caso dos iconográficos, mencionam-se de um lado plantas, fotografias, pinturas e gravuras "em que o autor se apaga atrás de seu tema"; de outro lado, "obras originais em que o autor deu uma interpretação pessoal da realidade". Classificação das mais problemáticas! Os elementos de método que se seguem são, aliás, bem pobres, desembocando no conselho de usar as fontes iconográficas com circunspeção e criticamente — sendo a crítica em questão adaptada das regras gerais da crítica histórica externa e interna⁵. Por fim, no curto manual de Thuillier e Tulard, que é de 1986, entre as fontes de novo tipo utilizáveis em História mencionam-se a arte (mais particularmente a pintura), os cartões postais e o

cinema, sem maiores detalhes e mais adiante a paisagem, abordada por exemplo através da fotografia aérea. Também neste caso, invocam-se reservas e prudência no uso das fontes iconográficas⁶.

A impressão que fica dessas leituras é, sobretudo, a da ausência de um tratamento sistemático do tema. Este aparece fragmentado, sempre incompleto e, na maioria dos casos, é objeto de conselhos metodológicos vagos e pouco úteis na prática — quando não transparece uma forte *prevenção* de alguns dos autores a respeito das fontes iconográficas, levando-os a aconselhar um uso limitado e crítico delas! Pode ser notada, também, a ausência de certos ângulos de análise possíveis, em especial a perspectiva semiótica.

Sem poder preencher tantas lacunas num pequeno artigo, minha ambição se limita a oferecer um quadro sistematizado das possibilidades metodológicas disponíveis hoje para o tratamento histórico da iconografia, seja como fonte que ilumina outros aspectos do social, seja como objeto específico de pesquisa histórica.

2. A iconografia como fonte

2.1 Utilização qualitativa

Ocupar-me-ei agora da modalidade de uso das fontes iconográficas que não implica seu enfoque quantitativo, no estabelecimento de séries. Em outras palavras, daqueles estudos em que cada unidade iconográfica (quadro, gravura, mapa, estátua etc) vale por si, como uma entidade distinta e específica — mesmo quando, por processos de comparação e generalização, for possível trabalhar um grande número dessas unidades e chegar a conclusões amplas.

Em setores de pesquisa como a História Antiga, devido à relativa raridade das fontes escritas, já tem longa tradição o recurso à iconografia como documento, embora, no passado (mesmo recente), tal recurso se caracterizasse muitas vezes por métodos simplistas e inadequados. Escolhi um exemplo da Egiptologia. John Wilson, tratando dos camponeses do III^o milênio a.C., depois de dizer, com razão, que “o pouco que sabemos das pessoas comuns” do antigo Egito “corresponde a períodos posteriores”, passa ao que ele mesmo chama de “uma analogia bem forçada”: a suposição de que “o camponês do século XXVII a.C. vivia em forma bastante semelhante a como vivia o camponês do século XIX d.C.”. Ele acha que se com tal idéia em mente observarmos os relevos das tumbas egípcias do III^o milênio a.C.,

“... veremos o camponês egípcio como sendo pouco exigente, imprevidente, irritadiço mas incapaz de guardar rancor, de coração leve e amante da alegria, capaz de trabalhar muito intensamente mas incapaz de um esforço longamente sustentado.”

Eis aí deduções copiosas tiradas dos relevos — por certo abundantes — das mastabas menfitas que representam cenas da vida quotidiana! Faltou, porém, a mais elementar aplicação da crítica interna. Teremos nós, nos relevos funerários e nos textos breves que os acompanham e expli-

citam, os próprios camponeses daquela época em sua realidade intrínseca, ou — o que é muito mais provável — a visão que a classe dominante que explorava e governava tinha deles e decidiu perpetuar na pedra? No fundo, aliás, as afirmações de Wilson derivam sobretudo de seus preconceitos acerca do camponês moderno.

Muito mais adequado é o manejo dos mosaicos imperiais romanos por M. Rostovtzeff. Conhecedor, em grande detalhe, dessa iconografia maciça em suas temáticas, composições e ordenamentos — mutáveis no tempo — o autor, sem chegar a uma análise seriada, a utiliza com sistematicidade e inteligência, em grande número, para iluminar aspectos diversos da economia do Império Romano dos primeiros séculos de nossa era⁸.

Note-se que a constatação da ausência de técnicas seriadas ou quantitativas não comporta forçosamente, de minha parte, um juízo de valor. Certas hipóteses exigem uma comprovação quantificada, mas perfeitamente possível empreender análises coerentes e interessantes com uma metodologia mais tradicional. Além de Rostovtzeff, um bom exemplo disto é o estudo de Carl Schorske sobre a cultura de Viena nos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século atual — estudo em que a iconografia ocupa um lugar privilegiado⁹.

3. Marc Ferro, “Le film, une contre-analyse de la société?”, in Jacques Le Goff e Pierre Nora (org.), *Faire de l'histoire*. III. Nouveaux objets, Paris, Gallimard, 1974, pp. 236-255.
4. Marc Ferro, “L'image”, in Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (org.), *La nouvelle histoire*. Les Encyclopédies du Savoir Moderne, Paris, Retz-C.E.P.L., 1978, 246-248.
5. André Corvisier, *Sources et méthodes en histoire sociale*, Paris, S.E.D.E.S., 1980, pp. 217-233.
6. Guy Thuillier e Jean Tulard, *La méthode en histoire*. Que sais-je? n.º 2323, Paris, Presses Universitaires de France, 1986, pp. 53-54, 85-86.
7. John A. Wilson, *The culture of ancient Egypt*. Chicago, The University of Chicago Press, 1951, pp. 73-74.
8. M. Rostovtzeff, *Historia social y económica del Imperio Romano*, 2 vols. Trad. de Luis López-Ballesteros. Madri, Espasa-Calpe, 1973 (3^a ed.).
9. Carl E. Schorske, *Viena fin-de-siècle*. Política e cultura, trad. de Denise Bottmann, São Paulo/Campinas, Companhia das Letras/Editora da UNICAMP, 1988.

2.2 Utilização quantitativa

Neste caso, cada unidade — quadro, relevo, escultura etc — passa a ser unicamente um elemento no interior de uma série elaborada a partir de um *corpus* mais ou menos vasto. É pois a série, não cada elemento iconográfico individual, que se constitui no foco da análise.

Um livro pioneiro foi, nesta ordem de idéias, o que Gaby e Michel Vovelle consagraram aos altares das almas do purgatório na Provença, sobretudo entre os séculos XV e XIX. O casal procedeu a uma sondagem temática em cinco unidades administrativas (departamentos) daquela província francesa. As folhas de levantamento e coleta de dados, em que as categorias ocupam as colunas e os casos as linhas, especificam os lugares que foram objeto de prospecção, a natureza dos documentos (tumba, vitral, quadro, altar etc) e um total de 11 elementos temáticos julgados pertinentes, além de dados de identificação (autores, datas, referências). O preenchimento dessas folhas abriu caminho à elaboração de uma tabela de distribuição cronológica dos elementos de composição da iconografia analisada, a qual permitiu fazer constatações que os autores tratam de explicar.

A iconografia do purgatório competiu, do fim da Idade Média até o século XVII, com a do inferno e a do julgamento final dos mortos. Depois, no século XVII, difundiu-se a devoção às almas do purgatório, respondendo à idéia moderna de um julgamento individual. O século XVIII foi um divisor de águas, levando a um divórcio social e cultural entre a devoção popular e a polêmica erudita¹⁰.

A estatística ocupa um lugar efetivamente reduzido no livro de Gaby e Michel Vovelle. O mesmo se pode dizer do artigo consagrado em 1973 por Maurice Agulhon

às representações alegóricas da República na França do século passado¹¹. Nesses mesmos anos, entretanto, o aperfeiçoamento dos computadores e sua crescente utilização por historiadores já estavam assentando novas possibilidades, através do estabelecimento informático de fichários de imagens, que podiam ser objeto de uma análise quantitativa mais sofisticada, aplicada a séries maciças¹². Esta tendência metodológica, bem como as temáticas que a utilizam, vêm-se confirmando e ampliando desde então. Ainda assim, impõe-se a constatação de que a quantificação avançou, neste campo, muito menos do que, por exemplo, em História Demográfica, Econômica ou das estruturas sociais — ou mesmo do que nos estudos históricos de corte semântico a partir de *corpus* de textos escritos.

2.3 Cinema e História

O artigo metodológico já citado de Marc Ferro — vinculado a pesquisas concretas do mesmo autor — merece menção à parte. Nos exemplos citados até aqui, como em numerosas outras obras, as fontes iconográficas foram interrogadas com o fito de serem investigadas coisas distintas delas mesmas: ideologias, mentalidades, o imaginário etc. O texto de Ferro fica a meio caminho entre tal tendência e o que seria a transformação da iconografia em objeto para a História:

“Partir da imagem, das imagens. Não procurar somente, nelas, ilustrações, confirmações ou desmentidos de um outro saber, o da tradição escrita. Considerar as imagens tais quais são, mesmo se for preciso apelar para outros saberes para melhor abordá-las¹³.”

O autor esperava, com efeito, entender tanto a realidade figurada quanto a própria obra¹⁴. No entanto, predomina no seu texto a preocupação com o uso da fonte

cinematográfica para revelar, decodificando os filtros ideológicos, um *conteúdo latente*, uma realidade social externa de que o filme seria uma imagem¹⁵.

Ferro se distancia, metodologicamente, das visões semióticas do cinema. O filme é por ele observado como "um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são só cinematográficas": trata-se, em suma, de um testamento¹⁶. O trabalho do historiador nem sempre se apóia na totalidade das obras: pode usar seqüências ou imagens destacadas, compor séries e conjuntos. E deve integrar o filme ao mundo social, ao contexto em que surge — o que implica a pertinência do confronto da obra cinematográfica com elementos não-cinematográficos: o autor, a produção, o público, o regime político e suas formas de censura...

3. A iconografia como objeto

3.1 História da Arte, Sociologia da Arte

A História da Arte foi, e nas suas tendências dominantes ainda é, disciplina metodologicamente reacionária, marcada por uma forte carga de empirismo e positivismo, pelo desejo de fechar a arte sobre si mesma, muitas vezes por concepções organicistas de nascimento, expansão, apogeu e decadência.

Desde fins do século passado, no entanto, a escola austríaca, a partir de Alois Riegl e Franz Wickhoff, reagiu contra alguns destes traços, em especial a noção de decadência artística. A polêmica entabulou-se a propósito do Baixo Império romano: a arte da Antigüidade tardia, habitualmente



considerada uma degenerescência da arte greco-romana, foi resgatada como possuindo uma sensibilidade estilística viva e inovadora, nascida de valores novos e servindo de ponto de partida para novos desenvolvimentos¹⁷. Mas Riegl acreditava numa liberdade, numa indeterminação da arte, expressando-a na noção de vontade ou intencionalidade artística (*Kunstwollen*),

10. Gaby Vovelle e Michel Vovelle, *Vision de la mort et de l'au-delà en Provence d'après les autels des âmes du purgatoire XVe-XXe siècle*. Cahiers des Annales n° 29, Paris, Armand Colin, 1970.
11. Maurice Agulhon, "Esquisse pour une archéologie de la République. L'allégorie civique féminine". *Annales*. Economies, sociétés, civilisations. XXVIII, 1, 1973, pp. 5-34.
12. Uma obra fundadora foi, neste caso: Victor-Louis Tapié et alii, *Retables baroques de Bretagne*, Paris, Presses Universitaires de France, 1972.
13. Marc Ferro, capítulo citado na nota n° 3 *supra*, p. 240.
14. *Ibid*, p. 241.
15. *Ibid*, p. 246.
16. *Ibid*, p. 241.
17. Ver, a respeito Santo Mazzarino, *La fin du monde antique*. Avatars d'un thème historiographique, Trad. de André Charpentier, Paris, Gallimard, 1973, pp. 189-193.

opondo-se a qualquer interpretação que buscasse ver nas obras de arte um reflexo de realidades de outros tipos (sociais, econômicas, ideológicas etc).

No nosso século surgiu, porém, uma interessante Sociologia da Arte, que de diversos modos tentou correlacionar as artes plásticas (entre outras) com seu contexto social. As respostas sobre como estabelecer tal correlação variaram. Alguns viram a imaginação artística enraizada na vida social, mas de forma a surgir como uma extrapolação que, para além das experiências reais, formulasse antecipadamente experiências novas, como numa aposta sobre aspectos futuros da existência¹⁰. Outras muitas soluções foram propostas¹⁹. Parece-me, no entanto, que os debates a respeito não desembocaram numa (ou em mais de uma) metodologia claramente indicada.

Tomarei como exemplo as formulações de Pierre Francastel. Ao indicar métodos para uma Sociologia da Arte, ele destacou seis pontos: 1) "Sociologia dos grupos e tipologia das civilizações", ou análise das relações mantidas pela arte com os "grupos criadores e utilizadores das obras de arte"; 2) "Sociologia das obras", ou "dos objetos artísticos de civilização" vistos como totalidades complexas; 3) "Sociologia dos objetos figurativos e dos meios de expressão": resultante de tomar as obras não mais em sua totalidade, mas em seus elementos constitutivos e formas de expressão (incluindo o suporte físico e tecnológico, mas também que Lucien Febvre chamou de "utilização mental"); 4) "Sociologia dos modos de apresentação": a arte considerada como uma das modalidades em que se exerce, num meio social dado, a dialética do real e do imaginário (estudo da presença da arte na vida quotidiana, em museus, em liturgias e festas etc); 5) "Sociologia artística comparada": tratar-se-ia do confronto da arte com outros sistemas

expressivos de uma época determinada, a partir da problemática dos símbolos e dos sinais (ou seja, do que outros chamariam de problemática semiótica); 6) "Sociologia da arte na sociedade industrializada": já que o desenvolvimento da Sociologia da Arte passaria necessariamente, segundo Francastel, por um conhecimento adequado da experiência artística do presente. É preciso notar ainda que, em plena época do debate estruturalista, o autor recusava energeticamente uma base lingüística, matemática ou lógica para a disciplina²⁰.

As indicações metodológicas acima são, na verdade, além de amplas demais, muito vagas. Carecem de um caráter normativo e operacional claro, que permita a alguém apoiar-se nelas para empreender pesquisas concretas: seria, de fato, ainda preciso construir uma metodologia para abordar cada uma das direções ou problemáticas que aponta Francastel.

O mesmo, aliás, se pode dizer do marxismo no tocante à relação entre arte e vida social. Indicações teorizantes abundam em G. Plekhanov, G. Lukács, E. Fischer, W. Benjamin — entre muitos outros²¹. Mas se uma metodologia não pode existir sem fundamento teórico, também é verdade que este último não garante *per se* o surgimento de métodos aplicáveis que possam orientar pesquisas. A tentativa mais ambiciosa de fundar no marxismo — em versão derivada de Althusser — uma metodologia para História da Arte, a de Nicos Hadjinicolaou faz críticas pertinentes à disciplina tal como existia então, mas decepciona terrivelmente ao formular propostas concretas e específicas de método²².

Hoje em dia, setores da História da Arte procuram dinamizar-se, metodologicamente, através da perspectiva semiótica — de que trataremos adiante — e de uma aproximação com a teoria do inconsciente. Desde as próprias tentativas de Freud neste

sentido, há uma ambigüidade persistente quanto a este último ponto: busca-se explicar psicanaliticamente a gênese da obra de arte, ou sentido (e o efeito) das próprias obras?²³ Outro problema, que aliás é o de toda História de base psicológica até agora, consiste no caráter indireto da explicação e da comprovação psico-histórica²⁴.

3.2 A iconologia de Erwin Panofsky (1892-1968)

No âmbito da História da Arte, o especialista mais influente foi talvez, em nosso século, Erwin Panofsky, que concebeu o projeto de uma disciplina — a iconologia — cuja finalidade seria atingir o sentido objetivo imanente das obras de arte.

Sob forte influência da filosofia das formas simbólicas de Ernst Cassirer, sua teoria parte da definição do espaço pictórico, não como forma *a priori* da percepção, nem como convenção arbitrária, mas sim, como espaço de representação articulado de modo específico, o qual expressa na sua totalidade as formas simbólicas de uma sociedade.

Partindo da crítica do formalismo, do psicologismo e do empirismo antiteorizante, a iconologia de Panofsky tem a pretensão de ultrapassar a superfície fenomênica da

obra para atingir as estruturas ocultas do sentido, percebendo, assim, as ligações profundas da arte com a cultura e com a ideologia sociais. Este projeto ambicioso foi muito limitado por duas circunstâncias. Em primeiro lugar, pela crença em que a verificação da interpretação que se propusesse das artes plásticas deveria passar necessariamente pelo seu confronto com os textos de época, o que no fim das contas prejudicava o projeto de uma iconologia como disciplina voltada para as estruturas específicas das imagens (como uma teoria do significante icônico). Em segundo lugar, porque os trabalhos de Panofsky ativeram-se a uma única tradição artística — a do Ocidente cristão — o que impediu um aprofundamento e uma universalização dos seus métodos de leitura e interpretação. Seus discípulos não resolveram tais problemas, antes os agravaram.

É preciso reconhecer, mesmo assim, os aspectos positivos desta tentativa de tratamento coerente e teorizado dos objetos produzidos pelas artes visuais²⁵.

3.3 A perspectiva semiótica aplicada à iconografia

Não é nosso objetivo, aqui, desenvolver por si mesmo o tema da Semiótica vista como disciplina e suas relações gerais com a História²⁶.

18. Cf. Jean Duvignaud, *Sociologie de l'art*. Paris, Presses Universitaires de France, 1967, pp. 135-138.
19. Ver, por exemplo: Gilberto Velho (org.), *Sociologia da arte*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966; Gilberto Velho (org.), *Sociologia da arte, II*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
20. Pierre Francastel, "Problemas da sociologia da arte", in Gilberto Velho (org.), *Sociologia da arte, II*, em especial pp.35-41.
21. Cf. por exemplo: George Plekhanov, *A arte e a vida social*, Trad. (do espanhol) por Eduardo Sucupira Filho, São Paulo, Brasiliense, 1964; Ernst Fischer, *A necessidade da arte*. Uma interpretação marxista, Trad. de Leandro Konder, Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
22. Nicos Hadjinicolaou, *Historia del arte y lucha de clases*, Trad. de A. Garzón, México, Siglo XXI, 1974.
23. Ver Henri Zerner, "L'art", in J. Le Goff e P. Nora (org.), *Faire de l'histoire*. II. Nouvelles approches, cit., pp. 183-202.
24. Saul Friedländer, *Histoire et psychanalyse*. Essai sur les possibilités et les limites de la psychohistoire, Paris, Seuil, 1975, p.209.
25. Ver: Erwin Panofsky, *Essais d'iconologie*. Paris, Gallimard, 1967; Erwin Panofsky, *L'oeuvre d'art et ses significations*, Paris, Gallimard, 1969.
26. Ciro Flamarion Cardoso, *Ensaio racionalistas*, Rio de Janeiro, Campus, 1988, pp. 61-92.

A ampliação da perspectiva semiótica à iconografia e, mais globalmente, ao mundo das formas, desenvolveu-se sobretudo devido ao fato de permitir uma conceptualização mais precisa dos objetos analisados, mediante a percepção, neles, de unidades significativas (*sememas*), nas quais se apóia a análise²⁷.



Uma primeira modalidade de aplicação baseou-se na Semiótica derivada de Ferdinand de Saussure, conhecida como *Semiologia*. Exemplos desta tendência são os trabalhos de Roland Barthes (seus estudos da moda, da retórica da imagem e da mensagem fotográfica)²⁸ e de semiotistas soviéticos, na área das artes plásticas e do cinema²⁹.

A Semiótica saussureana, ao ser estendida a objetos não-lingüísticos, apresenta, porém, um sério problema de fundo, que é bem percebido por T. Todorov:

“De certo modo, a Semiótica está esmagada pela Lingüística. (...) ... *parte-se da linguagem* para estudar os outros sistemas de signos, mas correndo o risco de impor o modelo lingüístico a fenômenos diferentes, reduzindo assim a atividade semiótica

a um ato de denominação (ou de redenominação). (...)”

Toda Semiologia construída a partir da linguagem (e por enquanto é a única que conhecemos) deve renunciar ao estudo do problema central de todo sistema semiótico, que é o da significação. Ocupar-se-á tão somente com a significação lingüística, pela qual substituirá sub-repticiamente seu verdadeiro objeto. Os obstáculos com que tropeça a Semiótica não existem no nível do objeto (que existe sem dúvida), mas no nível do seu discurso, que vicia com o verbal os resultados de suas indagações³⁰.”

No interior desta mesma tradição derivada de Saussure houve, sem dúvida, tentativas bastante sérias — por exemplo no domínio dos estudos semióticos da arquitetura e do cinema — no sentido de uma *modelização semiótica não-lingüística* das imagens no espaço³¹.

O projeto de construir uma semiótica específica dos objetos icônicos tem-se baseado mais, entretanto, numa outra vertente fundadora da disciplina: a que parte de Charles Peirce³². Com efeito, é mais adequada a tal objetivo, e pode-se considerar que já existem fundamentos concretos que apóiem uma abordagem semiótica peirceana daqueles objetos³³. Sua aplicação em História desenvolveu-se muito pouco, porém, até agora.

Uma questão interessante é a que se liga à transcodificação, ou seja, ao transporte de dado objeto de um código a outro. Um artigo recente mostra bem como uma obra literária — no caso, *O nome da rosa*, de Umberto Eco — ao ser transposta para linguagem cinematográfica, sofre obrigatoriamente modificações que, pelo menos em parte, dependem da lógica dessa linguagem³⁴.

4. Conclusão

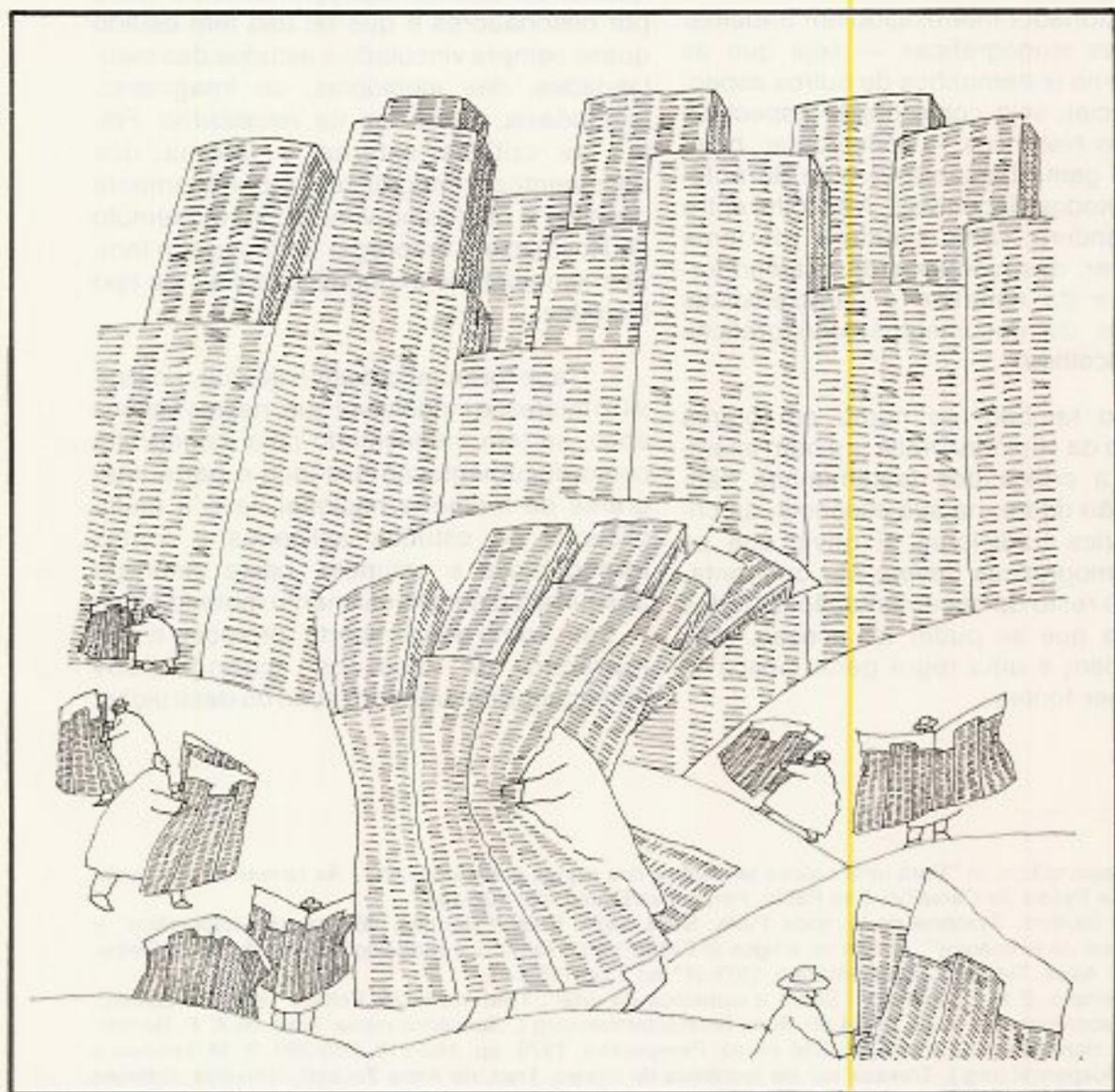
O historiador interessado em trabalhar com fontes iconográficas — seja que as encare como testemunhos de outros aspectos do social, seja como objeto específico de estudos históricos — pode contar, hoje, com uma gama bastante variada de enfoques e métodos disponíveis. A escolha entre eles dependerá, como é natural, do tema a pesquisar, das hipóteses de trabalho formuladas e da natureza e características do *corpus* de documentos iconográficos que se escolheu.

Como também se notou em outros casos — o da História Oral é um bom exemplo³⁵ — a crítica dos testemunhos não-escritos não difere, na sua essência, da crítica histórica tradicional. É óbvio que as fontes iconográficas devem ser confrontadas com o resto da documentação de todos os tipos a que se puder ter acesso, mas esta também é uma regra geral, aplicável a quaisquer fontes.

Uma observação que deve ser feita quanto ao uso da iconografia como fonte por historiadores é que tal uso tem estado quase sempre vinculado a estudos das mentalidades, das ideologias, do imaginário. Isto, todavia, nada tem de *necessário*. Feitas as críticas externa e interna dos documentos iconográficos, é perfeitamente possível e útil (como vimos com o exemplo de Rostovtzeff) empregar fontes assim também em análises econômico-sociais de tipo histórico.

Cabe formular o desejo de que, no Brasil, o interesse indubitável que, nestes últimos anos, se tem manifestado pela iconografia como documentação histórica e parte integrante da memória nacional, leve à multiplicação de estudos aplicados a fontes iconográficas e estimule, neste setor de pesquisas, o desenvolvimento metodológico — bem como a descoberta, proteção e restauração de acervos iconográficos ameaçados de deteriorização ou destruição.

-
27. Ver: Umberto Eco, in "Para uma análise semântica dos signos arquitetônicos". *As formas do conteúdo*, Trad. de Pérola de Carvalho, São Paulo, Perspectiva/Edusp, pp. 135-154.
28. Roland Barthes, *Système de la mode*, Paris, Seuil, 1967; Roland Barthes, "El mensaje fotográfico" e "Retórica de la imagen", ambos os artigos in Eliseo Verón (org.), *La semiología*. Trad. de Silvia Delpy. Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1976 (4ª ed.), pp.115-140.
29. Por exemplo: B.A. Ouspenski, "Sobre a semiótica da arte", Trad. de Luzia Peltier. *Tempo Brasileiro*, nº 29, abril-junho de 1972, pp.84-88; Boris Schnaiderman (org.), *Semiótica russa*, Trad. de A. F. Bernardini, B. Schnaiderman e L. Seki. São Paulo, Perspectiva, 1979, pp. 163-218, 255-260; Y. M. Lotman e B. A. Ouspenski (org.), *Travaux sur les systèmes de signes*, Trad. de Anne Zoukoff, Bruxelas, Editions Complexe, 1976, sobretudo pp. 158-180.
30. Tzvetan Todorov e Oswald Ducrot, *Diccionario enciclopédico de las ciencias del lenguaje*, Trad. E. Pezoni, Buenos Aires, Siglo XXI Argentina, 1976 (3ª ed.), pp. 210-211.
31. Cf. Emilio Garroni, *Projecto de Semiótica*, Trad. de A. J. Pinto Ribeiro. Lisboa, Edições 70, 1980.
32. Charles Sanders Peirce, *Semiótica e filosofia*. Trad. de O. S. da Mota e L. Hegenberg, São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1975.
33. Consultar, por exemplo: Max Bense e Elisabeth Walther (org.), *La semiótica*, Guia alfabética. Trad. Laura Pla, Barcelona, Anagrama, 1975.
34. John Updike, "Filmar a la rosa", Trad. de Arturo Gómez-Lamadrid, *Nexos* (México), XI, 126, junho de 1988, pp. 16-17.
35. Cf. Jan Vansina, *Oral tradition. A study in historical methodology*, Harmondsworth, Penguin, 1973; Paul Thompson, *The voice of the past. Oral history*, Londres, Oxford University Press, 1978.



A IDÉIA DE BRASIL MODERNO

Octavio Ianni

(Depto. de Ciências Sociais — IFCH UNICAMP)

Em cada época marcante da sua história, a sociedade brasileira tem sido levada a pensar-se novamente. É como se ela se debruçasse sobre si mesma: curiosa, inquieta, atônita, imaginosa. Não só formulam-se novas interpretações como renovam-se as anteriores. Podem mesmo recriar-se idéias antigas, parecendo novas.

Acontece que o presente problemático, difícil ou inovador, desafia o entendimento da sociedade, as explicações conhecidas. Há influência de idéias anteriores nas recentes. A originalidade destas nem sempre é plena. Muitas vezes beneficiam-se de sugestões, idéias e explicações passadas, ainda que criticamente. É como se a partir de certas crises, rupturas, ou mesmo revoluções, as interpretações conhecidas envelhecessem. Podem ser substituídas por outras; ou as antigas são recriadas, parecendo originais. Mas não há dúvida de que quando se rompem um pouco, ou muito, os vínculos entre o passado e o presente, este é levado a pensar o novo, novamente.

A nação é levada a pensar-se por seus intelectuais, artistas, líderes, grupos, classes, movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública. As forças so-

ciais predominantes em cada época são levadas a pensar os desafios com os quais se defrontam, os objetivos que pretendem alcançar, os aliados e opositores com os quais negociar, os interesses próprios e alheios que precisam interpretar. Ao pensar o presente, são obrigadas a repensar o passado, buscar e rebuscar continuidades e inovações. Mesmo quando pretendem o futuro, são postas a pensar outra vez o passado, acomodá-lo ao presente; ou até mesmo transformá-lo em matriz do devir.

O Brasil já foi pensado de modo particularmente abrangente em três épocas. A partir da Declaração de Independência de 1822, da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República em 1888-1889 e da Revolução de 1930. Naturalmente é contínua e reiterada a reflexão sobre aspectos fundamentais e secundários da sociedade nacional. As controvérsias entre grupos, classes, movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião pública, compreendendo intelectuais, artistas e líderes, mantêm sempre em aberto os dilemas do presente, das relações entre o passado e o presente, das possibilidades do futuro.

Nas conjunturas críticas, no entanto, quando ocorrem rupturas estruturais mais

ou menos amplas, ou mesmo revoluções, a nação é levada a pensar-se de novo, de modo mais abrangente, original ou recorrente. Uma vez quer ser original, começar tudo novamente. Outras, não quer senão continuar recorrente. Em todos os casos, é a história que esconde o segredo do presente.

Acontece que a nação é real e imaginária. Localiza-se na história e no pensamento. Está no imaginário de uns e outros: políticos e escritores, trabalhadores do campo e da cidade, brancos, negros, índios e imigrantes, cientistas sociais, filósofos e artistas. E seria muito outra, se não se recriasse de quando em quando na interpretação, fantasia, imaginação.

1. *Independência ou Morte*

Em 1822 o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história. A Declaração de Independência, a Assembléia Nacional Constituinte, os conflitos com os *portugueses* e as lutas populares não conseguiram lançar o país em um patamar mais avançado da história. As campanhas e os escritos de José Bonifácio, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Frei Caneca e outros, bem como as revoltas e revoluções populares, em diversas partes do país, não provocaram a abolição do regime de trabalho escravo, a proclamação da república, o estabelecimento de garantias democráticas. Os movimentos e as idéias comprometidos com a República e a Democracia foram derrotados, controlados ou simplesmente suprimidos. Aos poucos, o manto monárquico recobriu muitas inquietações e desigualdades, criando a ilusão de que o poder moderador resolvia de forma benigna a maior parte dos problemas criados com o escravismo, as nações indígenas, a questão agrária, as diversidades regionais. Muitas inquietações apagaram-se em diferentes lugares, dando lugar aos arranjos da conciliação pelo alto.

Esse clima foi registrado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. "Fui liberal, então a liberdade era nova no país e estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, e por isto sou regressista. Não sou trãsfuga, não abandono a causa que defendo no dia de seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete"¹.

O que prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo. O modo pelo qual organizou-se o estado nacional garantiu a continuidade, o conservantismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo, o lusitanismo. Ao longo do século XIX, durante o Império, o Brasil permaneceu mais ou menos lusitano. Um lusitanismo subjacente ao regime monárquico, à casa real herdada de Portugal, à legitimidade monárquica. Encontrou a fórmula monárquica como um modo de garantir a legitimidade de que necessitava o regime criado com a Independência. As forças que predominaram na organização do Primeiro Reinado, das Regências e do Segundo Reinado garantiram a continuidade, sob o regime monárquico; manto da legalidade metafórica herdada do colonialismo absolutista.

É claro que essa história se rompe em vários pontos. A Monarquia e os interesses que ela simbolizava foram postos em causa pelos movimentos sociais locais, regionais e nacionais. E desafiados pela força das pressões de interesses externos, principalmente ingleses.

Em meados do século XIX, as figuras de Mauá, Alves Branco e Tavares Bastos,

entre muitos outros, expressaram as inquietações com um país atrasado na corrente da história, anacrônico com seu tempo. Quiseram realizar reformas institucionais e sociais, de modo a jogar o país mais perto do seu presente. Interpretando as sugestões e os interesses do capitalismo mundial, principalmente inglês, preconizavam a modernização, naquele tempo denominada progresso.

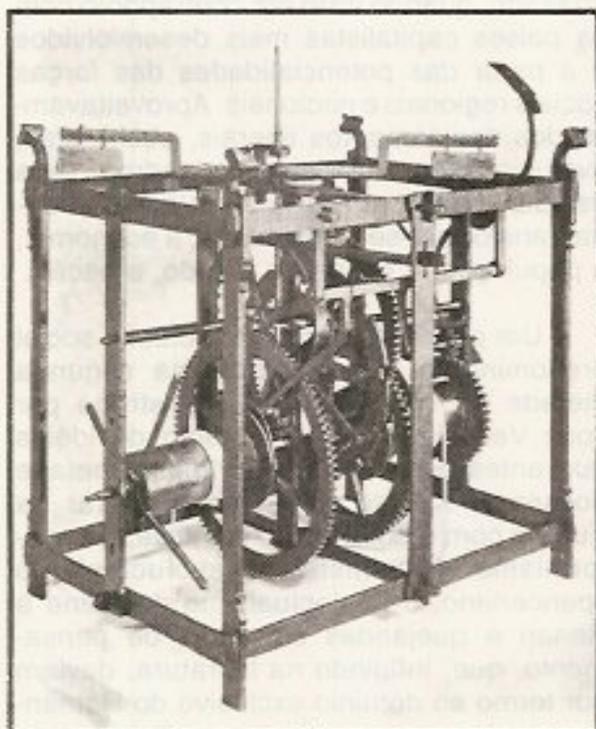
A Guerra do Paraguai foi mais um choque de amplas proporções para o conjunto do país, revelando na prática o anacronismo de tudo que se sintetizava no escravismo e na Monarquia. Todos os principais setores da vida nacional revelaram-se inadequados para a ocasião. Os recursos econômicos, as instituições políticas, a capacidade militar, a subserviência aos interesses ingleses etc mostraram-se de imediato graves, insuportáveis. Foi esse o momento em que o regime monárquico e o regime de trabalho escravo revelaram abertamente a sua inadequação. As forças burguesas que germinaram por dentro e por fora do escravismo e do manto monárquico compreenderam que cabia mudar alguma coisa. Beneficiam-se dos movimentos e partidos interessados em mudanças no âmbito da economia, política, educação, cultura. A Convenção República, do início dos anos 70, simboliza um pouco dessa transição em curso. Uma transição que irá efetivar-se mais abertamente a partir de 1888-89.

Essa é uma parte importante da história que se revela nos escritos e nas atuações de Tavares Bastos, Silvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Raul Pompéia e outros. Dedicaram-se a refletir sobre o que era o século XIX brasileiro; e como ele estava deslocado,

atrasado, quando visto em contraponto com os países capitalistas mais desenvolvidos e a partir das potencialidades das forças sociais regionais e nacionais. Aproveitavam-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionistas, darwinistas e outros, para estudar e explicar o que era e como poderia transformar-se a sociedade, a economia, a população, a cultura, o estado, a nação.

Um pouco do clima intelectual e social predominante na sociedade na segunda metade do século XIX foi registrado por José Veríssimo. "O movimento de idéias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começara a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan e quejandas correntes de pensamento, que, influenciando na literatura, deviam por termo ao domínio exclusivo do Romantismo, só se entrou a sentir no Brasil, pelo menos, vinte anos depois de verificada a sua influência ali. Sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram-lhe ou facilitaram-lhe a manifestação aqui. Foram, entre outros, ou os principais: a Guerra do Paraguai, acordando o sentimento nacional, meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias conseqüentes à Independência, e das nossas lutas no Prata; a questão do elemento servil, comovendo toda a nação, e lhe despertando os brios contra a aviltante instituição consuetudinária... Certos efeitos inesperados da guerra do Paraguai, como o surdo conflito que, apenas acabada, surgiu entre a tropa demasiado presumida do seu papel e importância e os profundos instintos civilistas da monarquia, não foram sem efeito neste momento da mentalidade nacional"². Cabe acrescentar a emergên-

1. Bernardo Pereira de Vasconcelos, citado por Euclides da Cunha, *À Margem da História*, 6ª edição, Livraria Lello & Irmão Editores, Porto, 1946, p. 265. Consultar também Carlos Guilherme Mota (Organizador), *1822: Dimensões*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1972.
2. José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, 4ª edição, Universidade de Brasília, Brasília, 1963, p. 249.



cia da propaganda republicana, influenciada pelo desenvolvimento das forças sociais internas e pelas repercussões da queda das monarquias na Espanha em 1868 e França em 1870. A campanha republicana "interessou grandemente os intelectuais", principalmente "sua parte moça". Favoreceu o "livre pensamento", em especial o "anticatolicismo, por oposição à monarquia, oficialmente católica". Todo o clima mental de amplos setores da sociedade movimentou-se, modificou-se. "Atuando simultaneamente sobre o nosso entendimento e a nossa consciência, pela comoção causada nos espíritos aptos para lhes sofrer o abalo, estes diferentes sucessos produziram um salutar alvoroço, do qual evidentemente se ressentiu o nosso pensamento e a nossa expressão literária. As idéias, nem sempre coerentes, às vezes mesmo desencontradas daquele movimento, fadoras também nos acontecimentos sociais e políticos apontados, chamamos aqui de modernas; expressamente de "pensamento moderno"³.

Eram evidentes o ecletismo, o anacronismo e o exotismo, se pensamos nas convergências e nos desencontros entre as idéias e a realidade. A realidade social, econômica, política e cultural, com a qual se defrontavam intelectuais, escritores, políticos, governantes, profissionais liberais e setores populares não se ajustava facilmente às idéias e aos conceitos, aos temas e às explicações, emprestados às pressas de sistemas de pensamento elaborados em países da Europa. Estava em curso uma fase importante no processo de construção de um pensamento capaz de pensar a realidade nacional. "Os partidários da modernização, que atuavam na comunidade tradicional brasileira, necessitavam urgente e desesperadamente de novos argumentos intelectuais para reforçar suas posições. Uma nova ideologia que reorganizasse e reexplicasse a natureza de seu ambiente social e institucional, e que logicamente ligasse seu trabalho a uma significativa meta, poderia ser emocionalmente satisfatória e proporcionar-lhes ao mesmo tempo condições para arregimentar novos prosélitos. Não é de estranhar que esse grupo tenha vasculhado todos os recursos europeus à procura de concepções úteis a este propósito. É um erro considerá-los, como algumas vezes tem sido feito, como um grupo de intelectuais alienados e embasbacados ante os europeus, que aderiu meramente a determinado conceito apenas pelo prestígio de sua proveniência. É também apenas parcialmente certo dizer-se que eles não entenderam o pleno sentido das idéias que colheram na Europa, pois, como eles os compreenderam, aqueles conceitos correspondiam exatamente ao que estavam procurando. Se assimilaram algumas vezes apenas a parte intelectual sem se preocupar com as referências do contexto, ou afinidade lógica, como se bebessem vinho tinto com peixe, isto ocorreu porque só necessitavam de certos pontos de sustentação, podendo dar-se ao luxo de esquecer as belezas da consistên-

cia do entendimento profundo e da precisão intelectual. Na verdade, agiram com surpreendente — embora inconsciente — habilidade, estabelecendo um inteligente critério seletivo, pois antes de tudo adotaram idéias que pudessem produzir os efeitos desejados, atuando no processo de modernização no Brasil”⁴.

Uma solução muito freqüente, no pensamento e na prática, era a combinação de diversas correntes de idéias e distintas práticas, em um singular amálgama de alguma eficácia. Os desafios da realidade social eram, em última instância, uma referência constante, necessária, decisiva. O que Bernardo Pereira de Vasconcelos havia registrado nos começos da formação do estado nacional, Tavares Bastos expressou depois, ainda que em outros termos, em outro contexto. “Conservador e liberal, monarquista e democrata, católico e protestante, eu tenho por base de todas as minhas convicções a *contradição*; não a contradição mais palavrosa do que inteligível das antinomias de Proudhon, porém a contradição entre duas idéias que na aparência se repelem mas na realidade se completam, a contradição, finalmente, que se resolve na harmonia dos contrastes. Eu declaro francamente que não me sacrifico à lógica das teorias extremas. Guio-me pelos fatos, combino os opostos, encadeio as analogias e construo a doutrina. Não tenho um sistema preconcebido. Não idolatro o prejuízo. Aceito o sistema que os acontecimentos me impõem”⁵.

Vista nessa perspectiva, a Declaração de Independência arrastou-se pelo século XIX. As mudanças sociais, econômicas,

políticas e culturais que ela implicava somente irão completar-se várias décadas, muitas décadas após, quando os regimes escravista e monárquico entram em crise e terminam. Mas nessa época a história mundial já havia estabelecido outros horizontes. Em fins do século XIX, os desafios eram distintos. Quando o país conseguiu completar as mudanças que pareciam cabíveis em 1822, o mundo capitalista já começava a ingressar no século XX. Ficava para trás o capitalismo competitivo e começava a impor-se o monopolístico. Na prática, o mundo acabava de ser repartido entre as nações imperialistas. Poucos escapavam às influências dos interesses ingleses, franceses, alemães, holandeses, belgas, russos, japoneses e norte-americanos. A emergência do grande capital financeiro também inaugurava o século XX.

Mas ao fim do século XIX o Brasil ainda parecia viver no fim do século XVIII. As estruturas jurídico-políticas e sociais tornaram-se cada vez mais pesadas. Revelaram-se heranças carregadas de anacronismo. Eram evidentes os sinais de uma mentalidade formada nos tempos do colonialismo português. A relação dos setores dominantes e do próprio governo com a sociedade guardava os traços do colonialismo.

Essa característica era facilitada pela persistência do escravismo e da dispersão da população nos amplos espaços da sociedade nacional. Uma sociedade não só muito esgarçada, mas atravessada por diversidades regionais e raciais, isto é, sociais, econômicas, políticas e culturais, que facilitavam o exercício do mando

3. *Ibid.*, p. 250.

4. Richard Graham, *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*, Trad. de Roberto Machado de Almeida, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 241. Consultar também Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*, Editorial Grijalbo, São Paulo, 1977.

5. A. C. Tavares Bastos, *Cartas do Solitário*, 3.^a edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938, p. 181.

pelos detentores dos instrumentos do poder.

A persistência do escravismo e os artificios do manto monárquico configuravam um poder estatal com as características de uma administração distante, estranha, alheia aos interesses populares. A legitimidade alcançada pelos construtores do estado nacional, quando resolveram pelo regime monárquico, teve sempre o jeito de uma legitimidade imposta não só pelo alto, mas estrangeira, no sentido de indiferente aos movimentos mais gerais da sociedade.

2. *Ordem e Progresso*

Em 1888-89 o Brasil tentou entrar no ritmo da história. Aboliu a Escravatura e a Monarquia, proclamando a República e o Trabalho Livre. Liberou forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e comércio. Favoreceu a imigração de braços para a lavoura, povoadores para as colônias em terras devolutas e artesãos para a indústria. Ao mesmo tempo, jogava na europeização, ou no branqueamento da população, para acelerar o esquecimento dos séculos de escravismo. Recebeu inclusive o que não imaginava, em termos de idéias sociais, propostas sindicalistas, anarquistas, socialistas e outras. Houve uma ampla fermentação de idéias e movimentos sociais, principalmente nos centros urbanos maiores e nas zonas agrícolas mais amplamente articuladas com os mercados externos.

As campanhas abolicionista e republicana mobilizaram forças empenhadas em mudanças políticas e sociais. Além dos objetivos humanitários, quanto ao término do regime de trabalho escravo, abolicionistas e republicanos associaram-se na luta por conquistas democráticas. Havia setores sociais urbanos empenhados em democra-

tizar o poder estatal e as relações sociais. Já era evidente, para muitos, a barreira representada pela antiga e poderosa associação de interesses escravocratas e monárquicos. Mas o que venceu foi o interesse da cafeicultura do Oeste Paulista, em aliança com os dos canavieiros, pecuária, seringais e outros, em diversas regiões do país. Prevaleceram os interesses de setores burgueses emergentes, combinados com os preexistentes, remanescentes.

Predominaram a economia primária exportadora, a política de governadores manejados pelo governo federal e o patrimonialismo em assuntos privados e públicos. O liberalismo econômico prevalecia nas relações econômicas externas, nas quais sobressaía a Inglaterra. Nas relações internas, entre setores dominantes e assalariados, predominava o patrimonialismo.

Um patrimonialismo que compreendia tanto o patriarcalismo da casa-grande e do sobrado como a mais brutal violência contra os movimentos populares no campo e cidade. A repressão posta em prática em Canudos, na Revolta da Vacina, no Contestado e outros movimentos sociais, revelava algumas das possibilidades mais extremas de uma República simultaneamente liberal e patrimonial.

Alguns aspectos dos acontecimentos simbolizados na extinção do regime de trabalho escravo e no colapso do regime monárquico foram analisados por Caio Prado Júnior. No âmbito das continuidades que parecem prevalecer, ocorrem várias mudanças significativas. "No terreno econômico observaremos a eclosão de um espírito que se não era novo, mantivera-se no entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material. Isto, na monarquia, nunca se tivera como um ideal legítimo e plenamente reconhecido. O novo regime o consagrará. O contraste destas duas fases, anterior e posterior no advento republicano,

se pode avaliar, entre outros sinais, pela posição respectiva do homem de negócios, isto é, do indivíduo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer. No Império ele não representa senão figura de segundo plano, malvista aliás e de pequena consideração. A República o levará para uma posição central e culminante. A transformação terá sido tão brusca e completa, que veremos as próprias classes e os mesmos indivíduos mais representativos da monarquia, dantes ocupados unicamente com política e funções similares, e no máximo com uma longínqua e sobranceira direção de suas propriedades rurais, mudados subitamente em ativos especuladores e negociistas. Ninguém escapará aos novos imperativos da época"⁶.

Estava em marcha uma singular revolução pelo alto. Remanejavam-se pessoas, interesses, associações de grupos, diretrizes no âmbito do poder estatal. Mas pouco se alterava a própria sociedade, em suas relações com o poder estatal. Os diferentes setores populares, as reivindicações de trabalhadores da cidade e do campo, as demandas de negros, mulatos, índios e caboclos não encontravam lugar nas esferas do poder. Modificavam-se um pouco



os arranjos do poder, das relações dos setores dominantes com os populares, do poder estatal com a sociedade, para que nada se transformasse substancialmente.

Estava em marcha a revolução brasileira, a revolução burguesa brasileira, que se desdobrará por décadas em manifestações sociais, econômicas, políticas e culturais diversas, díspares e freqüentemente contraditórias. Essa é "uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente temos experimentado em toda a nossa vida nacional. Processa-se, é certo, sem o grande alarde de algumas convulsões de superfície... A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico"⁷.

Essa é a problemática de Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Alberto Torres, Sílvio Romero, Machado de Assis, Raul Pompéia, Lima Barreto e muitos outros, em movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião pública. Queriam compreender quais eram as perspectivas abertas com a República e o regime de trabalho livre. Mas eram obrigados a refletir sobre as heranças de séculos de escravismo, patriarcalismo, divisão entre brancos, negros e índios. Ocorre que continuavam fortes as heranças do período colonial e da época monárquica, altamente determinadas pelas relações externas. A sociedade de castas, formada ao longo da Colônia e do Império, modificava-se de modo lento e desigual nas décadas da Primeira República.

Mas as forças sociais e os movimentos culturais, orientados no sentido da mudança,

6. Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, 3ª Edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1953, p. 214.
7. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 3ª Edição, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956, pp. 249-250.

continuaram a operar. Por dentro e por fora dos interesses liberais e patrimoniais, predominantes dos governos republicanos, surgiram novas propostas, outras idéias. Nesse sentido é que 1922 é uma data simbólica: surge o tenentismo, movimento civil e militar orientado no sentido de alterar as estruturas oligárquicas prevaletentes; cria-se o Centro Dom Vital, congregando católicos interessados em preservar a civilização ocidental e cristã no país; funda-se o Partido Comunista Brasileiro, em boa parte oriundo do anarco-sindicalismo e empenhado em lutar pelo socialismo; realiza-se a Semana de Arte Moderna em São Paulo, procurando novos temas e novas linguagens para as artes e o pensamento social no país. Parece que o país começa a ingressar no século XX nesse ano. Os acontecimentos de 22 sugerem os prenúncios de outra época, outro ciclo da história.

As mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais provocadas pelo ciclo da cafeicultura estavam começando a manifestar-se. O pensamento social defrontava-se com novas realidades e rebuscava contribuições na cultura européia, norteamericana e brasileira. A industrialização incipiente e o desenvolvimento das maiores cidades criavam outros horizontes para o debate político e cultural. Outra vez, os movimentos da sociedade indicavam tendências diversas e antagônicas, mas preocupadas em mudar alguma coisa. Mudar para frente ou para trás, mas mudar, para que o país não continuasse como ia; um país que parecia atrasado, anacrônico.

3. Nacionalismo e Desenvolvimento

Desde a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, mas em escala crescente ao longo das décadas posteriores, muitos estavam preocupados com a questão nacional. Interessados em recriar o país à altura do século XX. Queriam com-

preender quais seriam as condições e possibilidades de progresso, industrialização, urbanização, modernização, europeização, americanização, civilização do Brasil. Apaixonados ou indiferentes, aflitos ou irônicos, perguntavam-se sobre os dilemas básicos da sociedade nacional, de uma nação que se buscava atônita depois de séculos de escravidão: agrarismo e industrialização; cidade, campo e sertão; preguiça, luxúria e trabalho; mestiçagem, arianismo e democracia racial; raça, povo e nação; colonialismo e nacionalismo; democracia e autoritarismo.

A história do pensamento brasileiro está atravessada pelo fascínio da questão nacional. No passado e no presente, são muitos os que se preocupam em compreender os desafios que compõem e decompõem o Brasil como nação. E essa preocupação se revela particularmente acentuada nas conjunturas assinaladas e simbolizadas pela Declaração de Independência em 1822, Abolição da Escravatura e Proclamação da República em 1888-89 e Revolução de 1930. Esse tema aparece nas produções de publicistas, cientistas sociais, filósofos, artistas. Em diferentes gradações, em várias linguagens, uns e outros passam por ele. A questão nacional está sempre presente, como desafio, obsessão, impasse ou incidente.

Muitos estão interessados em compreender, explicar ou inventar, como se forma e transforma a nação, quais as suas forças sociais, seus valores culturais, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Preocupam-se com o significado das diversidades regionais, étnicas ou raciais e culturais, além das sociais, econômicas e políticas. Meditam sobre as três raças tristes, explicam a mestiçagem, imaginam a democracia racial. Procuram as desigualdades regionais, raciais e outras na natureza e na história passada. Inquietam-se com o fato de que a maior nação católica do

mundo flutua sobre a religiosidade afro e indígena. Espantam-se com o divórcio entre as tendências da sociedade civil e as do poder estatal. Debruçam-se sobre o passado próximo e remoto, buscando raízes nos séculos de escravatura. Atravessam o Mar Atlântico para encontrar origens lusitanas, africanas, européias. Olham no espelho das europas procurando modelos e ideais para se vangloriar ou estranharem. O anacronismo, bovarismo, mimetismo, exotismo e ecletismo, em matérias científicas, filosóficas e artísticas, fascinam ou assustam muitos dos que se miram em espelhos franceses, ingleses, alemães, norte-americanos e outros.

A Revolução de 1930 parece ter provocado uma espécie de precipitação das potencialidades das crises e controvérsias herdadas do passado. Delineiam-se mais nitidamente as correntes de pensamento. A marcha do processo político e das lutas sociais, de par em par com a crise da cafeicultura, os surtos de industrialização, a urbanização, a emergência de um proletariado incipiente, os movimentos sociais de base agrária, tais como o cangaço e o messianismo, tudo isso repunha, desenvolvia e criava desafios urgentes para cada setor e o conjunto da sociedade nacional.

Essa é a época em que desabrocham algumas das interpretações fundamentais, ou mesmo clássicas, da história da sociedade brasileira. Dizem respeito às sugestões teóricas desenvolvidas pelo pensamento europeu e norte-americano, onde se encontram tanto Simmel e Weber como Boas e Marx, dentre muitos outros. Mas também estão mais preparados para refletir sobre os dilemas da sociedade. Parecem mais contemporâneos do seu tempo e lugar. Explicam as tradições, as heranças portuguesas, as marcas do escravismo, os

obstáculos e as possibilidades de formação do povo, enquanto coletividade de cidadãos. Explicam o corporativismo, os antagonismos entre o público e o privado, as contradições de classe, a separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário, a democracia, a preeminência do poder civil, a missão moderadora do poder militar, o estado forte, as debilidades da sociedade civil, o potencial das lutas populares no campo e cidade.

É como se o pensamento e o pensado se encontrassem mais transparentes. Mais uma vez procura-se reduzir o hiato entre as sugestões do pensamento universal e os temas da realidade nacional. Intelectuais formados no espírito europeu, no outro lado do mar-oceano, mas sensíveis aos desafios do presente e aos enigmas do passado, passam a explicar como se compõe e decompõe o Brasil como nação. "Ao transoceanismo saudosista de uns e ao nacionalismo afoito e ingênuo de outros, sucederia uma geração na qual aparecem alguns homens dotados de uma formação nova e de uma técnica intelectual mais adequada à compreensão dos problemas de cultura e, talvez, por isso mesmo, dotados também de uma compreensão mais exata do país e de nossa história"⁸.

Em 1930 o Brasil realizou uma tentativa fundamental, no sentido de entrar no ritmo da história, tornar-se contemporâneo do seu tempo, organizar-se segundo os interesses dos seus setores sociais mais avançados. Tudo o que vinha germinando antes se torna mais explícito e desenvolve-se com a crise e ruptura simbolizadas pela Revolução. O que se encontrava em esboço, apenas intuído, de repente parece clarificar-se. Foi na década de 30 que se formularam as principais interpretações do

8. João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil* (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional), Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956, p. 441.

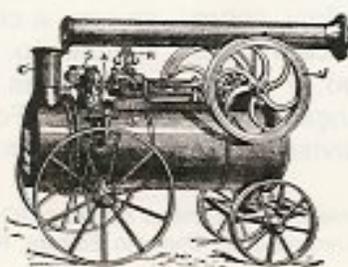
Brasil Moderno, configurando “uma compreensão mais exata do país”. Muito do que se pensou antes, polariza-se e decanta-se nessa época. E muito do que se pensa depois arranca das interpretações formuladas então.

É claro que o que se pensa depois também inova. Há outras contribuições sobre a formação histórica do país, os seus dilemas presentes, suas possibilidades futuras. Os escritos de José Honório Rodrigues, Raimundo Faoro, Antonio Cândido, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura e muitos outros expressam continuidades e inovações fundamentais. Mas naquela época formularam-se algumas matrizes do pensamento social brasileiro, no que se refere a questões básicas: a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, o capitalismo nacional e associado, o federalismo e o centralismo, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, a região e a nação, a multiplicidade racial e a formação do povo, o capitalismo e o socialismo, a modernidade e a tradição.

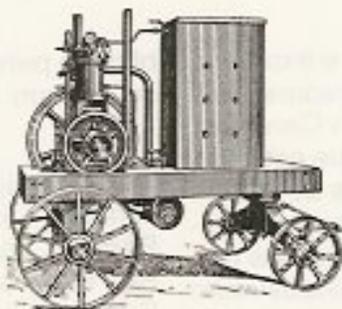
Alguns livros publicados nos anos 30 dão uma idéia da fecundidade intelectual dos desafios que a sociedade brasileira estava enfrentando; de como se revelam “alguns homens dotados de uma formação nova e de uma técnica intelectual mais adequada à compreensão dos problemas da cultura”, da sociedade e da história. Revelam horizontes novos no desenvolvimento do pensamento brasileiro. Simbolizam pontos de inflexão da história e do pensamento: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*; Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil*; Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*; Roberto C. Simonsen, *A Evolução Industrial do Brasil*; Manoel Bomfim, *Brasil*

Nação; Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*; Azevedo Amaral, *A Aventura Política do Brasil*; Mário Travassos, *Projeção Continental do Brasil*; Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*; Virgínio Santa Rosa, *O Sentido do Tenentismo*; José Maria Belo, *Panorama do Brasil*; Tristão de Ataíde, *Política*; Afonso Arinos de Mello Franco, *Conceito de Civilização Brasileira*; Paulo Prado, *Paulística*. Ainda na década de 30 republicaram-se escritos já conhecidos em décadas anteriores, passando a ser relidos em outra perspectiva: Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro*; Tavares Bastos, *A Província* (Estudo sobre a descentralização no Brasil); Oliveira Vianna, *Evolução do Povo Brasileiro*. Ao fim dos anos 30 e começo de 40 continuaram as publicações destinadas a retomar, discutir ou inovar o que se havia proposto anteriormente, principalmente: Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil* (1500-1820); Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia); Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos, Nordeste e O Mundo que o Português Criou*; Cassiano Ricardo, *Marcha para Oeste* (A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil); Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira* (Introdução ao estudo da cultura no Brasil). Haveria muito mais que mencionar, se fôssemos fazer justiça à maioria, se não a todos.

Os indícios de modernização, que já se esboçavam com a Semana de Arte Moderna, a eclosão do tenentismo e outros acontecimentos de anos e décadas anteriores, a partir de 30 parecem acelerar-se. As inquietações científicas, filosóficas e artísticas simbolizadas nas obras de Graça Aranha, *A Estética da Vida*; Jackson de Figueiredo, *Literatura Reacionária*; Paulo Prado, *Retrato do Brasil*; Mário de Andrade,



Macunaíma e Vicente Licínio Cardoso (organizador), *À margem da História da República*, entre outros, generalizam-se desde 30.



Criou-se uma atmosfera diferente, nova, de ampla ebulição cultural, política e social. Não foi um marco zero. "Mas foi um eixo e um catalisador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova. Nesse sentido foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um 'antes' diferente de um 'depois'. Em grande parte porque gerou um movimento de unificação cultural, projetando na escala da Nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões. A este aspecto integrador é preciso juntar outro, igualmente importante: o surgimento de condições para realizar, difundir e 'normalizar' uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 1920, que tinha sido uma sementeira de grandes mudanças"⁹. Os fermentos sociais e intelectuais que vinham de anos e décadas anteriores, passam a ser vistos como *normais* a partir de 30. A despeito das extremas desigualdades sociais prevalentes, o que excluía amplos setores da população dos espaços culturais e políticos que se estavam alargando, aos poucos ampliou-se a *participação*. Houve um florescimento cultural da maior significação. "Isto ocorreu em diversos setores: instrução pública, vida artística e literária, estudos históricos e sociais, meios de difusão cultural como o livro e o rádio (que teve desenvolvimento espetacular)"¹⁰.

Desde antes de 30 já era intenso e fecundo o debate sobre a formação e as

perspectivas da sociedade brasileira. Reolocaram-se de forma particularmente urgente os dilemas da questão nacional. As perspectivas e os impasses que se haviam aberto com a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a imigração

européia, as crises periódicas da economia primária exportadora, os obstáculos internos e externos à industrialização, colocavam-se de forma premente. Tanto assim que se multiplicaram os debates, as interpretações e as diretrizes para a resolução, ou manejo, dos problemas nacionais. Naturalmente resgataram-se sugestões próximas e antigas, de *José Bonifácio*, Frei Caneca, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Silvío Romero, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Alberto Torres e outros. Mas principalmente produziram-se outras e novas interpretações e diretrizes. Muitos debruçaram-se sobre as peculiaridades da sociedade brasileira, as desigualdades regionais, a heterogeneidade étnica, as heranças do escravismo, as contribuições dos imigrantes, o peso das oligarquias ou clãs agrários, o predomínio do privatismo sobre o espírito público, os partidos políticos personalistas, a precariedade dos processos eleitorais, as urgências do nacionalismo, o fascínio pelas idéias e soluções estrangeiras, a importância da modernização do aparelho estatal, o significado dirigente do estado, a conquista da cidadania e outros dilemas da sociedade brasileira na época.

É inegável que muitos fatos estavam recriando e agudizando desafios da sociedade, desde os primeiros momentos do regime republicano: o predomínio das burguesias paulista e mineira no bloco de

9. Antonio Cândido, *A Educação pela Noite e outros Ensaios*, Editora Ática, São Paulo, pp. 181-182.

10. *Ibid.*, p.182. Consultar também Élide Rugai Bastos, *Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira*, Tese de Doutorado, Universidade Católica de São Paulo, 1986, mimeo.

poder formado com a República e expresso também na política dos governadores; as lutas sociais de base agrária em Canudos, Contestado e outras partes em que estavam em curso as ocupações de terras devolutas e indígenas; as greves de colonos na cafeicultura e de trabalhadores assalariados nos centros urbanos com atividades industriais; o messianismo do padre Cícero, em Juazeiro; as exigências e as conseqüências da Primeira Guerra Mundial e das crises da cafeicultura, uma economia primária exportadora; a emergência de movimentos sociais, partidos políticos e outras manifestações de setores populares rurais e urbanos, em luta por conquistas sociais diversas.

Os prenúncios do Brasil Moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação. O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política. Ao mesmo tempo, setores do pensamento brasileiro vacilavam em face de inclinações um tanto exóticas e demoravam-se para encontrar-se com a realidade social brasileira.

4. História e Imaginação

É possível verificar que uma parte ampla da produção intelectual brasileira do século XX está empenhada em compreender as condições de modernização do país. Desde as décadas finais do século XIX tornou-se cada vez mais evidente a preocupação com as implicações sociais, econômicas, políticas e culturais da extinção do regime de trabalho escravo e do término do regime monárquico. Tanto os que lutavam contra como os que eram a favor dos movimentos abolicionista e repu-

blicano pensavam ou pressentiam, queriam ou temiam as possíveis transformações.

A idéia de Brasil Moderno está presente, ou implícita, em escritos de Sílvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Machado de Assis, Raul Pompéia, Lima Barreto e muitos outros. Compreende também movimentos sociais e partidos políticos, além de correntes de opinião pública, nos quais se inscrevem os católicos liberais, democratas, socialistas, anarquistas e outros. Depois, nas décadas de 20 e 30, torna-se muito mais explícito, com Oliveira Vianna, Vicente Licínio Cardoso, Jackson de Figueiredo, Manoel Bomfim, Paulo Prado, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto C. Simonsen, Caio Prado Júnior, Astrojildo Pereira e outros. Não há dúvida, essa problemática está no horizonte de Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Portinari, Villa Lobos e assim por diante. Em seguida, sempre continua a desafiar o pensamento brasileiro nos escritos de José Honório Rodrigues, Rômulo de Almeida, Celso Furtado, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodrê, Hélio Jaguaribe, Raimundo Faoro, Antonio Cândido, Florestan Fernandes e muitos outros. Não se trata de imaginar que todos pretendem o futuro, ou o presente aperfeiçoado. São múltiplas e contraditórias as interpretações e diretrizes de uns e outros. Trata-se de um amplo leque, no qual se encontram inclusive os que preferem corrigir o presente pelos parâmetros passados, preconizando a modernização conservadora".

Ao mesmo tempo, a marcha da sociedade continua a criar e recriar novas realidades. A sociedade e a economia, a política e a cultura, o campo e a cidade, continuam a transformar-se. Em fins do século XIX e começo do XX a Amazônia transforma-se no milagre da borracha.

Simultaneamente, a economia cafeeira expande-se em diversas áreas do Centro-Oeste. E a economia açucareira espalha-se por outras regiões, além do Nordeste; expande-se em São Paulo. Sucodem-se e confundem-se "ciclos" econômicos, acompanhados de mudanças sociais, urbanização, surtos de industrialização, desenvolvimento de classes sociais, desafios e propostas políticas, criações culturais. Aos poucos, diversifica-se o leque do debate científico, filosófico e artístico. Multiplicam-se centros de estudos universitários e independentes da academia, privados e públicos. Além do Rio de Janeiro, também São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Belém e outras cidades desenvolvem novas atividades culturais. Multiplicam-se núcleos intelectuais e políticos preocupados com a tradição e a modernidade, procurando explicar o presente, exorcizar o passado e imaginar o futuro.

Tanto no nível do pensamento como no das práticas de governantes e grupos sociais mais poderosos, observa-se a impaciência, pressa, sofreguidão. Algumas realizações famosas dão uma idéia desse clima. A construção da cidade de Brasília pretende simbolizar o Brasil Moderno, representa o coroamento de uma larga história de intentos de tornar o Brasil contemporâneo do seu tempo. Uma capital nova,

feita sob medida, lançada em traços audaciosos, nas proporções do século XXI; e povoada pela mesma humanidade que se pretendia esquecer, ou exorcizar. Algo semelhante havia ocorrido na época do apogeu da borracha amazônica. A Ferrovia Madeira-Mamoré, construída em plena floresta em fins do século XIX e começo do XX, simboliza muito bem a façanha da audácia. No mesmo ano em que se inaugura, depois de um altíssimo custo humano e material, o ciclo da borracha entra em colapso. Sobra a sensação de absurdo atravessando a biografia e a história. "O que eu vim fazer aqui!... Qual a razão de todos esses mortos internacionais que renascem na bulha da locomotiva e vêm com seus olhinhos de chineses, de portugueses, bolivianos, barbadianos, italianos, árabes, gregos, vindos a troco de libra. Tudo quanto era nariz e pele diferente andou por aqui deitando com uma febrinha na boca-da-noite pra amanhecer no nunca mais"¹². Em todos os lugares, combina-se o moderno material com o autoritário do mando e desmando. Como na Madeira-Mamoré, em Canudos, Contestado, Revolta da Vacina, ocupações de terras, greves operárias, protestos contra desmandos. Uma história na qual a modernidade está mesclada no caleidoscópio dos pretéritos, dos "ciclos" desencontrados de tempos e lugares, como se o presente fosse um depósito arqueológico de épocas e regiões.

11. Para o balanço crítico da história e das tendências do pensamento brasileiro, consultar: João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956; Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro*, 2ª Edição, Pioneira Editora, São Paulo, 1969; Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*, 3ª Edição, Editora Ática, São Paulo, 1977; João Camilo de Oliveira Torres, *Interpretação da Realidade Brasileira*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1969; Nelson Werneck Sodrê, *A Ideologia do Colonialismo*, 2ª Edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965; Guerreiro Ramos, *A Crise do Poder no Brasil*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1961; Florestan Fernandes, *A Sociologia no Brasil*, Editora Vozes, 1977; Leandro Konder, *A Derrota da Dialética*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1988; Reginaldo Moraes, Ricardo Antunes e Vera B. Ferrante (orgs.), *Inteligência brasileira*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986; Antonio Paim, *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.
12. Márcio Souza, *Mad Maria*, romance, 3ª edição, Editora Marco Zero, Rio de Janeiro, 1985, pp. 346-347. Consultar também Francisco Foot Hardman, *Trem Fantasma (A Modernidade na Selva)*, Companhia das Letras, São Paulo, 1988, esp. caps. 5 e 6.

Todos, a despeito das diversidades de perspectivas e propostas, pensam o Brasil Moderno, o capitalismo nacional, o capitalismo associado, a industrialização, o planejamento governamental, a reforma do sistema de ensino, a reforma agrária, a institucionalização de garantias democráticas, a superação da preguiça pelo trabalho e da luxúria pelo ascetismo, a mudança das instituições e atitudes, a reversão das expectativas, a revolução política, a revolução social. Em distintas gradações, as perspectivas de uns e outros abrem-se em um leque bastante amplo, compreendendo propostas de cunho liberal, liberal-democrático, corporativo, fascista, socialista e outras.

Mas vale a pena observar que esse vasto movimento intelectual — polarizado pela idéia de modernização conservadora, autoritária, democrática ou socialista — foi acompanhado de um deslocamento do centro da vida nacional. Entre fins do século XIX e a primeira metade do XX, o centro da vida nacional deslocou-se do Nordeste, simbolicamente Recife, para o Centro-Sul, simbolicamente São Paulo. A chamada Escola de Recife expressa bastante bem uma época de apogeu e crise do predomínio do Nordeste na fisionomia do Estado Nacional. Em certa medida, a realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo, no ano de 1922, simboliza a emergência de outras inquietações e propostas, que passarão a predominar. Mas o deslocamento não é nem rápido nem drástico. Alguns escritos revelam dúvidas, ambigüidades, vacilações, falta de clareza. Foi complicado esse processo de deslocamento do centro da vida nacional, desde o Nordeste ao Centro-Sul, simbolizado em Recife e São Paulo.

Em *A Estética da Vida*, publicado em 1920, Graça Aranha está procurando equacionar os novos tempos. Um membro da Escola de Recife que se defronta com as polarizações emergentes na sociedade

nacional, procurando descortinar o presente e exorcizar o passado. “Depois de ter sido uma nação paradoxalmente clássica, movida pelo humanismo e pela imaginação literária, eis o Brasil lançado no extremo da oposição à cultura intelectual. Há um pragmatismo que procura suplantar todo o intelectualismo. Há uma filosofia de ação prática, que dirige a energia brasileira para os trabalhos físicos da posse da terra e para a acumulação da riqueza. Nesse sentido o Brasil se americaniza e se desintegra do cosmos latino... Eis o paradoxo do governo brasileiro: homens não preparados para a função de governar uma nação de destino industrial governam essa nação... São Paulo, felizmente, é dirigido por uma elite de fazendeiros, agricultores e industriais. Os homens antigos não são estranhos à indústria, e essa perfeita conformidade entre a capacidade, a competência dos governantes e o destino social do Estado, é que mantém o progresso de S. Paulo, o menos paradoxal dos Estados brasileiros”¹³.

Em *Retrato do Brasil*, publicado em 1928, Paulo Prado está procurando equacionar os novos tempos. Um intelectual paulista, membro de uma família tradicional de negócios e política, defrontando-se com as polarizações emergentes na sociedade nacional. Está ansioso por construir o futuro. Para isso, dedica-se a um vasto exorcismo do passado. “Três séculos tinham trazido o país a essa situação lamentável. A colônia, ao iniciar-se o século de sua independência, era um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues da língua e do culto... População sem nome... País pobre sem o auxílio humano, ou arruinado pela exploração apressada, tumultuária e incompetente de suas riquezas minerais; cultura agrícola e pastoril limitada e atrasada, não suspeitando das formidáveis possibilidades das suas águas, das suas metas, dos seus campos e praias; povoadores mestiçados, sumindo-

se o índio diante do europeu e do negro, para a tirania nos centros litorâneos do mulato e da mulata; clima amolecedor de energias, próprio para a "vida de balanço"; hipertrofia do patriotismo indolente que se contestava em admirar as belezas naturais, "as mais extraordinárias do mundo", como se fossem obras do homem... O Brasil, de fato, não progride; vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado... Para tão grandes males parecem esgotadas as medicações de terapia corrente: é necessário recorrer à cirurgia... A Revolução virá de mais longe e de mais fundo. Será a afirmação inexorável de que quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi mal feito"¹⁴. Note-se que todo esse panorama do passado é o do *outro* Brasil, daquele que se havia formado com matriz no Nordeste. A emergente burguesia paulista estava impaciente, sôfrega. Queria dar andamento aos seus interesses, ampliar os seus espaços de mando, conferir outra direção aos assuntos nacionais, apresentando tudo isso como se fora uma urgência da salvação nacional.

Algumas das dúvidas e ambigüidades desses e outros pensadores foram superadas, ou mesmo renovadas em outros termos, nos escritos de Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto C. Simonsen e Caio Prado Júnior, entre outros. Elaboraram mais e melhor as questões, os dilemas. Conseguiram reinterpretar a história do país, explicar o presente e descortinar algumas tendências futuras. São autores que inauguram interpretações, codificam o conhecimento acumulado até então, reinterpretam momentos cruciais da história, conferem aura científica às suas explicações, estabelecem estilos de pensamento.

Vale a pena atentar para os paralelismos nos escritos desses pensadores. Dedicaram-se a interpretações da história, abarcando Colônia, Império e República. Procuram continuidades e descontinuidades, de modo a compreender as raízes próximas e remotas do presente. É notável o interesse que todos revelam pelo Brasil-Colônia. Lá longe, estariam procurando os segredos dos impasses e das potencialidades com os quais se defronta a nação no século XX. Uma síntese das interpretações desenvolvidas por esses autores encontra-se nos seguintes livros: *Evolução do Povo Brasileiro*, por Oliveira Viana; *Interpretação do Brasil*, de Gilberto Freyre; *A Evolução Industrial do Brasil*, por Roberto C. Simonsen; *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior; e *Raízes do Brasil*, por Sérgio Buarque de Holanda. A despeito da ênfase social, econômica, política ou cultural, evidente em cada um, empenharam-se em apresentar explicações abrangentes, globalizantes. E sugerem, ou mesmo apresentam explicitamente, as perspectivas presentes e prováveis da sociedade. Cada um a seu modo, todos empenham-se em explicar as condições e as possibilidades do Brasil Moderno.

Suas interpretações do Brasil tornam-se paradigmáticas. Passam a ser referência constante no ensino e pesquisa universitários, nas atividades de partidos e movimentos, nas diretrizes de governantes, nas controvérsias da opinião pública. A despeito das críticas possíveis, ou das lacunas reais, consolidam-se, institucionalizam-se. Codificam muito do que uns e outros, grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos adotam como válido, consideram fundamental. Depois de todo um amplo debate que atravessou décadas, quando

13. Graça Aranha, *A Estética da Vida*, Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1920, pp. 178-179 e 186.

14. Paulo Prado, *Retrato do Brasil* (Ensaio sobre a Tristeza Brasileira), Duprat-Mayença, São Paulo, 1928, pp. 148-149, 200, 211 e 213.

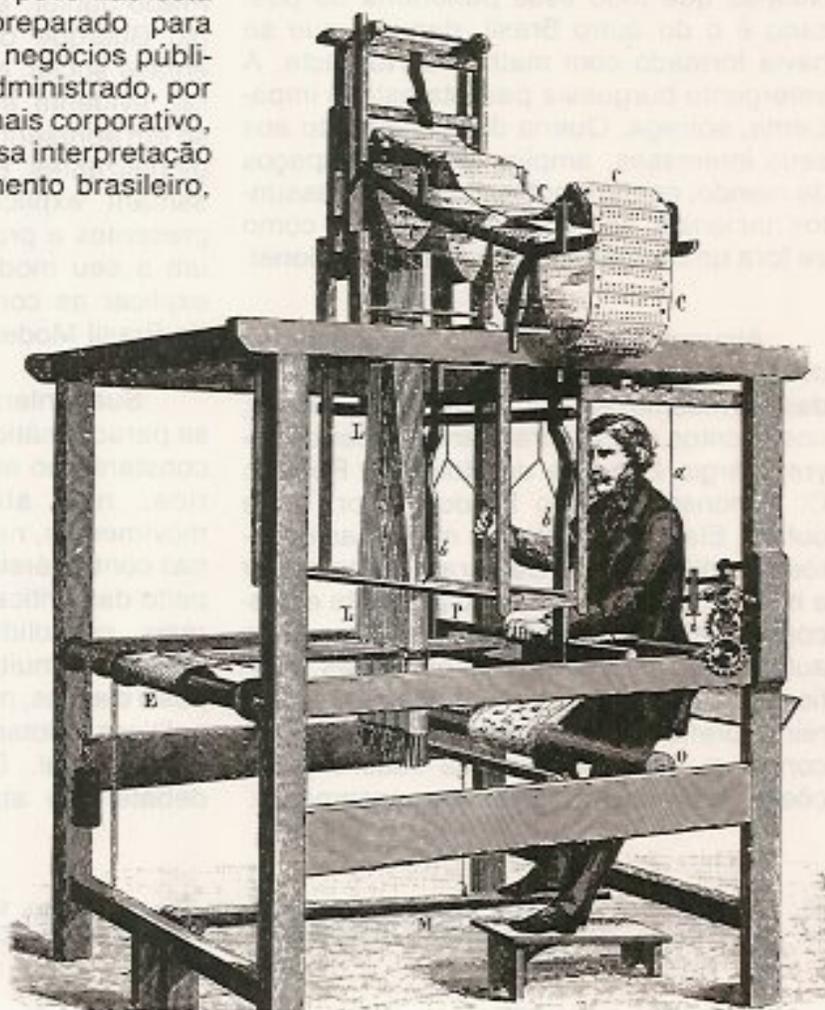
se multiplicaram dúvidas e ambigüidades, muitos têm a sensação de que o país encontrou a sua articulação histórica, o seu perfil, o seu caminho. Conservadores, autoritários, liberais, democratas e socialistas já têm a seu dispor um esquema básico, uma referência coerente, um paradigma para pensar e agir. Assim Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto C. Simonsen e Caio Prado Júnior adquirem a aura de clássicos.

A interpretação de Oliveira Viana vem diretamente do pensamento conservador europeu e brasileiro. Privilegia a organização e a atividade do Estado, conferindo-lhe um papel preeminente, "civilizador". Baseia-se no suposto de que a sociedade civil é débil, incapaz; que o povo não está cultural e politicamente preparado para exercer um papel ativo nos negócios públicos. Precisa ser tutelado, administrado, por um poder estatal cada vez mais corporativo, dinâmico, modernizador. Essa interpretação ressoa bastante no pensamento brasileiro, em setores empresariais, políticos, militares, jornalísticos, universitários.

A interpretação de Gilberto Freyre vem do pensamento moderno europeu e norte-americano, onde se destacam Simmel e Boas, entre outros. Privilegia as formas de sociabilidade e supera os equívocos que associam raça e cultura. Concentra-se na análise de instituições e formas sociais, tais como a família patriarcal, as etiquetas sociais, os tipos sociais. Lida com os interstícios ou póros da sociedade civil, tomando-os como expressões suficientes desta. Focaliza a

família patriarcal como se fosse a miniatura da sociedade, de tal modo que o patriarca aparece como se fosse uma metáfora do governo, e o patriarcalismo do poder estatal. As relações e os movimentos de grupos, castas ou classes diluem-se nas relações entre os componentes da família patriarcal. Esse é o contexto em que surge a idéia de *democracia racial*, na qual não aparece o escravo do eito nem o operário livre. Uma interpretação muito influente. Ganha ênfase nos mesmos lugares em que Oliveira Viana prevalece. Uma explica o Estado e a outra a Sociedade¹⁵.

A interpretação de Sérgio Buarque de Holanda tem raízes no pensamento alemão moderno, principalmente Dilthey, Rickert e



Weber. Desenvolve-se em um conjunto de tipos ideais, configurando épocas, estilos de sociabilidade. Percebe de modo aberto a sociedade civil e o Estado, no passado e no presente. O *homem cordial* sintetiza uma parte expressiva da forma pela qual apanha momentos da história, em moldes supra-históricos. Uma interpretação bastante presente em meios universitários e artísticos.

A interpretação de Roberto C. Simonsen tem raízes na economia política. Lê a história como um processo de desenvolvimento econômico, no qual estão em causa o empresário, a tecnologia, o planejamento governamental, a industrialização apoiada pelo poder público, a racionalização da empresa, o aumento da produtividade, o adiestramento profissional do trabalhador, a legislação trabalhista destinada a formalizar o mercado de mão-de-obra.

E a interpretação de Caio Prado Júnior tem raízes no pensamento marxista. Analisa a formação social brasileira em termos de forças produtivas e relações de produção, expropriação do escravo e trabalhador livre, desigualdades sociais e contradições de classes. Apanha a história como um caleidoscópio de *ciclos* e épocas, diversidades e desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais; complicadas pelas diversidades e desigualdades raciais e regionais. Desvenda as lutas, reformas e rupturas que demarcam épocas e perspectivas da história social brasileira.

Vale a pena observar que essas interpretações clássicas do Brasil estão marcadas pela mudança do eixo da história. Elas talvez tenham muito que ver com o deslocamento do eixo de organização e desenvolvimento da sociedade.

Gilberto Freyre não esconde que vê a história na perspectiva da vigorosa matriz representada pelo Nordeste, por sua importância e história ao longo da Colônia e Império. Por isso, provavelmente, a sua interpretação do Brasil guarda as dimensões e as sonoridades de um imponente réquiem. Diz respeito a uma história que teve pompa e circunstância. O que vem depois do escravismo, engenho e patriarcalismo, perde nitidez, parece outra coisa, expressa um mundo estranho. Nesse sentido, podem encontrar-se ressonâncias recíprocas em *Sobrados e Mucambos* de Gilberto Freyre e *Fogo Morto* de José Lins do Rego. Desvendam o segredo sustentado no réquiem do patriarcalismo perdendo os fundamentos da sua pompa.

Oliveira Viana e Sérgio Buarque de Holanda pensam a história do Brasil na perspectiva do Rio de Janeiro, da capital do país, do Estado Nacional, do todo visto a partir do centro político e cultural. É claro que são diferentes as suas interpretações. A de Oliveira Viana é mais política, privilegia o poder estatal e implica no autoritarismo organizado corporativamente. A de Sérgio Buarque de Holanda é mais cultural, privilegia a história da sociedade, implica na democracia. Mas talvez seja possível afirmar que ambos interpretam o Brasil desde o horizonte descortinado a partir do centro político e cultural do país.

Caio Prado Júnior e Roberto C. Simonsen não escondem que vêem a história do Brasil na perspectiva da matriz que se está criando em São Paulo. Beneficiam-se do horizonte aberto pela expansão capitalista no campo, com base no café, e a industrialização, ainda que incipiente. Percebem o país em seu presente e na sua história, provocados pelo surto industrial que se observa

15. Esta síntese inspira-se no trabalho de Elide Rugai Bastos, *Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira*, Tese de Doutorado, Universidade Católica, São Paulo, 1986, mimeo.

em várias partes, em especial em São Paulo. Por isso parecem mais atentos à *questão social*; além de compreenderem os desafios e as perspectivas que se abrem com a industrialização, o engajamento do aparelho estatal no desenvolvimento econômico em geral, e na industrialização em especial. Roberto Simonsen percebe a questão social na ótica da harmonização entre o trabalho e o capital, da paz social. Ao passo que Caio Prado a percebe na ótica das desigualdades sociais, da luta de classes.

As interpretações clássicas, seus desenvolvimentos posteriores e a própria história, com o seu jogo de forças sociais, dirão como se deslocou o eixo da história da sociedade brasileira. Revelarão onde foi localizar-se a matriz do Brasil moderno. Apenas a matriz interna da modernidade que entusiasma e intimida, deslumbra e espanta.

A rigor, pode-se afirmar que Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto Simonsen e Caio Prado inauguram estilos de pensar o país, a história brasileira, os dilemas do presente, as perspectivas prováveis. Formam discípulos, continuadores, dissidentes. Inclusive resgatam contribuições precedentes, suscitam precursores. Toda obra fundamental, conforme escreveu também Jorge Luis Borges, não só cria discípulos como inventa precursores. Parece realinhar idéias, explicações, textos, temas, linguagens, códigos. É todo um modo de ver e explicar que se articula, juntando o que se vê e o que não se vê. Os lineamentos da história presente, pretérita e futura parecem clarificar-se, tornar-se mais explícitos. Servem de base para novas pesquisas, outras controvérsias, diferentes nações.

É claro que a história do Brasil Moderno não termina aqui. Depois de 1930, virão

1945, 1964, 1985 e outras datas, simbolizando rupturas, retrocessos, aberturas. A sociedade continuou a modificar-se, em termos sociais, econômicos, políticos e culturais. O que não significa que sempre se modificou para melhor, segundo os interesses da maioria do povo¹⁶.

A indústria cresceu e diversificou-se. O capitalismo avançou mais ainda no campo, de modo extensivo e intensivo. Acelerou-se a urbanização. Desenvolveram-se as classes sociais. Ocorreu uma rearticulação ampla das regiões. Recriaram-se as diversidades e desigualdades sociais, culturais, raciais, regionais e outras. Já se pode falar em um complexo industrial-militar, além de crescente articulação entre o aparelho estatal e as multinacionais.

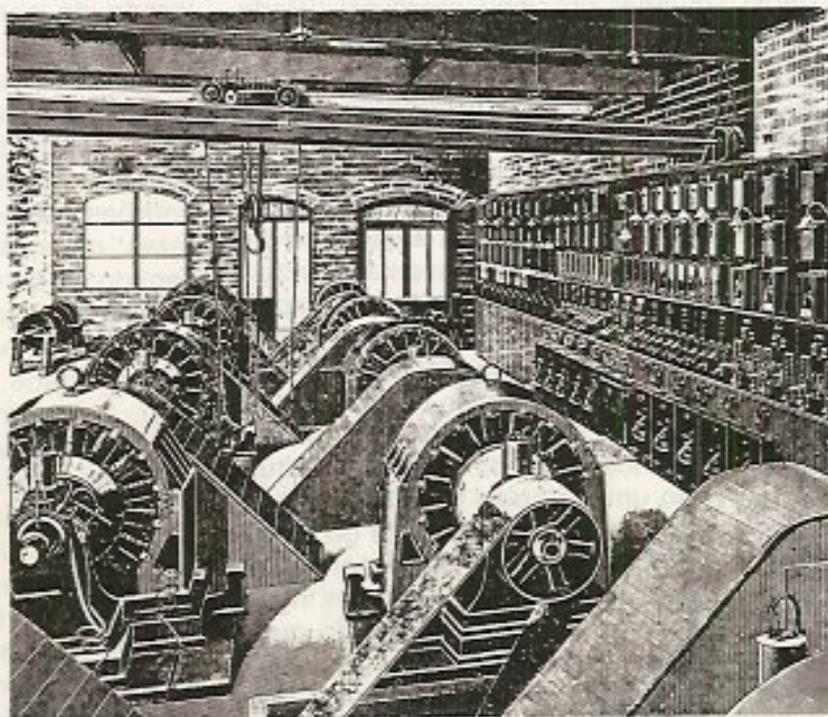
No âmbito do pensamento, surgiram novas explicações do Brasil, parciais ou abrangentes. Dentre os seus autores, destacam-se Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Raimundo Faoro, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, José Honório Rodrigues, entre outros. Refazem, outra vez, toda a história, em diferentes perspectivas, com instrumental teórico às vezes bastante diverso. São tomados pela opinião pública e em ambientes universitários como fundadores ou continuadores. Em vários casos, são continuadores, com inovações importantes. Reiteram ou desenvolvem as explicações de Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen e Caio Prado. Às vezes passam ao largo desses e encontram-se com Silvio Romero, Joaquim Nabuco, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Jackson de Figueiredo e outros.

Sim, no Brasil as ciências sociais nascem e desenvolvem-se marcadas pelo desafio: compreender as condições e as

possibilidades do Brasil Moderno. Todo o empenho está em compreender o presente, em suas raízes próximas e distantes. Por isso, em diferentes épocas, o pensamento social debruça-se também sobre o passado, tentando descobrir segredos do presente.

Mas sempre se revela o fascínio pela modernidade como idéia, forma ou ilusão, sem questionar de onde vem, para onde vai. As últimas modas provenientes dos centros culturais dominantes da Europa e Estados Unidos podem ressoar em alguns centros culturais brasileiros, como novas verdades que substituem outras. Há alguns para os quais a última novidade européia ou norte-americana pode representar o novo paradigma para pensar, filosofar, explicar, criar. O filósofo brasileiro pode imaginar que só na Europa, isto é, em Paris, é que podem encontrar-se os grandes problemas da filosofia. Algo semelhante dirão alguns sociólogos, antropólogos, economistas, historiadores, escritores, ensaístas e outros.

Nesse sentido, também, é que a idéia de Brasil Moderno freqüentemente tem algo de caricatura. Primeiro, caricatura resultante da imitação apressada de outras realidades ou configurações históricas, freqüentemente implicadas em idéias, conceitos, explicações, teorias. Segundo, caricatura tornada ainda mais grotesca porque superpõe con-



ceitos e temas a realidades nacionais múltiplas, antigas e recentes, nas quais mesclam-se os ciclos e as épocas da história brasileira, como em um insólito caleidoscópio de realidades e imitações.

Continua em causa o dilema das idéias exóticas, da busca da congruência entre o pensamento e o pensado. O que já havia sido claramente posto por José Veríssimo e Sílvio Romero, continuou a pôr-se para os outros, ao longo das décadas. Em 1973 Paulo Emilio julgou necessário escrever: "Não somos europeus nem americanos do norte, mas destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro"¹⁷. E em 1985 Sérgio

16. Uma parte importante da problemática cultural dos tempos do populismo e militarismo é examinada por Renato Ortiz, *A Moderna Tradição Brasileira* (Cultura Brasileira e Indústria Cultural), Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.

17. Paulo Emilio Sales Gomes, *Cinema: Trajetória no Subdesenvolvimento*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980, p. 77. Citação de "Cinema: Trajetória do Subdesenvolvimento", publicado pela primeira vez em 1973, na revista *Argumento*, n.º 1, São Paulo.

Paulo Rouanet precisou escrever: "Podemos, sem exagero, falar na ascensão de um novo irracionalismo no Brasil. Em todas as trincheiras e em todas as frentes, a razão está na defensiva. ... Ele foi em parte moldado por influências externas. Em sua variedade 'existencial', ele talvez tenha tido sua origem na contracultura americana dos anos 70, que pretendia reinventar a vida a partir do festival de Woodstock e da experiência das comunas. Em sua variedade teórica, é preciso reconhecer que ele está em sintonia com algumas tendências do pensamento europeu. Penso em Foucault, que pelo menos segundo uma certa leitura vê na razão uma simples protuberância na superfície do poder, encarregada de observar, esquadrihar, normalizar, e penso nos *nouveaux philosophes*, que vêem nos inventores de sistemas meros agentes do *gulag* — os *maitres-penseurs*... Mas as raízes internas são igualmente inegáveis. Sem nenhuma dúvida, o irracionalismo brasileiro não é uma "idéia fora do lugar". Talvez a política educacional do regime autoritário seja o mais importante desses fatores internos. Durante 20 anos, ela extirpou metodicamente dos currículos tudo o que tivesse que ver com idéias gerais e com valores humanísticos... Os egressos desse sistema educacional deficitário transformam, simplesmente, seu não-saber em normas de vida e em modelo de uma nova forma de organização das relações humanas"¹⁸.

Sob diversos aspectos, a história do pensamento brasileiro no século XX pode ser vista como um esforço persistente e rei-

terado de compreender e impulsionar as condições da modernização da sociedade nacional. Primeiro, no sentido de fazer com que a sociedade e o Estado, compreendendo as instituições sociais, econômicas, políticas e culturais, aproximem-se dos padrões estabelecidos pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Segundo, no sentido de conhecer, valorizar ou exorcizar as peculiaridades da formação social brasileira, tais como os séculos de escravismo, a diversidade racial, a mestiçagem, o trópico, o lusitanismo, o europeísmo etc. É óbvio que esse esforço de compreensão e compromisso não se organiza sempre na mesma direção. Uns preconizam a modernização em moldes democráticos; outros em termos conservadores, ou simplesmente autoritários. Há aqueles que reivindicam reformas sociais amplas; outros até mesmo a revolução social. Um ou outro chega a idealizar o escravismo, o regime monárquico, o colonialismo lusitano, o alpendre da casa-grande.

No emaranhado dos desafios que compõem e descompõem o Brasil como nação, as produções científicas, filosóficas e artísticas podem revelar muito mais o imaginário do que a história, muito menos a nação real do que a ilusória. Mas não há dúvida de que a história seria irreconhecível sem o imaginário. Alguns segredos da sociedade revelam-se melhor, precisamente na forma pela qual ela aparece da fantasia. Às vezes, a fantasia pode ser um momento superior da realidade.

18. Sérgio Paulo Rouanet, *As Razões do Iluminismo*, Companhia das Letras, São Paulo, 1987, pp. 124-125. Citação do capítulo "O novo irracionalismo brasileiro", publicado pela primeira vez na *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 de novembro de 1985.

DA NECESSIDADE DO DIABO *

(Imaginário social e cotidiano no Brasil do século XVIII)

José Roberto do Amaral Lapa

(Centro de Memória — UNICAMP)

"Governar é fazer crer".

Maquiavel

"E a realidade só interessa
se iluminada pela imaginação, para
recompor a verdade que esconde".

Fernando Sabino

Adverta-se desde logo que o título não pretende insinuar uma discussão filosófica, tampouco colocar em dúvida qualquer moral religiosa, mesmo porque o autor ao encontrar um *Livro de Visitação*, verificou certas coincidências que o convenceram de que não é bom facilitar...

Considerem-se portanto mais como observações descontraídas de um historiador que está tentando conhecer e entender qual era a do Satã. Nem bem dizer o diabo do diabo, nem bem assegurar que aconteceu o diabo por aquelas bandas do Pará!

Uma abordagem que pretende ser científica, portanto sem envolver-se com os

mistérios da fé e dos dogmas religiosos, sem dúvida mais cômodos para explicar o que aparentemente não tem explicação.

Não nos consideramos especialistas no tema da Inquisição. O fato de termos publicado um dos *Livros das Visitações* que se realizaram no Brasil, já teve a sua história contada e por ela se vê que afinal não nos qualificariamos para figurar naquela privilegiada categoria de estudiosos.

Este trabalho centrou-se basicamente em duas fontes o *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará* e os respectivos processos, ainda inéditos, que dizem respeito às pessoas tratadas nos episódios aqui referenciados¹. Complementamos essas fontes para obter uma visão de conjunto com alguns textos especializados sobre aparições em outros locais e em outros tempos.

O conteúdo dos processos é bastante rico e tirante as partes em que foram obedecidos os ritos processuais, que são as mesmas para todas as pessoas, temos então

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada no I Congresso Internacional e Luso-Brasileiro sobre a Inquisição, São Paulo 19 a 22 de maio de 1987.

1. José Roberto do Amaral Lapa (Texto Inédito e Apresentação de), *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará 1763-1769*, "Coleção História Brasileira", Petrópolis, Editora Vozes, 1978, v. 1º.

a história de cada um e do respectivo delito confessado ou denunciado, ao que se acresce também o envolvimento de um número grande de outras pessoas, que apenas citadas como testemunhas no *Livro*, foram posteriormente chamadas à Mesa da Visitação para prestarem depoimentos.

Constam também desses processos — naqueles que naturalmente comportavam essas partes informativas — meticulosa genealogia do implicado, as sentenças proferidas pela Mesa da Visitação e outras diversas informações de interesse, além de alguns depoimentos insertos nos processos contrariarem a versão registrada no *Livro de Confissões e Denúncias*.

Infelizmente, pelo que nos foi dado examinar até agora, esses processos do Pará não trazem o inventário do interessado, não estando nesse caso apenas o processo de uma índia. Também curioso é que encontramos processos de várias pessoas do Pará, no mesmo período da Visitação, cujos nomes não constam do Livro. Duas hipóteses: são pessoas que por algum motivo, embora passíveis de serem envolvidas pela Visitação, não o foram. É a menos provável. Por outro lado, pensar que houve casos que escaparam ao registro do Notário no Livro não é de todo descartável, embora também não saibamos por que motivo. De qualquer maneira, só a atenta leitura desses processos poderá talvez ajudar a esclarecer-nos porque ficaram apartados².

O diabo era um personagem histórico curtido ou temido pela sociedade paraense. Invocado ou esconjurado. Familiar e íntimo a ponto de participar de pactos e cópulas infernais, auxiliar na vida ou na morte, identificado, nomeado, corporificado em estranhas formas, está presente nas páginas do *Livro da Visitação* como talvez nenhuma outra personagem, incluindo Deus!

Uma entidade maligna que para uns podia até fazer o bem pelo mal, pois é em si próprio o mal, mas que na verdade presta relevantes serviços no atendimento de dificuldades prosaicas ou transcendentais, satisfazendo desejos, atraindo os amigos e repelindo os inimigos. Quanto à sua eficiência é geralmente inquestionável, pois dela depende o grau de credibilidade que se persegue, embora no fabulário popular procure-se muitas vezes relativizar esses poderes, reduzindo e até ridicularizando³.

Mas, qual é o mal que estimula ou pratica? Para quem recorre a essa prática, justamente busca algo que lhe vai muitas vezes fazer o bem, isto é, atender às necessidades físicas ou mentais, oferecer bem-estar, segurança e poder.

Mas, insistamos um pouco com a idéia que persegue a identificação ou não do Bem com o Mal.

O Diabo pode ser identificado de maneira genérica com certas transgressões da ordem natural e/ou social, quando a quebra ou ruptura significam a redução ou eliminação da segurança, do prazer, do poder, da liberdade de cada um e de todos. Mas também pode ser apontado como o responsável pela produção do sofrimento físico e mental, da dor.

Coloca-se então a necessidade da representação da causa ou do próprio mal.

Essa identificação do mal é dinâmica, o que significa dizer que independe da moral religiosa, de conjunturas e estilos de vida, consciência individual ou coletiva, ação e omissão podem corresponder ao bem, sendo entretanto a transgressão de normas naturais e/ou sociais supostamente voltadas para o bem.

Mas, o Diabo como temos visto não se resume em ser o mal, pois o que pode

ser o mal para um será o bem para outro. Pode ser o recurso que ultrapassa o bem, quando este não responde, não é encontrado ou não se identifica, pode ainda ser o mal pelo bem, isto é, a prática considerada um *mal* para atingir o que é considerado um bem para o próprio agente, que entretanto poder-se-á ver inexoravelmente preso à fatalidade que promovendo o bem para si estará causando o mal para outrem ou para alguma coisa, o que ocorre invariavelmente, quando se rompe um equilíbrio que emana da própria natureza como um todo.

Haveria a prática do mal pelo mal? Claro que sim; em circunstâncias as mais diversas conscientemente pratica-se o mal, embora se saiba que com isso vai-se alcançar o mal, assim definido pela moral cristã por exemplo, ou por uma questão de foro íntimo. Neste caso pode ser uma simples passagem (travessia), mas e também pode apresentar-se como um mal definitivo que se persegue, cujo exemplo melhor é o suicídio, interpretado no caso como cessação do que aflige o suicida (que no caso poder-se-ia apontar como a busca em colocar termo a uma situação desconfortante e que ainda pode envolver a expectativa de atingir-se um novo estado que se identifica com o

bem). Entretanto, por outro lado, pode-se admitir que o suicida não se apresente com essa expectativa, mas sim acreditando que conscientemente nada de bom ou de melhor acontecerá, mas mesmo assim se suicida.

"Eu sou Jahweh e não há
nenhum outro... Eu formo a luz e
crio as trevas, asseguro
o bem-estar e crio a desgraça.
Sim, eu, Jahweh, faço tudo isso".

Antigo Testamento — Is. 45, 5-7

Os preconceitos morais podem gerar os juízos de valor que identificam o bem e o mal. E aqueles, é possível até que tenham sido gerados pelos dominadores que apontando, condenando e eliminando o que podia ameaçar-lhes o bem-estar, a segurança, o poder e o enriquecimento, identificavam o mal que estava inerente ao outro, o dominado.

Esta tese com que Nietzsche especula quem primeiro identificou-se com o Bem como oposição ao Mal, tem um percurso inverso que não coube em sua reflexão. Para o vencido o mal está no vencedor! Elementar, meu caro Nietzsche.

2. Laura de Mello e Souza aponta documentos relativos à Visitação do Grão-Pará, que não teríamos aproveitado em nossa publicação, supostamente por desconhecê-los. Realmente, se se tratam de trechos do próprio Livro, que deste estavam apartados e portanto não no local que o encontramos na Torre do Tombo — esse parece ser o caso do "Sumário" apontado na nota 7, na página 159 e o registrado na nota 534, página 170 — não tivemos entretanto a ventura de encontrá-los. Isso é possível, pois na verdade no exemplar do Livro que encontramos não havia o Termo de Encerramento, que supostamente deveria figurar na última folha, a 109, que está em branco (J.R. Amaral Lapa, *op. cit.* Capítulo I — "A Visita Oculta", p. 20). Por outro lado, não nos ficou claro, em primeiro lugar, se não são documentos que não fazem parte do texto principal — confissões e denúncias — do referido livro, o que evidentemente não estava em nosso propósito publicar. Nesse caso, se por ventura estão inseridos nos processos que se formaram a partir de cada envolvido pela Visitação, então é possível que estejam nos referidos processos, que em número de 46, microfilmamos após exaustiva pesquisa naquele arquivo português e estão todos em nosso poder. Talvez, seja este o caso do que vem apontado nas notas 58, 81, 84 do III capítulo. Não há portanto razão em cobrar-nos como fez na nota 52 (p. 288) desconhecimento de processos e dos antecedentes da Visitação (Laura de Mello e Souza, *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986).
3. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, "Demonismo, malícia e malefício - Contribuições à História do imaginário mágico-religioso no Brasil" in *Revista de História* n° 117, USP, São Paulo, jul/dez., 1984.
4. Friedrich Nietzsche, *Genealogia da Moral*. São Paulo, Brasiliense, 1967.

Os conceitos do mal e do bem são assim engendrados e associados a partir de quem o pratica ou o observa, entre os seres animados e a própria natureza. Seria mais sensato, em vez de cerrarmos as portas do paraíso aos ricos, ouvirmos muitas vezes a voz do nosso egocentrismo — o ego como a matriz geradora dos nossos sentimentos e ações — que marca a condição humana. Se quisermos refinar nossa análise diríamos com os filósofos e teólogos que há que distinguir o *mal moral* do *mal natural*⁵.

Dessa realidade nasce a verificação, também simples, de que afinal o próprio diabo que é a encarnação do mal — no mais alto grau numa escala de valores — pode com a mesma eficiência ser invocado e usado ou se quiserem, apresentar-se ou ser concebido como um mal necessário, isto é, capaz de fazer o bem (sic!) ou até simplesmente ser o próprio bem!

O leitor que ainda não foi tentado por um bocejo, nesta altura do texto, deve antes de assumir qualquer repugnância por esse perigoso sofismar, convir de que afinal não nos assiste — a este historiador que vos escreve — outro propósito senão o de humildemente curvar-se à vontade dos deuses ou resistir impávido à solércia dos demônios. Caso contrário poderíamos estar sendo considerados como ser-objeto que está atribuindo a Deus a concepção do Diabo. Realmente seria o fim. Mas, em verdade vos digo, que mesmo aí não estamos propondo algo de novo, mas repetindo assertivas que o Antigo Testamento prega mais de uma vez, com sua sabedoria bíblica.

Foi esta sensação que nos levou a hesitar, não mais que um momento, entre as palavras *necessidade* ou *utilidade* no título deste trabalho.

Mas, voltando à sociedade paraense do século XVIII, desde logo verifica-se como o Mofento torna-se íntimo daquela

boa gente, aparecendo não só quando é chamado, circulando pela sala, pelos corredores e pelo quintal.

Não é quieto, emite sons e grunhidos que podem até lembrar um relincho, mas que se atente para o detalhe: em tom bem mais baixo do que o do animal. Atende em português ou abanheém, mas a sua língua preferida parece ser mesmo o latim. Quanto à sua linguagem, às vezes é incompreensível, incluindo desenhos e sinais gráficos, outras como diríamos hoje em dia, é clara, concisa e objetiva... As rezas exigem geralmente ritos do interlocutor, movimentos — coreográficos ou não — concentração ou imobilidade. Deve-se rezar, por exemplo, com as mãos em baixo do braço⁶.

Recebe hoje em dia nomes e apelidos, nos quais decisivamente não se pode identificar esteticamente o belo, quer quando vêm associados a animais (*bicho-preto*, *cão tihoso*, *porco sujo*) quer quando se atenta para seus detalhes físicos (*beijudo*, *coxo*, *mal-encarado*, *rabudo*) pondo-se em dúvida sua saúde e higiene (*sarnento*) para concluir-se que afinal é mesmo uma *coisa-ruim*, o que não impede todavia, em aparições mais raras, de enformar-se ou até aformosear-se para os nossos padrões, mas é claro que nestes casos ninguém vai nomeá-lo com carinho, realçando a sua suposta beleza!

Não sendo versado em demonologia e tampouco curvando-se à primeira tentativa, o autor bastante perspicaz aliás, notou que por trás dessas aparências horripilantes ou por causa delas mesmo, esconde-se uma entidade que dá força aos desesperançados e carentes, aos céticos e desconfiados, sem qualquer tipo de discriminação. Assim é possível surpreender o trivial, o anônimo, o esconso no confronto dos litigantes ou na cópula dos amantes (a rima não é intencional).

Esse *ser* pode assumir ser assim a resposta que o imaginário dá — do ponto de vista dos oprimidos — a partir da vontade individual e/ou coletiva, para aliviar as suas tensões, violências, conflitos, satisfazendo necessidades físicas e mentais. Mas, a sua atuação coloca em xeque a legitimação do poder constituído, quando então se estabelece a relação de forças no interior e no domínio do imaginário.

Há um cruzamento dialético entre a prática exconjuratória e punitiva da Inquisição e o apelo — consciente ou não — dos agentes para negociar com o diabo. Em ambos os extremos, o diabo se faz necessário e portanto tem utilidade.

O maniqueísmo implícito constrói fatalmente dentro de seus princípios antagônicos — o confronto entre o bem absoluto (Deus) e o mal absoluto (Diabo) — diferentes níveis que expressam a nossa *necessidade* de engendrar o demônio.

A partir daí não é difícil proceder a um exercício de raciocínio que nos permite entender a *necessidade* do demônio que certas religiões têm e a de todas as religiões em configurar e identificar o mal também de forma física ou transcendental, para legitimar-se tecendo a sua doutrina e proselitismo, o que não deixa também de acontecer com os agentes, os grupos, as classes e até os povos. Com os que encontram a sua própria subsistência no relacionamento com o diabo, com os místicos e os sacrílegos. Entretanto, registre-se que desde tempos imemoriais a idéia do Mal não só não se definia como podia confundir-se com o Bem,

sendo que no caso dos hebreus parece ir-se consubstanciando a partir sobretudo do seu contacto com outros povos, quando então passam a atribuir os seus males à ação dos deuses inimigos, que são identificados como demônios⁷.

A necessidade do diabo nasce portanto da necessidade do mal e isto fica claro nas páginas do Novo Testamento. A iminência do mal é que pode nos fazer reagir em busca do bem.

Respeitáveis demonólogos concluem pela reciprocidade, na qual não existe o Bem sem o Mal, cuja sustentação teológica explica a origem, o desempenho, as vitórias e as derrotas, conferindo certa lógica aos eventos e movimentos, atingindo da ataraxia à desgraça.

Na verdade, esse permanente embate traz inerente a si também a expectativa de que a vitória final caberá ao Bem, sem o que naturalmente desestruturar-se-ia a sua idéia e prática. Essa colocação vem desde antigos filósofos cristãos, encontrando certo eco na psicologia, quando defende a necessidade em atingirmos nossa plenitude, única forma de eliminação do mal.

No caso da origem, a ordem implica sua subversão, daí o imaginário conferir a Asmodeu a condição de primeiro subversivo.

Em sendo, conforme o Cristianismo, a própria transgressão da ordem, que estaria portanto no gênese, o Diabo é assim

4. Friedrich Nietzsche, *Genealogia da Moral*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

5. John A. Sanford, *Mal — o lado sombrio da realidade*, S. Paulo, Ed. Paulinas, 1988.

6. Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 365.

7. Carlos Roberto F. Nogueira, *O diabo no imaginário cristão*, pp. 7/16.

legitimado como um instrumento político por excelência que o imaginário coloca ao alcance dos homens.

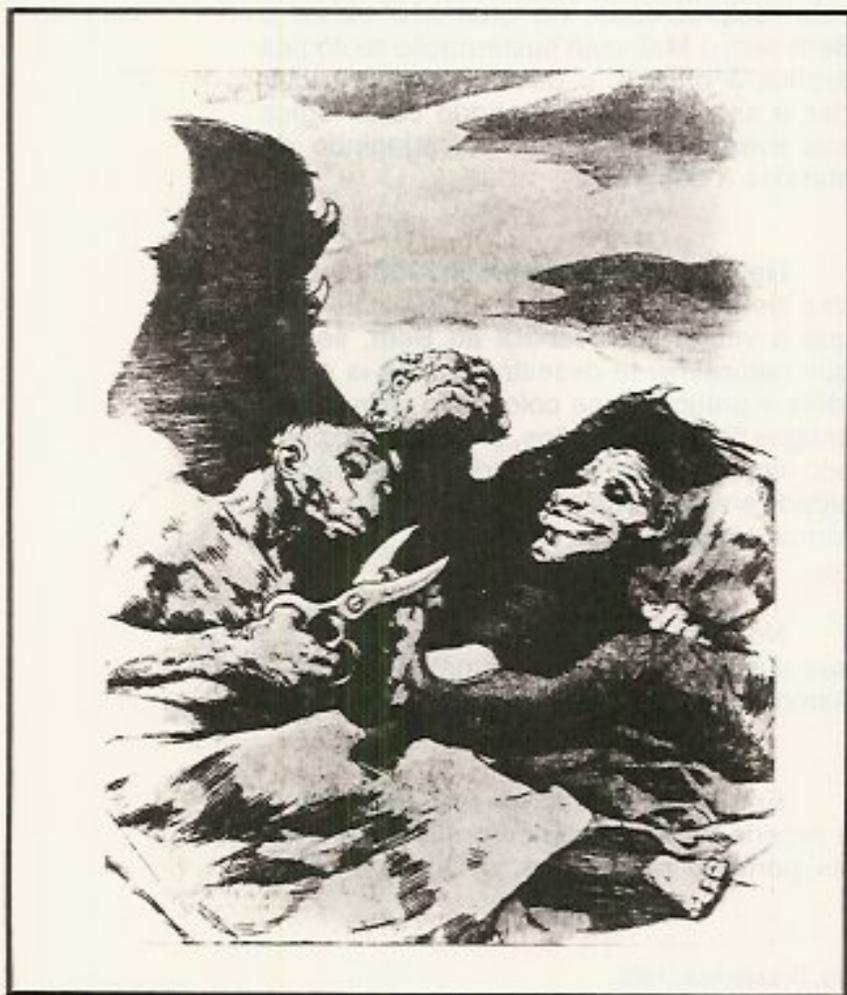
Em outras palavras, queremos dizer que se o imaginário social é um espaço que atuando com componentes como o inconsciente e a libido permite tecer um sistema de controle e manipulação da sociedade, por outro lado, é no mesmo local que também se torna possível o agente oprimido estrategiar o seu sistema de *mecanismos de defesa* contra as agressões do opressor. Ai é que entra o Diabo, mas é ai também que entra a Inquisição que

sabe de tudo, que arroga a si o poder de ler a mente e punir os vivos e os mortos!

Está ao nosso alcance no relacionamento com o ser maligno transformar este mundo num *Vale de Lágrimas* ou num *paraíso terreal*, antecipando o que poderá vir depois. A fabricação do diabo responde assim a interesses de diferentes ordens, justifica a mobilização de recursos, o recrutamento de vocações. Atende o interesse religioso em nele identificar o mal ou a causa dos males que se abatem sobre os homens, o que estes podem aceitar ou repelir, desde que podem não identificar, necessariamente, o mal com o demônio e reconhecer que este pode praticar o bem que desejam. É claro que nesta última colocação contrariam-se os dogmas cristãos, pois o que pode significar o bem para o homem pode ser o mal para a religião. O Diabo não é invencível. Deus confere ao homem a capacidade de vencê-lo e a igreja ensina como. O passaporte para o paraíso traz imanente a tentação. Mas, o que importa é que o desfecho decisivo é sempre postergado, justamente para tornar possível a militância da religião e a sua própria existência.

Realmente, seria inconcebível eliminar a encarnação das forças do mal, não identificar a aparente causa dos infortúnios que se abatem sobre cada um e sobre todos. Haveria um desequilíbrio social caótico, pois como não seria possível erradicar a desgraça, a aparente falta de sentido para sua ocorrência e a não detecção de suas causas levaria à insuportável tensão.

Dessa maneira, paradoxalmente à aparição do demônio e seus humanos sequazes, permite ao imaginário cumprir funções sociais de reequilíbrio emocional ou alívio de tensões. Presta-se tanto a uma terapia individual e social, quanto a uma teratogenia que pode levar ao pânico. Em outras palavras, não se pode esperar coerência em



Ah, a vanglória do diabo! Como qualquer ser humano, neste quadro de Goya, refestelam-se em fazer as unhas (fazem-se bonitos!).

assuntos dessa natureza, mas há de se convir com a possibilidade de uma ação psicoterápica que se atribui ao Capeta, mas que nem por isso deixa de atrair a repressão e condenação religiosas, pois fere as suas verdades dogmáticas.

“Não existe nada que
seja bom ou mal. É o pensamento
que o torna assim”.

William Shakespeare,
Hamlet, Príncipe da Dinamarca

A realidade social e a natureza que nos são propostas pesam sobre nós como se fossem imensas e pesadas redes de pescar, onde nos são permitidos muitos movimentos, mas não todos os movimentos, quando somos incitados ou constrangidos a conviver com muitas pessoas, mas não com todas as pessoas, onde se sabe que tudo virá a terminar, mas não sabemos quando.

Essas limitações e pressões do real podem ser contornadas, suavizadas ou disfarçadas. E para tanto pode aparentemente não haver limites. Para a inquisição nem a morte faz cessar a imputabilidade do agente.

As nossas privações e dores, nossos desejos e paixões, frustrações e ódios podem conduzir a uma solução oferecida pelo imaginário. Dado que este supostamente poderia não ter limites nem racionalidade em relação ao real, que nessas circunstâncias só deveria cessar com a morte, torna-

se desde logo facilmente perceptível a importância que tem, no caso que estudamos, para a Igreja e o Estado, órgãos disciplinadores, apurar as práticas, as técnicas de persuasão — físicas ou mentais — para poder manejar, controlar, monopolizar e reprimir o imaginário, isto é, suas representações e símbolos que podem significar poderes, juízos de valor e intoleráveis transgressões ou em outras palavras: a liberdade. As estruturas de dominação impõem regras e limites aos sistemas simbólicos vigentes naquele contexto. Em outras palavras, assume ser o Demo, para o imaginário, a alternativa contestatória ao sistema. Há naturalmente riscos, que não são pequenos, leves ou poucos, mas que não inibem os agentes rebeldes. Desenvolve-se aí uma adestração capaz de dar as condições para o enfrentamento dos problemas.

O diabo assume um espaço e uma frequência excepcionais no imaginário por inúmeros motivos, isto é, um *ser que não é*, algo ou uma *coisa*, um gênio do mal que podia fazer o *bem*, mediante sempre uma contrapartida, mas com respostas geralmente imediatas⁸. Nos casos que examinamos, entre o pedido ou invocação, os procedimentos ritualizados (orações e frases, gestos, movimentos e objetos) resultavam em atendimento praticamente incontinenti. Não há propriamente um efeito catártico, há um pedido e a resposta, que se constroem no imaginário reproduzindo-se numa linguagem que permite, com certa frequência e pequenas diferenças, aos agentes sentirem, verem e experimentarem aparições.

8. Creditando ou desacreditando, na verdade é possível admitir que em princípio o diabo deve responder — na frequência ou não que é invocado — a crises e tensões sociais no primeiro caso, e a estabilidade e tranquilidade no segundo.

Entre outros motivos, essa alternância explicaria as oscilações registradas num espaço de dois anos, em reportagens feitas respectivamente em 1985 no Brasil, quando se constatava “Cai a cotação do diabo entre os paulistanos” (cf. Folha de São Paulo de 27/01/1985 e Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 145, fasc. 177, p. 174, março de 1985), e em 1987 nos Estados Unidos, onde afirmava o jornalista “O diabo está solto” — “Em todo o mundo cresce assustadoramente a popularidade das seitas satânicas” (cf. Manchete n.º 1515, pp. 36/45).

Assim, de um lado a presença e atuação da religião é encarada pelo indivíduo e pela comunidade como uma agressão ao seu cotidiano. A idéia que dela se tem não leva necessariamente à violência contra o que pode ser considerado fanatismo religioso, mas permite a contestação.

Nesse sentido, tem portanto o imaginário funções como: mobilizar recursos, atrair solidariedade, incorporar energias, identificar os inimigos, afugentar temores ou efetivar esperanças, corrigir disfunções orgânicas ou simplesmente provocar relaxações, pois há os que assumem o objetivo de simples deboche para o ato.

Se a frase de Maquiavel — “Governar é fazer crer” — identifica a força do imaginário social, vê-se desde logo o alcance da Inquisição ao pretender dominar esse imaginário, sua difusão, reprodução e manipulação.

Por outro lado, através de relações conflituosas ou de integração, o concreto real e o ilusório fazem parte de um conjunto, como dissemos, não podendo ser apartados. Aceita esta premissa, torna-se mais fácil conceber que fantasia e realidade tenham algo que ver e que a religião seja uma expressão simbólica do real-social⁹.

Não nos preocupa, embora reconheçamos ser uma questão fundamental, explorar a noção de *imaginário social* a partir da transcendência que lhe confere Cornelius Castoriadis, ao apontar a “realidade” e a “racionalidade” como seus produtos. Entretanto, registre-se que a idéia com que trabalhamos a respeito do processo que produz e das funções que cumprem as *aparições* vai além do que poderia ser simplesmente reconhecido como a *imagem de*¹⁰.

A Inquisição — porta-voz da religião católica — define sob que condições a

alma podia salvar-se, condições que não podiam evidentemente ameaçar sua “verdade”, mas e também não atentavam contra as estruturas econômico-sociais, elaborando sua própria identidade, a distribuição dos papéis dos agentes através de uma crença que devia ser universal ou senão a única em seus domínios.

Mas, se o imaginário cumpria essas funções era exatamente no seu espaço que emergia a subversão representada pelo *Espírito das Trevas*. Estabelecia-se então um confronto, no qual as armas eram o medo, a intimidação, o suplício, a indução, a persuasão.

Os personagens destes episódios são reais, qualquer semelhança com a ficção, é mera coincidência.

Embora contendo-se em nível exploratório, descrevemos e fazemos reflexões sobre alguns flagrantes de uma cidade com 9 mil a 10 mil habitantes, que durante mais de seis anos vivencia um Visitador enviado pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, acabando por direta ou indiretamente envolver parte significativa de sua população, ainda que apenas 485 pessoas sejam citadas no Livro. É que um grande número de testemunhas são arroladas nos processos, sem que seus depoimentos apareçam no Livro.

Durante esse tempo é possível admitir o clima de desconfiança, insegurança e impotência que acaba por generalizar-se produzindo relações marcadas pelo pânico, falsidade, atos de malquistar que marcam as denúncias e até as confissões.

Dada a demora da Visita, verifica-se aparentemente que a tensão e as inquietações dos primeiros meses ou mesmo anos

foi cedendo lugar a certo aprendizado de convivência que levou os envolvidos supostamente a contemporizar e ceder, o que daria em resultados menos paixões e radicalismos, tanto da mesa inquisitorial quanto dos confitentes, denunciados e denunciantes. Um certo relaxamento dos que puniam e/ou dos que procuravam safar-se ou atenuar as punições.

Como boa parte das denúncias e confissões não se referem a ocorrências que se deram durante o tempo da Visitação, fica difícil concluir que o pânico de então tivesse gerado a fantasmagoria, a não ser de maneira indireta nos casos em que o depoimento vale-se da memória. O que queremos dizer é que o clima de tensões que o terrorismo cultural da Visitação com certeza gerou, poderia ter exacerbado o imaginário — ou este àquele — e a partir daí o recurso ao demônio justificar-se de maneira mais generalizada, o que pode corroborar que alguns demonólogos considerem o século XVIII como o tempo por excelência de aparições demoníacas.

Entretanto, registre-se que as ocorrências que motivam confissões e denúncias, ouvidas pelo Visitador do Pará, são datadas com geral imprecisão, sempre num cálculo aproximado, que pode significar um recurso para alegação do depoente ou presunção do inquisidor sobre as limitações da memória, o que por sua vez poderia resultar num tratamento mais brando para o delito.

Nos 46 casos relatados, como naturalmente o Visitador pretende apurar com rigor o dia, mês, ano e hora do sucesso, levamos a acreditar que esses dados são relevantes para caracterizar o delito, no sentido da veracidade do depoimento.

Num primeiro momento, temos a impressão que para os interlocutores a memória funciona como revivescimento do passado que emerge tal como se deu, por inteiro, e não numa concepção moderna que a aceita como o refazimento, a reorganização das imagens, a representação do passado. Nesse caso, a imaginação assume ser a reorganização de experiências passadas frente às experiências do momento, trabalhando ambas — memória e imaginação — como o irreal, mas fazendo do real de *certo real* o seu produto.

Entretanto, as duas baterias de admoestações e perguntas de praxe que são feitas ao depoente mostram que tanto este quanto o inquisidor reconhecem que a memória está sujeita ao *instinto* que pode permitir a reprodução do fato e à *inteligência* que pode reelaborá-lo. Assim, por exemplo, no final de cada seção (auto), uma vez terminada a descrição do fato, as perguntas sempre somente feitas ao audiente (é claro que este não as pode fazer, o que inclusive poderia contribuir para esclarecer suas dúvidas) são acauteladoras no sentido de conferir isenção ao depoimento. Justifica-se portanto a preocupação do detalhamento, tanto de quem ouve, quanto de quem fala.

Em outras palavras, a presunção pode ser convergente, isto é, o inquisidor espera ouvir o que deseja, enquanto o audiente (todos pedem *audiência* para poderem ser recebidos pelo Visitador) pretende dizer o que supõe que o inquisidor quer ouvir. Nesse caso, a memória coloca-se como a conservação de certo passado que para ambos precisa ser exorcizado.

Assim, é mais apropriado que as lembranças trazidas à audiência sirvam aos

9. Bronislaw Baczkó, "Imaginação social" in *Enciclopédia Einaudi, Anthropos-Hoem*, Lisboa, Imprensa Nacional — casa da Moeda, 1985, 5.º v.

10. Cornelius Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 13.

propósitos de cada um: o confitente arrependido, o delator vingativo, o inquisidor nos seus terrificantes momentos de penetração ou cepticismo.

A memória é o espaço onde o imaginário compõe a mediação dessas expectativas sob constrangimentos e tensões.

São muito poucos os que se lembram de certas informações, na verdade apenas dois chegam a citar o dia, justamente por estar muito próximo do seu comparecimento à mesa da Visitação.

No mais, temos 13 eventos que se deram há mais de dez anos da Visitação, sendo três por volta de 30 anos; seis casos entre cinco e dez anos; 24 até quatro anos antes.

Uma ou outra vez alguém se lembra que era por exemplo um dia de quaresma ou "Não Estacerto nodia mas foi antes dode São João Baptista". As horas que talvez podiam não significar uma precisão da memória têm maior probabilidade de serem evocadas, ainda que muitos digam simplesmente não se lembrar ou omitam essa informação, sendo que em grande parte dos casos valem-se de vagas expressões, que não variam muito como "foi de Manhaã", "serião nouehoras", "pellas outo pera asnohoras damanhã", "Serião horas de meia noute" e vai por aí.

Mas, à parte aquela lenta distensão, que ocorre ao longo do período da visita, pretendemos explorar certas práticas, sobre as quais as informações contidas no Livro da Visitação, bem como nos processos dos envolvidos permitem adentrar a intimidade de alcovas ou cenas em logradouros públicos, conhecendo o comportamento palaciano e os sofrimentos na prisão, o que se passava na cidade e no meio rural, a circulação das pessoas na cidade, na região e na colônia. A função de recintos como varanda,

alpendre, quartos, cozinha e quintal, o desenho urbano da cidade podem ser reconstituídos em detalhes, identificando ruas, praças e edifícios, por onde se agitam os personagens que resolvemos que sejam ouvidos, ainda que muitas vezes o que disseram se destinasse só aos seus botões ou ao seu umbigo.

As denúncias e confissões são tratadas pela Mesa com a cautela de sempre: verificar por exemplo se o envolvido não estava bêbado; "doido ou desassisado" ou se "hehomem bementendido ESezudo Eeestava Emseuprefeito juízo Eentendimento", conferindo com isso portanto legitimidade ao fato e aos seus personagens que eram de bons costumes. Bastava a crença e essa confluência entre o real e o imaginário, para ser portanto passível de sanções.

Se a Inquisição busca reprimir e controlar o imaginário social que a contesta e ameaça, as perguntas em questão tornam-se bastante pertinentes, particularmente quanto à insanidade mental, ainda que se releve também ser o agente um sabedor (*bem entendido* na frase deve ter essa significação e não querer dizer *sem dúvida*, como poderia ser lida hoje) ou ter gravidade (sisudo), o que faz supor a chacota como circunstância atenuante (geralmente a pessoa diz que cometeu o delito sem malícia, só para zombar de fulano ou sicrano e não dos sacramentos ou da fé) ou agravante.

Por outro lado, no rol dessas circunstâncias temos ainda a alegação de ignorância quanto à natureza e implicações do delito ou de ter uma noção vaga a respeito. Ter a convicção de estar servindo a Deus, quando na verdade o faz ao diabo. Só aos loucos seria preservada a intatibilidade e inconseqüência do seu pensamento, do que aliás os mortos não conseguiam escapar... O Novo Testamento considera os



loucos possesos do demônio, o que pode significar que não possuindo a razão, aos endemoninhados mesmo praticando os delitos que pertencem à Inquisição, não se lhes podem punir. Evidentemente, que nem por isso se exime o orate do confinamento e castigos pelas suas transgressões à ordem social, para as quais as instituições disciplinadoras reservam as normas próprias, mesmo porque a loucura coloca em perigo a unidade entre o corpo e a alma¹¹, o que de certa maneira nos faz também voltar ao sentido daquelas perguntas do Inquisidor.

Esta comunicação tem por objetivo registrar e glosar as aparições desses avantesmas: o cenário e as circunstâncias, o personagem e sua "materialização", os

participes e pactuantes, seus colóquios, gestos e movimentos.

Dito isto, comecemos por tentar descrever o nosso Protagonista.

O chamado imaginário social tem no caso do diabo uma convergência de origens que partem tanto do real, quanto do irreal, o que significa dizer que a ilusão, o sonho, a alucinação, o delírio, o simbólico e a alegoria são fantásticas criações que adejam ou se cruzam ou mesmo se integram com as formas cotidianas e prosaicas que a vida produz. Assim o estado de coisas que precisa ser descrito é desconhecido em sua extensão e por isso mesmo a fala que o descreve e a cena descrita estão impregnados de símbolos que entram em

11. Bronislaw Baczko, *op. cit.*, p. 303.

simbiose com o trivial. Nesse sentido, o discurso que se constrói para o inquisidor tanto pode usar a realidade e/ou a fantasia, geralmente objetivando incorporar circunstâncias atenuantes ao ocorrido e significar a suposta compunção do agente e o que é mais provável conferir ao relato o tom fantástico que envolve as coisas do demônio e ele próprio. Por outro lado, tanto fantasiar como representar o real podem significar justamente a tentativa — consciente ou inconsciente — de convencer ou convencer-se do ocorrido.

Se o demônio pode estar além da representação do real na criação individual, que acaba por se incorporar à tradição, ou se com Jung fizemos o percurso inverso nas duas dimensões do inconsciente, teríamos a seqüência do *inconsciente coletivo* e do *inconsciente pessoal* atuando sobre a conduta dos nossos personagens do Norte da Colônia, o seu grau de credibilidade e verossimilhança também implica a metamorfose ou a antropomorfia do concreto, que reservada aos deuses pode servir também aos demônios.

Alguém que tem tanto poder quanto o *Demo*, pode transfigurar-se em formas inusitadas como fazer-se homem ou bicho nas manifestações mais comuns da vida.

Não se trata aqui da tendência de simplesmente reduzir o imaginário a um real deformado através do qual se busca os agentes e as estruturas que o produziram. A pesquisa do *sentido* daquilo que aparentemente não tem sentido identifica a ciência. Entretanto, a investigação do onírico reclama a descrição da aparência, como passo preliminar. Não nos referimos evidentemente a conter-se com uma decifração psicológica e mesmo psicanalítica (interpretação dos sonhos), mas de procurar a vinculação entre o sonho e a existência. O espaço onírico é uma experiência imaginária que pode con-

ter o mundo de cada um e o mundo de todos. Assim, também podemos analisar o imaginário que emerge das confissões e denúncias em exame, considerando-o como expressão daquela época e das instituições que o manipulavam. Na mente e nos atos, a fantasia e o real não estão compartimentados, mas unidos dialeticamente¹², o que leva à formulação de uma linguagem e de um modo de expressão simbólicos, que viabilizam a transcendentalidade.

Assim, o ato e/ou a função podem condicionar a aparição, mas esta pode aberrar do conhecido ou esperado. Esforcemo-nos, como diz Castoriadis em visualizar como aqueles homens tentam pensar o que fazem e saber o que pensam¹³.

Um negro ou negrinho capaz de proezas sexuais, mas também uma dama generosa que satisfaz o deslumbrado amante. Não há portanto regras que possam estabelecer o sexo ou a natureza de *Satanás*, tampouco se registram casos de androginia, mas por outro lado não há impedimento para práticas homo ou heterossexuais. O imaginário pode responder à conveniência, ao local, aos recursos disponíveis, à hora, ou então simplesmente subverte o bom senso e o racional para responder ao que reclama a realidade. É o terreno onde se pode conseguir trabalhar com o fantástico sem limites e sem que isso comprometa a mediação entre o que crê e o que se apresenta para ser creditado.

Como dissemos, as visões podem ser provocadas ou espontâneas, ter formas indefinidas e evanescentes, apresentando-se terríficas para convencer os circunstantes ou autoconvencer o próprio endemoninhado. Em casos mais raros até transvestir-se numa aura sedutora.

Assim é que no Pará e com certeza em outras áreas da colônia, apresenta-se

o *Arrenegado* em formas animais ou de insetos, específicos ou universais, do peixe-boia a um desajeitado besouro, ou então correspondendo a imemoriais tradições de identificação caprina¹²: de um bode barbado a uma cabra que era parda, até um gato vulgar ou uma gentil borboleta (não se pode imaginar normalmente esse inseto de outras maneiras) que, entretanto como convinha, tinha olhos muito grandes ou sabia sugar sangue de criancinhas.

A deformação era comumente o artifício de que se valia o imaginário para localizar no homem, no animal ou no inseto a monstruosidade ou o bestiário ligado a *Lúcifer*, quando não em seres espirituais como o anjo São Miguel, vezeiro nos seus exercícios anticristãos.

Mas, por motivos vários, a partir do(s) seu(s) interlocutor(es) ou dos que assistem ou participam do ato de sua aparição, o Espírito Maligno apenas se insinua, não se configura. Assim ocorreu no caso de Manoel Pacheco, tido e havido como quem tinha *amizade e familiaridade* com o demo, bem como com ele fazia comércio¹³ e em casos outros como daquele índio feiticeiro (pajé) que com certeza, simulando aparições, levava uma aterrorizada testemunha a afirmar que ouvira e sentira a presença do demônio: primeiro um estrondo no teto da casa, seguindo-se o salto de alguém — “quem quer que foi” — para dentro enquanto tocava maracá. Esse alguém ou essa coisa — “a dita figura, quem quer que era” — continuou fazendo das suas, pois a testemunha insiste que “quem quer que

era” voltou a subir no telhado¹⁴. No caso, a testemunha tanto pode estar evitando sequer dizer o nome do diabo, quanto ter achado que este apenas se entremostrava, pois chega a afirmar que em meio a um pé de vento percebera que eram quatro os vultos no telhado da casa. Por outro lado, chega a haver um diálogo, uma vez que o índio feiticeiro Domingos de Souza interroga Satanás sobre o que afinal tinha a doente que se procurava curar, ao que “quem quer que era” respondeu prontamente numa língua desconhecida, saindo a seguir com um estrondo pelo teto da casa...¹⁵

A aura de enigma e temor assume por sua vez maiores proporções quando a imaginação trabalha com o mistério, o desconhecido, o que nunca foi visto. Dessa maneira, é impenetrável à razão humana, intriga e aumenta o perigo.

Em todas as aparições do diabo descritas pelas pessoas que comparecem perante o Visitador, nenhuma se aproxima das características universais com as quais é geralmente identificado o Bruxo do Inferno.

Assim como a literatura, popular e erudita, a iconografia universal, religiosa e profana, é muito rica em retratar a personificação do Mal.

Seria suficiente lembrarmos um exemplo clássico: Francisco Goya em telas que justamente foram pintadas numa fase de crise física e existencial do grande pintor como de crises do próprio contexto histórico em que vivia, nas quais a imaginação

12. Angèle Kremer-Marietti, *Introdução ao pensamento de Michel Foucault*, Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1977, p. 115.

13. Cornelius Castoriadis, *op. cit.*, p. 14.

14. A identificação do bode com o mal é bíblica (cf. Carlos Roberto F. Nogueira, *O Diabo no imaginário cristão*, pp. 7/16).

O porco é outro animal marcado na passagem bíblica, em que Jesus exorciza um possesso, permitindo que a legião de demônios que nele habitavam se transferisse para uma manada de porcos que pastava próximo. O bestiário abriga ainda mais uma dezena de animais.

15. ANTT - Inquisição de Lisboa, Proc. 2697, p. 14.

16. Proc. 12.893 - ANTT - Inquisição de Lisboa, pp. 10 e 19.

17. Proc. 12.893 - ANTT, p. 11.

o leva a elaborar caricaturas antológicas de aparições do demônio¹⁸.

Nesse sentido, a produção do imaginário é inexaurível, sendo que entretanto certos traços e detalhes são constantes. Grandes nomes das artes religiosa e profana não resistiram à sedução de representar o Anjo Rebelde, como é o caso de Albrecht Dürer, por exemplo.

Essas constantes geralmente procuram transmitir a horribilidade e o mistério de um ser que se apresenta com enormes orelhas pontiagudas, chifres, asas e/ou braços, estes muitas vezes disformes, com longa cauda e patas bifurcadas, sendo negro e coxo. O tronco não se define, meio homem e meio cabra. A arte cristã responde assim aos interesses da religião, representando mesmo que com zombaria, um pavor capaz de persuadir. Assume uma função didática.

Intrigante questão filosófica é a de que no Norte da colônia essas aparições não só costumavam não seguir esses padrões, mas como dissemos, tinham certo toque local. É como se pretendêssemos contrabalançar a máxima popular, reconhecendo afinal que *O Diabo também é brasileiro*. Fica aqui uma convincente sugestão aos nossos governantes de como podem explicar os males que nos atormentam.

Mas, condição social, quadro e estilo de vida, símbolos e sinais emergem nessas versões tropicais que habitam as páginas dos Livros de Visitações. A transposição do personagem do imaginário europeu para o colonial brasileiro sofre uma reelaboração que afeta a forma e o fundo¹⁹.

A idéia que liga o *Príncipe das Trevas* à escuridão, que naturalmente lembra a fealdade e o mistério, não é indefectível, pois são palavras de bruxa que asseguram que na aparição "A claridade é maior do que a da lua, e muito menor do que a do sol, mas de intensidade bastante para que todas as coisas sejam vistas e reconheci-

das"²⁰. A associação entre o diabo e a claridade não é despropositada. Lúcifer significa "o portador da luz". Em todo caso, há os heliófobos que só funcionam nas trevas e têm medo da luz como têm medo da cruz.

Assim também as aparições do Pará, bem como os atos envolvendo feitiçaria costumavam ocorrer no período da manhã, ao contrário do que se poderia supor, isto é, que a noite fosse o espaço de tempo preferido ou propício ao *Jurupari*.

O Capeta tanto aparecia solitário, quanto em séquito, no qual pelos formatos ou poder, passa-nos às vezes a idéia de certa hierarquização²¹. Entretanto, apesar de contar com hostes adestradas e fiéis, dependendo das circunstâncias, não dispensa o adjutório de homens e mulheres que lhe permitem agir por tabela, ter mediadores a seu serviço.

Age à sorrelfa, mas pode preferir o estardalhaço, quando não se faz acompanhar até de um *fundo musical*, mas sempre se denunciando pela indefectível catinga de bode que o acompanha. Quando lhe dá na veneta surpreende a todos apresentando-se furta-cor. Um barato!

Uma vez invocado, atende por nomes esquisitos como *Sorro, Orotto, Sato, Sarato* e outros.

A austeridade sexual que se remonta ao mundo greco-romano e tem raízes médico-filosóficas como apontou Foucault, a qual a moral cristã recuperará estabelecendo rigoroso controle para os prazeres, envolveu o sexo e os atos sexuais como espaço predileto do *Maldito*.

O casamento e a procriação, aliás a procriação no casamento são as únicas condições que legitimam o prazer, cuja reciprocidade é o ideal perseguido, fora dos seus códigos é do domínio satânico. Em outras palavras, a rigidez da moral e da teologia cristã proíbem o prazer sexual

até mesmo dentro do casamento, se não destinar-se à multiplicação da espécie. Esta verdade é até hoje proclamada sem maiores compromissos com a ciência e a sociedade, o que torna a educação religiosa católica possível de pretender a representação de um mundo a que não corresponde.

Assim e por isso a demonologia encontra pasto no ato sexual ou melhor nos prazeres sexuais. É onde o imaginário labora com mais requinte. "O ideal teológico de Deus assexuado e do sexo pecado exigia logicamente sua contrapartida do Diabo sexualizado e do sexo diabólico"²².

É dito e sabido que o *Excomungado* é incorrigível ganhão, capaz de gerar monstros em meio de quase sempre dolorosos exercícios sexuais, onde o sofrimento e o gozo se integram, colocando algo de felino no ato. Sobre o *Deflorador de donzelas*, os depoimentos vêm encharcados pela coprologia mais atrevida que em vez de acautelar os ingênuos, parece mais seduzi-los...

Pode até revestir-se com certas formalidades, mas também pode quebrar todos os códigos. Se a Virgem Maria deu à luz o Filho Unigênito, sem deixar de ser virgem, no imaginário não tem nada de extraordinário que o *Inimigo* gerasse outros monstros, sem que para tanto tivesse testículos, como convém!

Chega a casar-se com o pactuante, não importante o sexo, indo para a cama

como todo bom amante, isso desde que estivesse como homem, de cujo desempenho parece ninguém se queixava, antes pelo contrário, chegaram até nós depoimentos insuspeitos de ditosas mulheres que se fartaram com os atributos sexuais da Coisa, embora registre-se a temperatura fria de sua carne! Mas, conforme a velha crença popular, assume ser *incubo* (demônio masculino), aproximando-se do leito da escolhida para despertar-lhe ou simplesmente propor pesadelos na coreografia de acidentada cópula ou ainda *súcubo* (demônio feminino), desde que o coito seja com um homem.

Assim, não lhe custa o papel ativo ou passivo, com metamorfoses durante um mesmo ato, mas de qualquer maneira o prazer é partilhado com a dor, marcado pelo sangue das fricções, pelo mal-estar, pelos incômodos e desconfortos em determinados locais do corpo durante e depois do coito.

Se o ato sexual praticado com o diabo é geralmente doloroso, por que então o fazer?

Possivelmente levado pela irresistível tentação, que se envolve com o medo, a curiosidade ou o próprio compromisso dos pactuantes e as promessas do *Degenerado*.

Desde que o diabo, como já discutimos, é heterossexual, podendo ainda ser homossexual e lésbica, liberal, atuando ativa ou passivamente, os depoimentos são mais

18. Jean Adhemar, "Les caprices de Goya", *Bibliothèque Adine des Arts*, Paris, Fernand Asan, 1951, 10º v.

19. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, *op.cit.*, p. 55.

20. O antropólogo Luiz Mott vem estudando sistematicamente a vida sexual na colônia, tendo já publicado, entre outros trabalhos, "Etnodemonologia: aspectos da vida sexual do Diabo num mundo ibero-americano" (séculos XVI ao XVIII), in *Religião e Sociedade*, São Paulo, out/1985, v. 12, nº 2.

21. Na verdade, a literatura demonológica não apenas refere-se à existência de legiões infernais (anjos maus) como propõe intermináveis classificações que tomam em consideração a natureza, as funções, a especialidade em excitar para determinadas práticas consideradas pecaminosas etc. Nessa direção, a partir das escrituras e de simples deduções não são poucas as propostas de matematização de demônios, que para nosso tormento elevar-se-ia a 133.306.668 ou precisamente um terço dos anjos que se revoltaram (Carlos Roberto Nogueira, *op.cit.*, p. 61).

22. Luiz Mott, *op.cit.*, p. 70

severos no julgamento da performance com o súcubo (mulher)²³.

Órgãos sexuais ásperos e frios, por isso mesmo difícil de ser penetrado, mais cansativo, exigindo maior esforço, com os vasos — prepósteros e pósteros — mais apertados, com dores e desconfortos. Uma estopada!²⁴

Se mais não fosse, o *Maligno* deitava esperma frio... o que coroava o orgasmo com a sensorialidade de que só os demônios são capazes.

Verifica-se, mais uma vez, o imaginário tomando (criando) o real e interpretando à sua maneira, isto é, pequenos acidentes de percurso que podem ocorrer em atos sexuais de qualquer natureza são considerados ou sentidos como arte do Sarnento!

A composição que o imaginário tece e que naturalmente depende das funções que tem na vida social não hesita só em trabalhar com o fantástico, mas e também para torná-lo admissível irracionaliza o real: dizer que é pau onde é pedra e senti-lo como tal, do que se pode depreender que a suposta racionalidade do real é um produto também do imaginário social, e aqui estamos com Castoriadis.

Assim, não se deve estranhar que o esperma do *Espírito Impuro* não tivesse a temperatura normal do corpo num momento de excitação ou aparecessem estranhas dores e sensações no ato e depois, que normalmente podem até ocorrer com frequência, por causas físicas e/ou psíquicas, facilmente detectáveis.

Dai, é um pulo para que a excitação de uma resposta natural da mente e do corpo — o tesão — possa ser encarada como ato diabólico, que deve ser inibido, pois fatalmente pode levar ao prazer e ao pecado, dos quais se nutre o *Mofento*.

Este, é sedutor e insinuante, sabe bem o que atrai os corpos e vontades, sérios

candidatos à alma penada. Era só oferecer, por exemplo, vinho e passas ou saber ensinar as suas próprias rezas, quando não adular orações católicas, para infalivelmente ganhar aquela deslumbrada alma, que no momento estava apenas interessada em “conseguir huma Certa Mulher Cazada, Eou Viuva” confessando que com “Comefeito as ueyo aconSeguir Assentando Comsigo que histo lheSucedera por Uirtude dasditas palauras Eacçoens”. Como se vê um preço alto, ainda que a prazo ou para um futuro incerto, custavam as conquistas amorosas entre aquela boa gente do Grão-Pará.

Mas, o *Mal-encarado* não trabalha de graça, como dissemos, cobra pelos seus serviços e não deixa até de formalizar esse contrato de trabalho — é o chamado *pacto com o demônio* — cujo preço é nada mais nada menos do que a alma do recorrente. Não faz por menos. Perante a Inquisição, esse pacto configura de maneira irremediável a sujeição, caracterizando o delito e determinando a pena, daí os interrogatórios inquisitoriais pretenderem sempre obter de qualquer maneira a confissão ou denúncia do sinistro arrego.

Pode-se até presumir que o pactuante não acreditando na existência da alma, oferece-a no contrato, para assim embair *Satã*... Mas, se está conforme a sua fé, aceita o sofrimento eterno em benefício do prazer ou da cessação imediata da privação, da dor etc. Neste caso pode-se também admitir que houvesse a expectativa do arrependimento e perdão por parte de Deus, ficando tudo numa boa...

E, a sua morada?

Ah, o inferno, fica sempre embaixo da terra, quando muito se concede às profundezas do mar (“demônio marinho”), mas de qualquer maneira sempre profundo, nunca em cima, ainda que se admita que também possa viver no ar, às vezes incorpóreos e invisíveis, mas sempre capazes de deslocar-se com incrível velocidade.

Não escolhe o sítio para suas aparições, como bem registrou um antropólogo, que inclusive teve a curiosidade de visitar o local do crime²⁵. Mas atentai para o fato que às vezes se torna assíduo de certos logradouros.

Não esconde sua antropofagia, a sua fome não é só de almas, mas de carne mesmo e carne humana, quase sempre acompanhada de uma beberagem: sangue sem dúvida, especialmente de feridas ou então de certas partes do corpo, como costela, barriga, pernas e pé. O seu paladar não rejeitava inclusive as partes pudendas

de infelizes parceiros, deglutidas com indistinto farçável gula.

Às vezes até permite ou exige de seus interlocutores participarem de suas iguarias, mas que ninguém se engane, que não haverá propriamente uma confraternização ou igualdade entre os pactuantes. Ao *Tinioso* é sempre reservado ser servido como senhor e deus e ao parvo suplicante fica assegurado ser escravo, amigo e discípulo. Faria portanto todas as suas vontades, consagraria sua amizade de maneira incondicional e aprenderia e agiria conforme por ele lhe fosse ordenado.

BIBLIOGRAFIA

- GUEIROS, José Alberto. *O diabo sem preconceitos*, Rio de Janeiro, Ed. Monterrey, 1974.
- FOUCAULT, Michel. "O cuidado de si" in *História da Sexualidade*, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1985, v. III.
- MAFFESOLI, Michel. *A sombra de Dionísio*. Contribuição a uma sociologia da orgia, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1985.
- ARIÉS, Philippe e BÉJIN, André (org.). *Sexualidades ocidentais*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- CUVILLIER, Armand. *Pequeno vocabulário da língua filosófica*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1961.
- DORIN, E.. *Dicionário de Psicologia*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1978.
- NAZÁRIO, Luiz. "O diabo e seu papel social" in *Folha de São Paulo*, Folhetim São Paulo, n.º 530, 03-04-1987.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. "Exorcismos e demônios" in *Folha de São Paulo*, Folhetim São Paulo, n.º 530, 03-04-1987.
- ROMANO, Roberto. "A mulher e a desrazão ocidental" in *Folha de São Paulo*, Folhetim São Paulo, n.º 530, 03-04-1987.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O diabo no imaginário cristão*, S. Paulo, Ed. Ática, 1986.
- LIMA, Lana Lage da Gama (org.). *Mulheres, adúlteros e padres*, Rio de Janeiro, Ed. dois Pontos, 1987.
- SANFORD, John A. *Mal — o lado sombrio da realidade*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1988.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

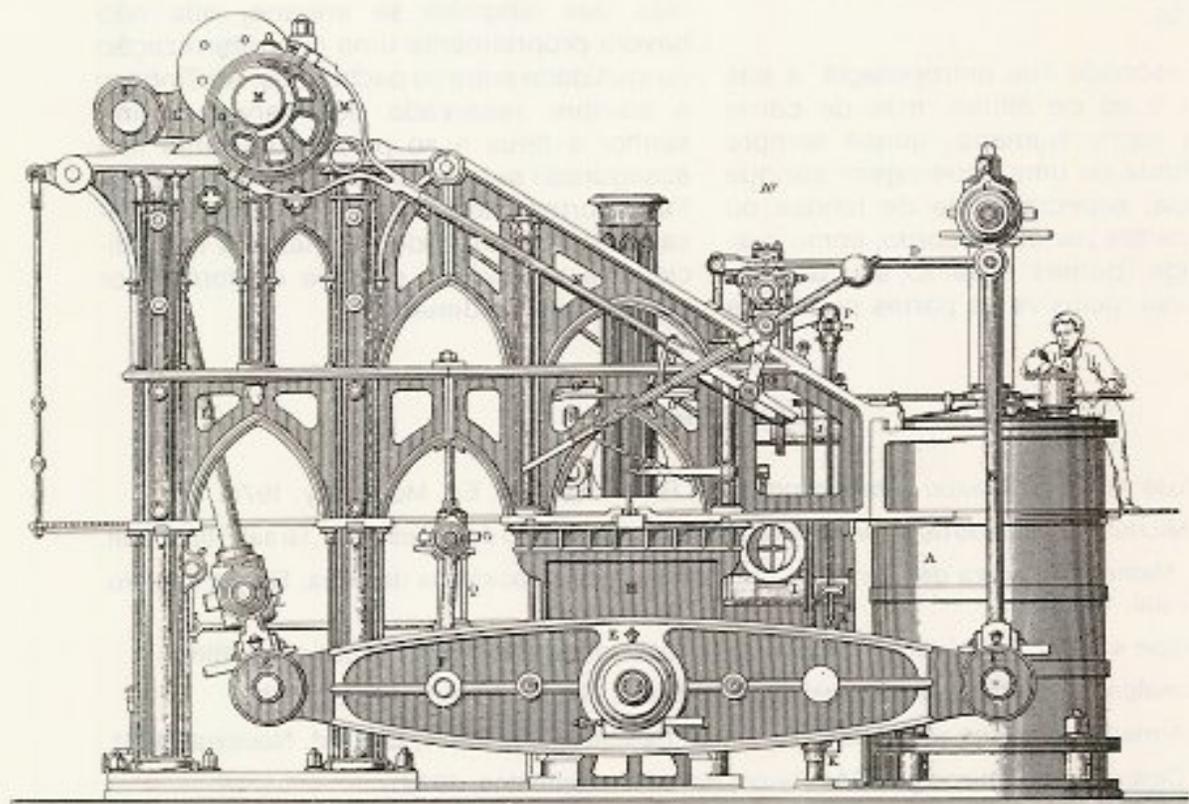
22. Luiz Mott, *op.cit.*, p. 70.

23. O Prof. Luiz Mott encontrou em suas pesquisas o diabo também como homossexual e lésbica. Sobre a ética sexual recente do Vaticano convido o leitor a um texto leve e inteligente de Hélio Pellegrino, *A burrice do demônio*, Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1988, pp. 26-29.

24. *Ibid.*, pp. 75 e 76.

25. *Ibid.*, p. 79.

* Agradeço a Jorge Coli a indicação dos quadros que compõem a iconografia do texto.



OS HOMENS E SUAS PONTES

(Comentário sobre a história da técnica)

Paulo C. Miceli

BRAÇOS QUE NÃO SÃO BRAÇOS

- *Quais gigantes? — disse Sancho Pança.*
 — *Aqueles que ali vês — respondeu o amo — de braços tão compridos, que alguns os têm de quase duas léguas.*
 — *Olhe bem Vossa Mercê — disse o escudeiro — que aquilo não são gigantes, são moinhos de vento; e o que parecem braços não são senão as velas, que tocadas do vento fazem trabalhar as mós.*
(Cervantes, Dom Quixote de La Mancha, cap. VIII)

Quase 300 anos antes de Sancho Pança espantar-se ante a investida de Dom Quixote contra os moinhos de vento, Dante (*Inferno*, XXXIV, 6) comparara o diabo que agitava os braços a sua frente a “un molin che il vento gira”. Fixavam assim, em sua arte prodigiosa, os engenhos que a técnica dos homens erguia há séculos, não para confundir ou espantar olhares desatentos e sensíveis, mas para atender às exigências cada vez maiores da complexa luta pela sobrevivência.

Não é possível precisar quando, onde e por quem foram usados os primeiros moinhos. Marc Bloch fixou essa impossibilidade num bonito texto escrito em 1935: “Quan-

do as primeiras rodas de moinho começaram a bater a corrente dos regatos, a arte de moer cereais já tinha, na Europa e nas civilizações mediterrâneas, um passado bem mais que milenar. É preciso imaginar, nas origens, o mais rudimentar dos procedimentos: os grãos esfarelados a golpes de pedras brutas. Porém, desde a pré-história, em datas e locais que não nos compete aqui pesquisar, um passo decisivo foi dado pela invenção de verdadeiras ferramentas”¹.

Muito tempo antes de desenhar paisagens, portanto, os moinhos eram pequenos e movidos pela força dos braços. Já no fabuloso bíblico vamos encontrar Moisés

1. Marc Bloch, “Advento e conquistas do moinho d’água”, in Ruy Gama (org.), *História da técnica e da tecnologia*, São Paulo, T. A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo, 1985, p. 59.

ameaçando o faraó com a morte de todos os primogênitos do Egito: “do primogênito do Faraó que se senta no trono até o primogênito da escrava que está atrás do moinho” (Gênesis, Cap. XI, v. 5). Como se vê, é bem antiga também a atribuição do trabalho a escravos e assemelhados, pois os braços que trabalham o alimento quase nunca são os que o levam à boca:

“Moer era, primeiro, tarefa da mulher, particularmente das escravas, como ocorre atualmente nas sociedades mais primitivas; mas, posteriormente, os moinhos passaram a ser acionados por escravos em cujos pescoços eram colocadas coleiras de madeira que os impediam de alcançar com a mão a própria boca e, portanto, de comer da farinha”².

Primeiro, a força dos braços — auxiliados por ferramentas de feitura simples, conduzidas com monótona habilidade repetidora de movimentos. Com isso, desfazia-se o grão para recompor sua massa no alimento que — assim como o trabalho — era desigualmente distribuído. O passo seguinte foi dado muito tempo depois, e fez parte da criação das primeiras máquinas onde a força dos braços — complementar que fosse ainda — já não era mais indispensável:

“Parem vossas mãos, há muito familiarizadas com a mó, ó moças que amassais os grãos. A vós, daqui por diante, os longos sonos, desdenhosos dos cantos com que os galos saúdam o começo do dia. Pois esta tarefa, que foi vossa, Deméter a ordenou às Ninfas”³.

Os braços escravos podiam, assim, ser dispensados de trabalhar as mós: a força das águas, agora controlada, substituíra a energia humana possibilitando a eliminação do trabalho e, através dela, a reconquista do paraíso. Mas, não tardou que essa possibilidade — não mais submetida a caprichos divinos — fosse afastada pelos próprios homens.

No final do século XVIII, quando as coleiras que outrora impediam os escravos de alimentar-se com seu trabalho já haviam perdido sua materialidade, em troca de mecanismos mais sutis de dominação e exploração, um autor referia-se aos séculos anteriores, mostrando que as ninfas da água e até a força dos ventos acabaram encontrando proprietários encarregados de privatizar seu uso:

“Enquanto a liberdade dos homens não sofria a restrição de múltiplas leis, todas as pessoas tinham a liberdade de construir, em terras de sua propriedade ou posse, não só moinhos d’água mas também de vento. Esta liberdade não foi diminuída nem mesmo pelas leis romanas. Mas, como é dever dos governantes considerar o que é melhor para toda a sociedade sob sua proteção, os príncipes cuidaram para que ninguém pudesse fazer uso dos cursos de água comuns, de modo a impedir ou destruir sua utilidade pública. (...) [Entretanto,] a avareza dos proprietários de terra, favorecidos pela intolerância e injustiça dos governantes e pela fraqueza do povo, estenderam as regalias⁴ não somente sobre os rios, mas também sobre o ar, e, conseqüentemente, aos moinhos de vento. O exemplo mais antigo disto, de que tomei conhecimento [refere-se ao final do século XIV, quando] os monges, desde a destruição do mosteiro de Agostinho, em Windsheim, na província de Overyssel, foram desencorajados a construir moinhos de vento, próximo à região de Zwoll — um senhor desta localidade, para preveni-los, declarou que o vento do distrito pertencia a ele”⁵.

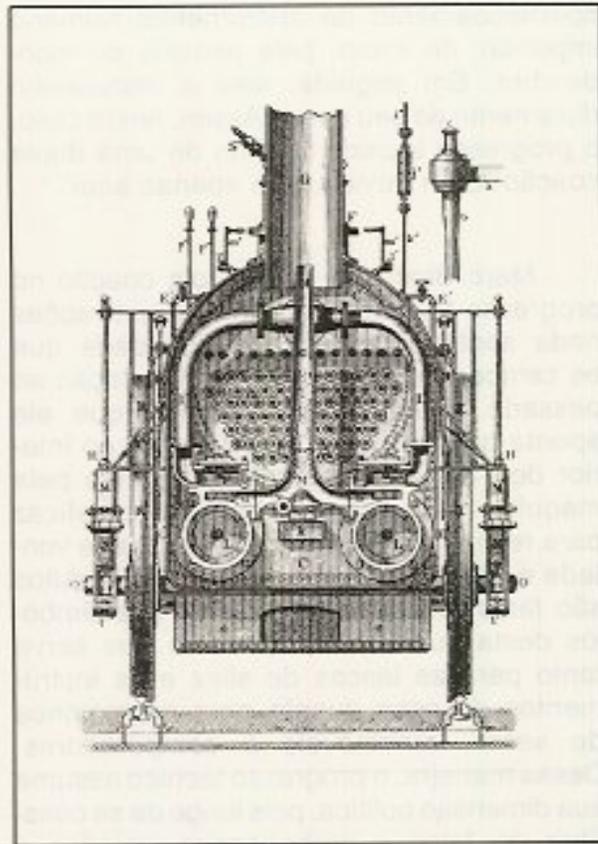
O desfecho da história se deu no mesmo tom: os monges reclamaram ao bispo de Utrecht, que não teve dúvida em afirmar que “ninguém tinha o poder sobre o vento dentro de sua diocese, mas apenas ele e a igreja de Utrecht”. Estava autorizada, portanto, a construção dos moinhos onde bem desejassem os monges, inves-

tidos agora de um poder outorgado pelo legítimo senhor dos ventos...

Marc Bloch datou os momentos iniciais dessa luta pelo controle das forças naturais no século X, quando os senhores incluíram o direito de moagem entre as demais *banalidades* (*ban* significa 'poder de mando'). As banalidades eram monopólios que os senhores "se concediam" para assegurar seu domínio sobre fornos e prensas, estradas, rios e pontes, porcos e touros reprodutores, venda do vinho ou cerveja e toda uma extensa relação de produtos e serviços. Desta maneira, abriu-se uma guerra direta contra as mós domésticas, em muito semelhante àquela que, no século XVIII, marcou a passagem dos luditas pela história. Na França e na Inglaterra, aliás, essa luta duraria até o século XVIII, quando, no último país, já estava quase inaugurado o primeiro moinho a vapor:

"Quando a máquina a vapor veio consumir a derrota do moinho à mão e do pilão, havia séculos que a maior parte da farinha consumida, tanto nos campos como nas cidades do ocidente, saía dos moinhos d'água ou de vento. Deixados a si mesmos, os camponeses seguramente teriam permanecido bem mais tempo presos aos

costumes ancestrais. Os senhores, donos dos moinhos banais — pelos pesados direitos de moagem que exigiam — algumas vezes encorajavam involuntariamente esta



2. Johann Beckmann, "Os moinhos de cereais", in Ruy Gama, *op. cit.*, p. 35. Marx também faz referência a essa prática, em uma nota de pé de página ao capítulo XIII d'*O Capital* ("Maquinaria e grande indústria"): "No ates el hocico al buey cuando trille, dice Moisés de Egipto. No lo entendían así los filántropos cristianos de Alemania cuando colocaban a los siervos empleados como fuerza motriz para moler, un gran disco de madera alrededor del cuello para que no pudiesen llevarse harina con la mano a la boca". (Karl Marx, *El capital-Crítica de la economía política*, México, Ed. Fondo de Cultura Económica, 1978, vol. I, p. 305.)
3. Marc Bloch, *op. cit.*, p. 66. Pierre Ducassé reproduz de forma um pouco diferente a mesma passagem da *Antologia grega*. Embora permaneça o sentido, parece mais completa: "Tira as mãos do moinho, moleira; dorme muito tempo, mesmo se o canto do galo anunciar o dia, porque Deméter encarregou as ninfas do trabalho que as vossas mãos faziam; elas precipitam-se do alto de uma roda; fazem girar o eixo que pelos veios de engrenagem move a massa côncava das mós de Nizira. Apreciaremos a vida da idade de ouro se pudermos aprender a saborear sem custo as obras de Deméter". (Pierre Ducassé, *História das técnicas*, 2ª Ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1962, p. 48.
4. Regalias eram autorizações especiais, às quais — ao tempo de Frederico Barbarroxa, imperador do Sacro Império Romano-Germânico (séc. XII) — foram subordinadas também as construções de moinhos.
5. Johann Beckmann, *op. cit.*, p. 50.

fidelidade ao passado. No fim das contas, eles a arruinaram pela força. Em suma, comparáveis, em mais de uma característica, às nossas grandes empresas, as explorações senhoriais viram este grande aperfeiçoamento do instrumental humano impor-se, de início, pela penúria de mão-de-obra. Em seguida, elas o impuseram duramente ao seu redor. Assim, neste caso, o progresso técnico foi filho de uma dupla coação. Sem dúvida, não apenas aqui”⁶.

Marc Bloch viu uma dupla coação no progresso técnico e encontrou motivações nada sentimentais para a fidelidade que os camponeses mantinham em relação ao passado. Parece claro também que ele aponta para uma luta que se trava no interior do “universo das técnicas”, não pela máquina mais eficaz contra a menos eficaz para realizar uma operação: isentas de vontade e arbítrio, as técnicas e seus produtos são *atos sociais* muito mais do que símbolos desta ou daquela época, o que serve tanto para as lascas de sílex e os instrumentos de osso quanto para os moinhos de vento, automóveis e computadores. Dessa maneira, o progresso técnico assume sua dimensão política, pois longe de se constituir de fatos e personagens isolados e isentos deve ser enxergado a partir da consideração também política do trabalho social.

Não há enigma, portanto, no fato de que ao avanço da técnica corresponda à exacerbação das contradições sociais, o que também não se esclarece numa tola discussão sobre serem as técnicas neutras ou não: as técnicas, conquanto se constituam em fatos sociais não são capazes de fazer política. Assim, mesmo que acabem representando o papel de instrumentos da ação política, isso resulta da vontade humana e não de uma imaginária revolta contra seus criadores, como temem certos ficcionistas.

Além disso, não obstante haver beleza na descrição das pás que batem as correntes dos regatos e embora seja pitoresca uma disputa pela posse do vento, nem a poesia, nem o esdrúxulo podem esconder o fato de que, no episódio relatado por Beckmann, o que se disputava não era a posse estrita do vento, mas sim o *poder* de usá-lo e o *direito* de usufruir desse uso, submetendo pessoas a quem essa possibilidade fosse vetada.

Marc Bloch, todavia, confunde-se ao afirmar que teria sido uma “penúria de mão-de-obra” a responsável pela evolução das técnicas de moagem, pois a aritmética da dominação não se baseia na fertilidade maior ou menor das populações. Além disso, ele mesmo indica que a vitória final das máquinas a vapor “contra” o moinho à mão localiza-se na segunda metade do século XVIII, quando a população européia entrou num processo de crescimento do qual não haveria retorno, não existindo, portanto, necessidade de suprir uma ausência de braços que de resto não ocorria. A função da máquina não é substituir o trabalho humano que falta, mas paradoxalmente torná-lo dispensável e sem valor, embora prossiga sendo o único agente criador de riqueza.

Foge aos propósitos deste texto percorrer as questões referidas por Marx quando trata do trabalho social. É importante, contudo, não esquecer que a socialização do trabalho — que, como se sabe, permite que o trabalho “sobrante” de uns converta-se em “base de vida” para outros — faz com que os próprios produtos do trabalho social apareçam como se mantivessem, também eles, uma forma social de relacionar-se entre si⁷. No interior dessa relações, insinuam-se os procedimentos técnicos, o que longe de ser uma espécie de linguagem classificadora dos índices de produtividade industrial, também significam fatos sociais bastante objetivos.

MÁQUINAS (DO PROGRESSO?)

"Enquanto a máquina foi compreendida como uma auxiliar do trabalho humano, era inevitável que todos vissem nela uma benção para a sociedade. Mas, ao tornar-se automática a ponto de substituir o esforço humano, começou a ter uma nova significação".

(Roger Burlingame, Máquinas da democracia)

"A mais alta produtividade do trabalho pode ser usada para a perpetuação do trabalho, e a mais eficiente industrialização pode servir à restrição e manipulação das necessidades".

(Herbert Marcuse, Ideologia da sociedade industrial...)

Depois do moinho, a máquina-ferramenta: o elo estaria dado para satisfação de todos quantos ainda acreditam numa espécie de progresso linear. As coisas de fato pareceriam mais simples se a história "da técnica" se baseasse na sucessão temporal de inventos, começando pelos instrumentos e ferramentas mais simples até se chegar aos mais complexos. Com isso, estaria justificada, por exemplo, a crença na superioridade intrínseca dos computadores. Essas máquinas, entretanto, só conseguem fazer valer sua superioridade e até mesmo sua utilidade numa sociedade como a nossa: a técnica pertence à sociedade, sendo infrutífera qualquer tentativa de reduzir essa história a um movimento próprio — impulsionado pela idéia de *progresso*? — independente da vontade que vem dos homens que as criam e usam. Fernand Braudel, que cautelosamente evitou a expressão história "da técnica", foi preciso a este respeito:

"Reduzida a si própria, a história que diz respeito aos acontecimentos das invenções é apenas um logro, um jogo de falsos espelhos"⁶.

Por essas razões, embora muitas das máquinas ainda em uso dependam, por exemplo, do antigo sistema biela-manivela, são imposições e necessidades extremamente diversas que esse uso atende em cada situação social específica.

O problema é que, para quase todos nós, participantes ou observadores do mundo do trabalho, a idéia de técnica aproxima-se da idéia de industrialização e eficiência industrial acaba sendo a mesma coisa do que um processo baseado em alguma espécie de técnica superior. Isto explicaria, de acordo com certa crença, a superioridade da indústria capitalista em relação às atividades artesanais e domésti-

6. Marc Bloch, *op. cit.*, p. 78.

7. "Hasta que el hombre no se sobrepone a su primitivo estado animal, hasta que, por tanto, su trabajo no se socializa em cierto grado, no se dan las condiciones en que el trabajo sobrante de unos puede convertirse an base de vida de otros". Além disso, "las relaciones entre unos y otros productores, relaciones en que se traduce la función social de sus trabajos, cobran la forma de una relación social entre los propios productos de su trabajo". (Karl Marx, *op. cit.* — respectivamente — pp. 428 e 37.)

8. Fernand Braudel, *Civilização material e capitalismo - séculos XV-XVIII*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1970, p. 272.

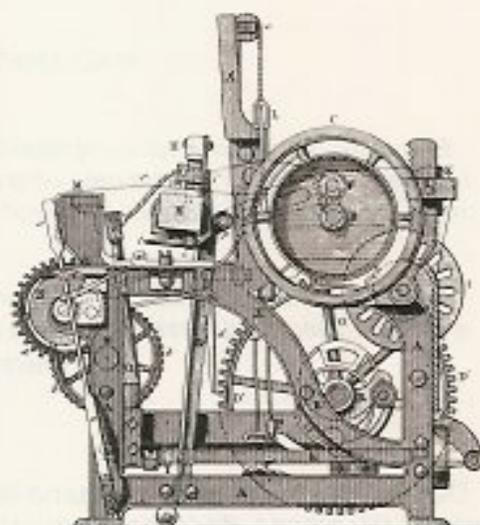
cas, que apenas resistiriam ao *progresso* enquanto "a técnica mecânica de um ramo produtivo [não houvesse atingido] ainda um grau muito elevado de desenvolvimento"⁹. Isso quer dizer, mais ou menos, que os arados e outros utensílios agrícolas seriam destinados a museus tão logo o trator fosse inventado.

O exemplo já mencionado dos moinhos e a história bastante conhecida do desenvolvimento do sistema de máquinas são provas mais do que evidentes de que, na sociedade, as coisas não se passam bem assim, pois (nunca é demais recordar...) relações sociais são relações de poder e de força, o que está a uma intransponível distância de "técnicas mecânicas" mais desenvolvidas. Assim, a máquina-ferramenta¹⁰ tornou-se socialmente mais eficaz por permitir a superação dos "limites" naturais dos trabalhadores (número de órgãos, habilidade, resistência) e por tornar dispensável a própria necessidade da força de trabalho humana. Essas máquinas, em suma, constituíram o fato social e partir do qual partiu-se para a transformação da indústria manual ou manufatureira em indústria mecanizada:

"A máquina da qual parte a revolução industrial substitui o operário que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que opera com uma *massa* de ferramentas iguais ou parecidas àquela e movida por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma. Nisto consiste a máquina com a qual nos encontramos aqui como elemento simples da produção maquinizada"¹¹.

Além disso,

"A partir do momento em que o homem, em vez de atuar diretamente com a ferramenta sobre o objeto trabalhado, limita-se



a atuar como força motriz sobre uma máquina-ferramenta, a identidade da força motriz com o músculo humano deixa de ser um fator necessário, podendo ser substituído pelo ar, a água, o vapor etc"¹².

Por essas razões, impõe-se a consideração social da técnica, única maneira de tentar apreender sua historicidade. Esta apreensão não está no esforço de estabelecer fórmulas e compreender mecanismos. Não cabe igualmente nos limites de uma definição que possa sobreviver fora do tempo e do espaço, como parece ter demonstrado Braudel. Para ele, "tudo é técnica: o 'esforço violento', mas também o esforço paciente e monótono dos homens sobre o mundo exterior; estas mutações vivas a que chamamos um pouco à pressa revoluções (as da pólvora, da navegação do alto mar, da imprensa, dos moinhos de água e de vento, do primeiro maquinismo), mas também as melhorias lentas dos processos e dos utensílios e estes gestos inumeráveis, certamente sem importância inovadora: o marinheiro que estende as suas cordas, o mineiro escavando a sua galeria, o camponês atrás da sua charrua, o ferreiro à bigorna... (...); em resumo, o tra-

balho do homem sobre o homem, o seu adestramento empreendido, perpetuado desde o principio dos tempos"⁹.

Tudo é técnica... Parece confirmar-se uma intuição de que todos compartilhamos. Mas, nós também sabemos que a razão técnica traz em si o perigo de uma irracionalidade extrema: ao invés de tratar-se dos princípios orientadores de cada ação

humana transformadora, constitui-se, cada vez mais, num ato exclusivo de *força* e num gesto de *poder*. O que sempre foi mais ou menos claro parece ter se tornado evidente, principalmente agora, quando os trabalhadores podem correr também o risco de serem absolutamente dispensáveis numa sociedade que os constituiu à *força*, impedindo-lhes uma sobrevivência alternativa fora de seus rígidos parâmetros¹⁴.

9. Werner Sombart, num texto de 1911, refere-se dessa maneira à questão: "Perché l'organizzazione dell'industria a domicilio possa durare e conservarsi accanto a quella di fabbrica, la tecnica meccanica di quel ramo produttivo non deve avere ancora raggiunto un grado molto elevato dello sviluppo, poiché altrimenti l'industria a domicilio, che si base necessariamente sul lavoro a mano o comunque sempre sul lavoro isolato, cessa di essere redditizia per l'imprenditore, nonostante i numerosi altri vantaggi che può presentare: la tecnica è qui una condizione della sopravvivenza dell'industria domestica. (...) Quando invece, ad esempio, un nuovo procedimento tecnico (...) rende possibile e vantaggiosa la fabbricazione di un articolo su larga scala e con l'impiego di numerose macchine, e quando questa situazione offre lo spunto alla fondazione di un'impresa capitalistica, che si prefigge lo scopo di produrre quell' oggetto, e se, di conseguenza, in questo campo produttivo, l'organizzazione artigianale è scacciata e soppiantata da quella capitalistica, anche qui c'è lo zampino della tecnica". (Cf. Werner Sombart, "Tecnica e cultura", in *Tecnica e cultura - Il dibattito tedesco fra Bismarck e Weimar* - a cura di Tomás Maldonado, Milano, Giannino Feltrinelli Editore, 1979, pp. 162-163.)
10. Para Marx, toda maquinaria um pouco desenvolvida é composta de três partes substancialmente distintas: 1) *Mecanismo de movimento*, ou máquina motriz, que é a força propulsora de todo o mecanismo; ela pode engendrar sua própria força motriz, como a máquina a vapor ou a eletromagnética, ou pode receber esta força motriz de uma força natural, como a roda hidráulica da queda d'água, as asas do moinho, a força do vento. 2) *Mecanismo de transmissão*, composto de volantes, eixos, rodas dentadas, correias etc, e que servem para regular os movimentos; 3) Finalmente, a *máquina-ferramenta*, que sujeita e modela o objeto trabalhado, a partir do movimento que recebe dos outros dois componentes. A máquina-ferramenta é, de acordo com Marx, "a verdadeira máquina de trabalho". (Cf. Karl Marx, *Op. cit.* pp.303-304.)
11. Karl Marx, *op. cit.*, p. 304.
12. *Ibid.*
13. Fernand Braudel, *op. cit.*, p. 271.
14. Essa advertência aparece nas primeiras páginas de um trabalho fundamental de Hannah Arendt: "Más próximo y quizás igualmente decisivo es otro hecho no menos amenazador: el advenimiento de la automación, que probablemente en pocas décadas vaciará las fábricas y liberará a la humanidad de su más antigua y natural carga, la del trabajo y la servidumbre a la necesidad. (...) Por lo tanto, la realización del deseo [de liberarse de la 'fatiga y molestia' del trabajo], al igual que sucede en los cuentos de hadas, llega en un momento en que sólo puede ser contraproducente. Puesto que se trata de una sociedad de trabajadores que está a punto de ser liberada de las trabas del trabajo, y dicha sociedad desconoce esas otras actividades más elevadas y significativas por cuya causa merecería ganarse esa libertad". (Cf. Hannah Arendt, *La condición humana*, Barcelona, Editorial Seix Barral, 1974, pp. 15-16.)

TUDO JÁ É COMO ONTEM... AMANHÃ

— La séparation entre le passé, le présent et le futur n'est qu'une tenace illusion (A. Einstein, 21.3.1955).

"O esforço para ler o grande romance policial da Natureza é velho como o pensamento humano. Mas há apenas uns três séculos que os estudiosos começaram a compreender a língua em que o livro está escrito. E a partir desse tempo — a época de Galileu e Newton — a escrita passou a fazer-se com rapidez. Foram-se desenvolvendo técnicas de investigação, métodos sistemáticos de descobrir e seguir pistas. Alguns dos enigmas receberam solução — embora muitas soluções fossem precárias e acabassem abandonadas em consequência de posterior pesquisa".

(Albert Einstein e Leopold Infeld, A evolução da física)

A inspiração, mais uma vez, parece ter vindo da Natureza: "sabemos (...) que em mil e seiscentos anos um grama de rádio se desintegra por metade; só permanece meio grama. Podemos prever, aproximadamente, como muitos átomos se desintegrarão durante a próxima meia hora; mas não podemos dizer, nem sequer teoricamente, por que motivo esses átomos estão condenados. Segundo os nossos atuais conhecimentos, não temos poder para designar os átomos individuais condenados à desintegração. O destino de um átomo não depende da sua idade. Não existe o menor traço de lei a governar-lhe o comportamento individual. Só leis estatísticas podem ser formuladas, leis que regem grandes agregados de átomos"¹⁵.

O estudo desse processo natural de transmutação de um elemento em outro, não obstante o fato de permanecerem ocultas suas razões e desconhecidas suas leis, levou várias gerações de cientistas a perseguirem possibilidades que, afinal, permitiram acelerar a desintegração¹⁶. O ponto crucial desses experimentos foi a constatação de que há dissipação de massa durante certos bombardeamentos atômicos, o que libera enorme quantidade de energia: "com efeito, os núcleos dos elementos formados têm uma massa menor do que a dos seus elementos constitutivos. É então necessário que algo se dissipe no decorrer do processo. E se a perda de massa equivale à destruição de um só grama de matéria, a energia libertada é igual a uma quantidade de calor

suficiente para fazer ferver, instantaneamente, 200 milhões de litros de água. Em determinado sentido, nada de novo havia aqui, visto tratar-se apenas de uma aplicação da célebre fórmula de Einstein: $E = mc^{23}$ ".

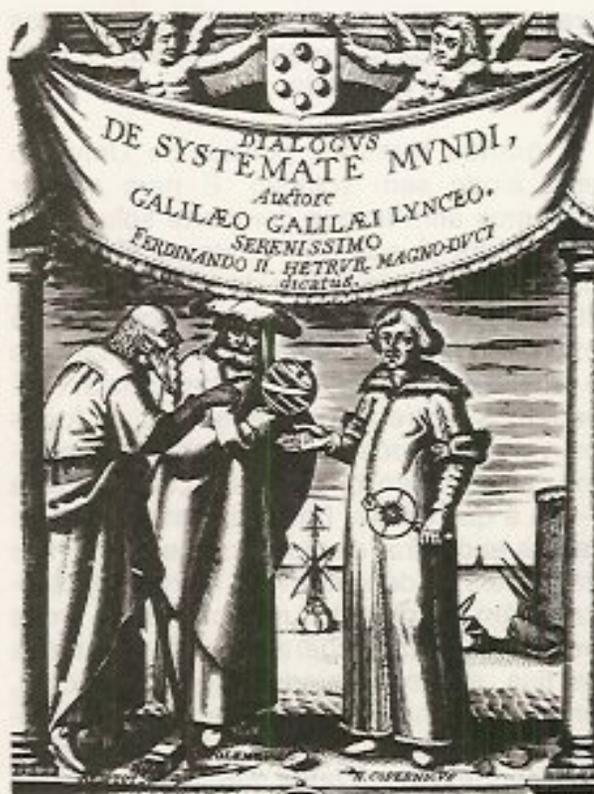
Perigoso êxito, como se constatou logo depois, sintetizado numa fórmula mágica, matematicamente estabelecida, e que parecia encerrar a chave para se compreender a totalidade dos mistérios em que a Natureza se oculta para distanciar-se da compreensão humana, ao mesmo tempo em que a desafia sempre. Parecia possível — afinal! — decifrar os invisíveis hieróglifos explicadores do Universo, pois se a linguagem dos mitos não o podia mais, a da Ciência — novo e poderoso mito — certamente poderia. Mais precisamente, caberia à teoria da relatividade vencer o desafio "tão velho como o pensamento humano":

"A sua validade não se restringe ao domínio da física; forma o sistema geral de todos os fenômenos da Natureza"¹⁸.

Entretanto, nessa busca de compreender o *quando* e o *onde* as coisas são construídas e reconstruídas — mesmo que não pudesse saber *como* — o cientista aproximou-se perigosamente do universo da verdade que tanto procurava: os mecanismos e possibilidades de destruição, mais uma vez, mostraram-se mais poderosos e próximos, e a tentativa de conhecer (e controlar) as forças mais profundas da Natureza

demonstrou rapidamente seus efeitos. Não era mais preciso imaginar ficções; o criador, afinal, aproximava-se da criação para partilhar um destino comum...

Mas, o cientista continua insistindo fanaticamente que há uma espécie de código cujos segredos estão na iminência de serem revelados. *Algo* antecede o homem com suas idéias fundamentais, e esse homem estaria colocado entre o *antes original* e o conhecimento que procura entender o *todo*. Além disso, o cientista prossegue elaborando convenções para substituir outras que considera insuficientes ou superadas. Sabe, por exemplo, que o cavalo que *passa* já passou; demonstra que uma estrela que *vemos* explodir explodiu há milhões de anos atrás... E sorri quando alguém enamorado contempla um pôr-do-sol que teria ocorrido minutos antes. Em suma, nada *é* quando *parece* estar sendo, e tudo quanto *vemos* é apenas uma tardia imagem de *realidades* nunca presentes. O homem, portanto — não o cientista — está sempre atrasado em relação aos fenômenos que a ele se revelam como fantasmas.



O cientista aparece, então, como um destruidor de ilusões. Ele próprio, contudo, parece duvidar que seus esforços para com-

15. Albert Einstein e Leopold Infeld, *A evolução da física - de Newton até à teoria dos quanta*, trad. de Monteiro Lobato, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.p., p. 212.

16. "... o estudo da radioatividade natural levaria os sábios à realização de uma proeza com que todos os alquimistas da Idade Média haviam sonhado. Em 1903, sir Frederick Soddy e sir William Ramsay tinham demonstrado que a radioatividade do rádio é acompanhada de uma libertação de hélio. (...) Em 1919, Rutherford concebeu a excelente idéia de bombardear átomos de azoto com a ajuda de hélios circulando a altíssima velocidade e emitidos, sob a forma de raios alfa, por uma substância muito fortemente radioativa. Verificou que, deste modo, o azoto se transformava em oxigênio. Pela primeira vez, um átomo era refratado e os seus elementos constituintes engendravam um outro corpo simples. A transmutação já não era uma fantasia de alquimista! Rutherford teve êxito onde os Bacon e os Paracelsos haviam fracassado. Imagina-se facilmente que, depois de semelhantes resultados, os físicos não cessaram de desintegrar o maior número possível de átomos. (...) Mas, abandonemos o domínio da pura teoria (...) O princípio segundo o qual há dissipação de massa durante certos bombardeamentos atômicos (...) ia conduzir os sábios a uma pista simultaneamente gloriosa e perigosa. Cerca de 1930, verificou-se que, quando se dá uma transmutação, há libertação de uma imensa quantidade de energia. Com efeito, os núcleos dos elementos formados têm uma massa menor do que a dos seus elementos constitutivos. É então necessário que algo se dissipe no decorrer do processo. E, se a perda de massa equivale à destruição de um só grama de matéria, a energia libertada é igual à quantidade de calor suficiente para fazer ferver, instantaneamente, 200 milhões de litros de água". (Cf. Charles-Albert Reichen, *História da Física*, Suíça, Ed. Rencontre & Erik Nitsche International, 1965, pp. 85-86.)

17. *Ibid.*, p. 86.

18. EINSTEIN/INFELD, *op. cit.*, p. 151.

preender o “sistema geral de todos os fenômenos da Natureza” possam atingir um resultado definitivo:

“O grande romance policial do Universo está ainda sem solução. E nem sequer podemos afirmar que comporte solução. A sua leitura já nos deu muito; ensinou-nos os rudimentos da língua da Natureza, habilitou-nos a apreender numerosos fios da meada, e tem sido uma fonte de excitação e deleite na penosa marcha da ciência. Percebemos, entretanto, que, apesar de todos os volumes lidos e compreendidos, estamos ainda muito longe da solução completa — se é que existe. Em cada estágio procuramos encontrar explicação que harmonize os pontos já descobertos. Teorias hipotéticas têm explicado muitos fatos, mas nenhuma solução geral, que reúna todos os fios, apareceu ainda. Frequentemente, uma teoria na aparência perfeita mostra-se falha, logo que a leitura do grande livro prossegue. Novos fatos surgem que a contradizem ou não são por ela explicados. Quanto mais lemos a Natureza, mais lhe apreendemos a perfeição — embora a solução do enigma se afaste com essa maior leitura”¹⁹.

Pode-se perguntar, afinal, o que procura a Ciência, em sua “penosa marcha”? Mas, dizer que a Ciência busca algo parece o mesmo que afirmar que óculos têm o poder de enxergar coisas. Ambos servem para quem precisa deles, tratando-se, portanto, de uma questão de necessidade e de uso. Por si, assim como os óculos não vêem coisa alguma, a Ciência não procura nada.

As coisas, contudo, não são tão simples e escapam a meros jogos de palavras. No caso dos óculos, quem precisa deles é a figura reconhecidamente deficiente do míope; mas, com a Ciência as coisas se complicam, pois os homens fizeram dela uma poderosa religião, dotada de rituais

capazes de realizar — e repetir — mágicas cujos segredos permanecem guardados por um reduzido número de *sacerdotes* que tudo podem ver: o antes, o agora e o depois. Esses sacerdotes, pode-se dizer, é que buscam alguma coisa. Sua iniciação, à semelhança dos profetas, depende de uma revelação inicial: “as idéias fundamentais desempenham grande papel na formação de uma teoria física. As obras de física estão cheias de complicadas fórmulas matemáticas. Mas, o que aparece nos começos de uma teoria física são pensamentos e idéias; só mais tarde as idéias tomam forma matemática, quantitativa, a fim de possibilitar a comparação com a experiência”²⁰. É esse contato com a Verdade Original que inspira a elaboração de uma escritura capaz de universalizar os cânones da nova Fé:

E = mc², Per omnia secula seculorum...

Mais do que isso, procura-se demonstrar que esse contato com a verdade não se deve ao acaso. Ao contrário, cumpre pôr abaixo a crença generalizada de que os cientistas fazem suas experiências aleatoriamente, dependendo seu sucesso ou fracasso da sorte ou do azar com que os resultados vão sendo produzidos e anotados para compor esta metalinguagem que se pretende explicadora de tudo.

A Ciência, portanto, não busca nada; quem busca é o cientista: seu objetivo maior parece ter sido sempre caminhar por este inextricável discurso, procurando, paradoxalmente, atingir a simplificação das coisas que compõem a Natureza, seu principal laboratório: “na história da ciência, desde a filosofia grega até a física moderna, constantes tentativas foram feitas para reduzir a aparente complexidade dos fenômenos naturais a algumas idéias e relações simples e básicas”²¹.

Em resumo, de uma idéia fundamental até sua elaboração teórica e experi-

mentação, o que muda sempre é a linguagem — um esforço para decifrar outro código: aquele que daria conta da Natureza em sua totalidade...

Mas, as palavras parecem retornar sempre ao início do círculo, e a coisa buscada permanece aquém e além do discurso. Nunca nele. O cientista fala sua linguagem, corrigindo outras falas e anotando teorias. Entretanto, ele próprio (com suas idéias fundamentais) precede sempre essa fala e não se confunde com ela: o que ele busca permanece fora dela e dele (cientista) ao mesmo tempo, pois não é na representação reconstituída ao infinito matematicamente possível que a realidade — suprema abstração imaginada por todas as ciências — afinal se

mostraria ao conhecimento e, portanto, à experiência: a linguagem pode tudo, menos realizar-se fora dela, num "espaço" sem tempo e sem lugar — o contrário de todas as coisas naturais, rigorosamente estabelecidas em sua sedutora e inatingível anarquia:

"Mas como o mundo continua, como a investigação abunda e também como é preciso preservar a função de Deus, um certo fracasso de Einstein é necessário. Diz-se que Einstein morreu sem ter podido verificar 'a equação na qual estava contido o segredo do mundo'. O mundo resistiu; mal acabara de ser vislumbrado, o secreto de novo se encobriu, a cifra estava incompleta"²².

UMA NECESSÁRIA TRANSCRIÇÃO:
BARTHES E "O CÉREBRO DE EINSTEIN"

(Roland Barthes)

*O cérebro de Einstein**

O cérebro de Einstein é um objeto mítico: paradoxalmente a maior inteligência gera a imagem da mecânica mais aperfeiçoada, o homem poderoso demais é separado da psicologia, introduzido num mundo de autômatos; sabe-se que nos romances de antecipação os super-homens têm sempre algo de coisificado. Einstein também: e isso manifesta-se normalmente pelo seu cérebro, órgão antológico, verdadeira peça de museu. Talvez por causa de sua especialização matemática, o super-homem é, neste caso, desprovido de todo o caráter mágico; não se considera que exista nele nenhum poder difuso, nenhum mistério além do mecânico: trata-se de um órgão superior, prodigioso, mas real, fisiológico mesmo. Mitologicamente, Einstein é matéria, o seu poder não leva espontaneamente à espiritualidade, lhe é necessário o auxílio de uma moral independente, a "consciência" do sábio (ciência sem consciência, disse-se). O próprio Einstein também contribuiu para a formação dessa lenda, legando o seu cérebro, cuja posse está sendo disputada por dois hospitais como se se tratasse de uma mecânica insólita que finalmente vai ser possível desmontar. Uma imagem apresenta-o estendido, com a cabeça coberta de fios elétricos: registram-se as ondas do seu cérebro pedindo-lhe que "pense na relatividade" (mas, na realidade, o que quer dizer exatamente "pensar em...")? Querem fazer-nos crer, sem dúvida, que a violência dos sismogramas é proporcional à

19. *Ibid.*, p. 11.

20. *Ibid.*, p. 206.

21. *Ibid.*, p. 49.

22. Roland Barthes, "O cérebro de Einstein", in *Mitologias*, 6ª ed., São Paulo, Difel-Difusão Editorial S.A., pp. 61-62.

* (Fonte: BARTHES, Roland. *Mitologias*, 6ª ed., São Paulo, Difel-Difusão Editorial, 1985, pp. 60-62.)

dificuldade da "relatividade". Assim, o próprio pensamento é representado como uma matéria energética, o produto mensurável de um aparelho complexo (quase elétrico) que transforma a substância cerebral em força. A mitologia de Einstein transforma-o num gênio tão pouco mágico que fala do seu pensamento como de um trabalho funcional análogo à confecção mecânica das salsichas, ao moer do grão ou à trituração dos minérios: Einstein produz pensamento, continuamente, como um moinho produz farinha e, para ele, a morte foi essencialmente o término de uma função localizada: "O cérebro mais potente parou de pensar".

A produção de equações era o que se esperava desta mecânica genial. Através da mitologia de Einstein, o mundo reencontrou, deliciado, a imagem de um saber formulado.



E — fato paradoxal — quanto mais o gênio do homem se materializava em seu cérebro, tanto mais o produto da sua invenção atingia uma condição mágica, reencarnava a velha imagem esotérica de uma ciência enclausurada em algumas letras. Existe um único segredo do mundo que cabe numa só palavra; o universo é um cofre cuja combinação o homem procura: Einstein quase a descobriu, eis o mito de Einstein; aí se encontram todos os temas gnósticos: a unidade da natureza, a possibilidade de uma redução fundamental do mundo, o poder de abertura da palavra, a luta ancestral entre um segredo e uma expressão, a idéia de que o saber total pode descobrir-se bruscamente como uma fechadura que cede após mil tentativas infrutuosas. A equação histórica $E = mc^2$, pela sua simplicidade inesperada, quase concretiza a pura idéia de chave, una, linear, feita de um só metal, abrindo com uma facilidade máxima uma porta contra a qual desde há séculos nos desgastáramos. As imagens mostram-nos claramente o funcionamento do processo: Einstein *fotografado* ao lado de uma lousa coberta de signos matemáticos de uma complexidade visível; mas Einstein *desenhado*, isto é, tendo entrado portanto na lenda, uma vez mais de giz na

mão, acaba de escrever sobre uma lousa limpa, como que sem preparação, a fórmula máxima do mundo. A mitologia respeita assim a natureza das tarefas: a investigação propriamente dita mobiliza engrenagens mecânicas, tem como sede um órgão material monstruoso apenas por sua complicação cibernética; a descoberta, pelo contrário, é de essência mágica, simples como um corpo primordial, como uma substância elementar, pedra filosofal dos hermetistas, água de alcatrão de Berkeley, oxigênio de Schelling.

Mas, como o mundo continua, como a investigação abunda e também como é preciso preservar a função de Deus, um certo fracasso de Einstein é necessário. Diz-se que Einstein morreu sem ter podido verificar "a equação na qual estava contido o segredo do mundo". O mundo resistiu; mal acabara de ser vislumbrado, o secreto de novo se encobriu, a cifra estava incompleta. Assim, Einstein satisfaz plenamente o mito que permanece indiferente às contradições, desde que instale uma segurança eufórica: simultaneamente mago e máquina, pesquisando permanentemente mas não tendo encontrado tudo o que procurava, desencadeando o melhor e o pior, cérebro e consciência, Einstein realiza os sonhos mais contraditórios, reconcilia miticamente o poder infinito do homem sobre a natureza e a "fatalidade" de um segredo que ele ainda não pode rejeitar.

BRAVO! (UM MUNDO PARA EXPERIMENTAR)

"Epimeteu dissipou todas as qualidades disponiveis em proveito das bestas, sem nada deixar aos homens. Prometeu, para reparar o mal, furtou na oficina de Hefesto e de Atena o fogo, quer dizer, o gênio criador das artes. Os homens têm então em mãos todas as técnicas. Mas, eles não conhecem a arte política, nem a arte militar que é uma parte da primeira".

(Jean-Pierre Vernant, Mythe et pensée chez les Grecs)

"Entre o hospital da Cruz Vermelha e o centro da cidade, não encontrei nada que não estivesse totalmente calcinado. Vi os bondes parados em Kaway-cho e Kamiy-cho. Eles tinham agora seus passageiros sentados sobre os bancos em fileiras de doze. Seus corpos estavam completamente negros e calcinados. Eu vi os grandes reservatórios de água repletos até à borda de cadáveres. Estes pareciam haver sido cozidos vivos. Em um dos reservatórios, percebi um homem ainda vivo, embora atrocemente queimado. Ele estava acocorado ao lado de um morto e bebia lentamente a água misturada de sangue e restos humanos. Mesmo se eu quisesse impedi-lo, isto de nada adiantaria: ele havia perdido a razão. Em outro reservatório, o número de mortos era tão elevado que eles não tinham tido sequer espaço para tombar. Os cadáveres haviam ficado de pé, espremidos uns contra os outros. Mesmo a piscina da Escola secundária estava repleta de cadáveres. Devem ter perecido de asfixia ao tentar escapar do incêndio, pois não apresentavam traços de queimaduras. (...) Esta piscina não era suficientemente grande para conter todos aqueles que nela quiseram se atirar. Uma multidão de cadáveres estava ainda estendida em suas bordas, a cabeça voltada para a água e o corpo esticado num supremo esforço para alcançá-la. Em um dos tanques, vi pessoas ainda vivas sufocadas sob um monte de cadáveres"²³.

É dispensável e talvez inútil tentar o enriquecimento da descrição imaginando sons e odores que podiam ser ouvidos e sentidos aqui e ali, em todas as partes do que fora uma cidade. Um último e desesperado gemido; talvez, derradeiras forças concentradas num grito lancinante... Quem sabe um choro solitário ou a gargalhada de um louco que se atira sobre os destroços de coisas e corpos? Tão inútil quanto advertir alguém que bebe "lentamente a água misturada de sangue e restos humanos". Cada um que se encarregue de recompor a cena em sua memória, o que certamente — e com muito mais razão — deve ter feito por toda a vida o médico de quem nos vem a descrição. Ele e alguns outros que puderam ver e narrar o espetáculo que, longe de ser uma lenda sobre deuses raivosos e vingativos, mostrava milhares de pessoas que, em poucas horas, foram transformadas em coisas menos significativas até do que as bíblicas estátuas de sal.

Quase um mês antes, abandonando para sempre o espaço dos laboratórios e das especulações teóricas, oferecia-se ao mundo a confirmação de que um dos mais caros sonhos dos alquimistas medievais — a transmutação da matéria — transformava-se, ele próprio, num pesadelo real. Foi num lugar chamado "Jornada de la Muerte", região desértica do Novo México,

23. Essa descrição do Dr. Hanaoka aparece em Robin Clarke, *La course à la mort - ou la technocratie de la guerre*, Paris, Éditions du Seuil, 1972, p. 21.

próximo à cidade de Oscuro, onde se encontra a base aérea norte-americana de Alamogordo: “esta reputação de trevas e de morte encerra mais do que uma pura coincidência toponímica: foi lá que, no dia 16 de julho de 1945, às 5 e 30 da manhã, teve lugar a primeira explosão atômica do mundo (...). Três semanas mais tarde, a 6 de agosto, o que não passava de uma experiência científica transformou-se em triunfo militar e desastre humano. Um aparelho da aviação americana, o ‘Enola Gay’, largou a bomba ‘Little Boy’ sobre o que a *Enciclopédia* descrevia como ‘um porto de mar (...) que desfruta de uma paisagem magnífica sobre uma planície costeira rodeada de colinas, frente a uma baía salpicada de ilhas’. O porto de mar era Hiroshima. Little Boy era a primeira bomba a urânio do mundo e Enola Gay causou mais de 75.000 mortos”²⁴.

O bombardeio desencadeou um furacão de fogo que durou cerca de seis horas, devastando tudo numa extensão de mais de dez km². A onda de choque e o incêndio que se seguiu destruíram 62 mil dos 90 mil edifícios da cidade.

Animados pelo sucesso da experiência, três dias depois, Nagasaki foi bombardeada com idêntica carga de 20 mil toneladas de TNT. Desta vez, ao invés do urânio, usou-se o plutônio como substância fissil. Saldo das duas bombas: mais de 100 mil mortos e 200 mil feridos. A contabilidade da guerra ingressava em nova era.

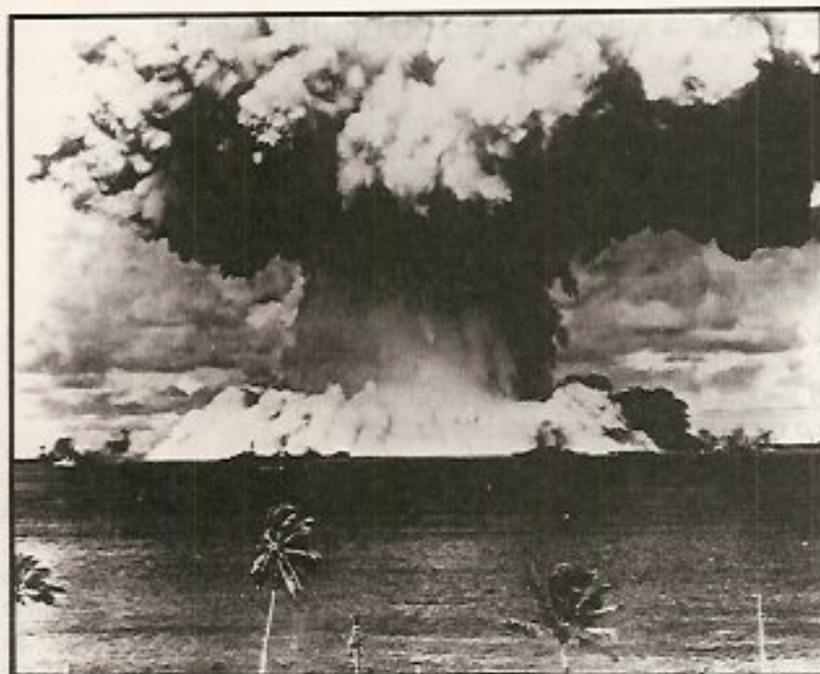
Logo em seguida, veio abaixo a estúpida crença de que, no *dia seguinte*, a solidariedade humana seria estabelecida²⁵. Mais uma vez, dispõe-se da descrição de um médico que esteve em Hiroshima duas semanas após o bombardeio:

“... a violência e a rapacidade reinavam soberanas na cidade... Pessoas com rostos maus e língua mordaz usavam o mais belo vestuário... O país foi entregue à mais infe-

rior ralé... A falta de sentinelas tornava rendosa a pilhagem... A cidade estava infestada de salteadores... Os vândalos vinham com suas charretes e carregavam tudo o que podiam amontoar nelas... Hiroshima transformou-se numa cidade de vícios. Considerando a falta de qualquer policiamento, eu não estava assustado, mas tinha vergonha”²⁶.

Enquanto isso, incentivados após os dois “experimentos”, os pais de *Little Boy* encarregavam-se de aumentar a sinistra família. No dia 25 de junho de 1946, uma explosão experimental (utilíssima palavra...) foi realizada em Bikini. É dela a foto que mostra uma paisagem de forte contraste. No primeiro plano, duas palmeiras centralizadas parecem balizar o talo do que — com péssimo gosto — se convencionou chamar “cogumelo atômico”. A nuvem radioativa que encima o micélio completa no horizonte o desenho do símbolo máximo de uma civilização que deveria, a partir de então, procurar novas e sempre inoperantes defesas contra seus próprios inventos²⁷. Sobre o cogumelo, que cobre vasta área, um espaço escuro. Talvez como a casa de Plutão...

Alguns anos depois, no dia primeiro de novembro de 1952, “o homem incorporou a seus títulos de glória aquele de haver apagado totalmente do mapa uma ilha do Pacífico, deixando em seu lugar apenas um imenso buraco de 50 m de profundidade e 1,5 km de diâmetro. Esta explosão foi o prelúdio da primeira experiência termo-nuclear que teve lugar em Bikini, a primeiro de março de 1954. A potência dessa bomba, equivalente a 15 milhões de toneladas de TNT, ultrapassou a potência total de todas as bombas lançadas durante a Segunda Guerra Mundial (incluindo aqui as bombas atômicas) e foi mil vezes superior àquela da bomba de Hiroshima. O acontecimento foi um desastre sob vários títulos, pois o vento, mudando de direção, provocou uma nuvem radioativa que atingiu



uma ilha habitada próxima ao local da experiência e o convés de um navio de pesca japonês, o "Dragão Sortudo". Os habitantes da ilha sofreram inúmeras perturbações devidas à irradiação e excrescências tireoidianas, tendo morrido um pescador. Fiéis a seu tato habitual, as autoridades haviam batizado a experiência com o nome de BRAVO²⁴.

A partir de então, essa história foi sendo acrescentada de novos e, às vezes, surpreendentes detalhes. O poder destrutivo que os avanços científicos concentram cada vez mais nas mãos das lideranças políticas, militares e empresariais faz pa-

recer extremamente arcaicas e tolas as discussões que a academia ainda mantém sobre serem as técnicas dotadas ou não de uma neutralidade intrínseca. Essa questão, ampliada em função da entrada em cena de novas formas de macropoder, deve ser considerada de outro ângulo, pois apesar da simpatia despertada por um cientista que mostra a língua em milhares de estampas, a ciência possui uma dimensão política que jamais pode ser ignorada.

Em outras palavras: para um cientista, conceber um procedimento que possa, a partir da destruição de um só grama de matéria, liberar energia igual a uma quantidade de calor capaz de fazer ferver, instantaneamente, 200 milhões de litros de água pode ser, de todos os seus pontos de vista, uma experiência fascinante. Para um político ou um militar, esse mesmo experimento representa poderosa arma, facilmente industrializável e rentável. No final, vencem as duas partes. Mas, assim como na transmutação da matéria, alguma coisa deve ser destruída no processo: num caso, perde-se pequena quantidade de massa; no outro, enorme quantidade de vidas.

24. Robin Clarke, *La course à la mort...*, op. cit., p. 20.

25. Evidentemente, o saque e outras formas de violência acontecem em seguida a qualquer espécie de tragédia, não sendo "privilégio" do *dia seguinte* à explosão atômica. Os grandes cataclismas naturais, por exemplo, são sempre sucedidos por essa espécie de "abutres", que se alimentam dos despojos deixados pela destruição. A observação foi feita, para que não se outorque dignidade excessiva à guerra atômica, atribuindo-lhe — sabe-se lá por quais motivos — uma seqüência de solidariedade e auxílio mútuo...

26. Robin Clarke, op. cit., p. 25.

27. "... l'invention de la bombe atomique a ouvert à la science et à la technologie un monde totalement nouveau. Elle les a conduit à explorer d'abord l'espace, puis les océans à la recherche d'une *protection contre leur propre invention*". (Cf. Robin Clarke, op. cit., p. 389. Obs.: os grifos não são do original.)

28. Robin Clarke, op. cit., p. 22.

CIÊNCIA OU CONSCIÊNCIA — A POLITIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

“A razão pela qual pode ser prudente desconfiar do juízo político dos cientistas (...) não é fundamentalmente sua falta de ‘caráter’ — que não se negaram a desenvolver armas atômicas — ou sua ingenuidade — que não entenderam que uma vez desenvolvidas estas armas seriam os últimos a serem consultados sobre seu emprego — senão, concretamente, o fato de que se movem em um mundo onde o discurso perdeu seu poder. E qualquer coisa que o homem faça, saiba ou experimente só tem sentido na medida em que possa expressá-lo”.

(Hannah Arendt, *La condición humana*)

“Onde quer que esteja em perigo o próprio do discurso, a questão se politiza, já que é precisamente o discurso o que faz do homem um ser político”.

(*Ibid*)

Muitas vezes, o sermão moralizante ou a paixão ideológica acabam dificultando a possibilidade de considerar o que é (ou deveria ser...) a ética científica. Se, do ponto de vista do saber, a “ética da objetividade” parece impor-se, na medida em que a ciência “se politiza”, outras e fundamentais questões devem ser postas. Uma delas aparece claramente quando se leva em conta a utilização da pesquisa pelos militares: “o exemplo da pesquisa militar mostra até que ponto a distinção entre pesquisa ‘fundamental’ e pesquisa ‘aplicada’ é frágil. De fato, não há critério absoluto que permita decidir se uma pesquisa é, em si, ‘pura’. Desde que os militares se interessem ativamente por um setor científico com a intenção de tirar algum benefício disso, a pesquisa é orientada; em que pesem as aparências, não há qualquer contradição em se falar de *pesquisa fundamental orientada* [o que relativiza em muito a espontaneidade das tais ‘idéias fundamentais’ dos cientistas]. O único critério utilizável, se tivermos que ter um, é o interesse que os próprios militares possuem (...) em relação a estes trabalhos. Isto porque todos os domínios da ciência, *a priori*, são suscetíveis de se tornar ‘militares’ de um modo ou de outro”²⁹.

Esses laços de colaboração entre sábios e cientistas, “por um lado”, e as várias instâncias de poder na sociedade,

“por outro lado”, foram estabelecidos há muito tempo. Com uma certa singeleza, parecem presentes, por exemplo, na carta com que Leonardo da Vinci pedia trabalho na corte de Ludovico, o Mouro (1482): “já fiz planos de pontes muito leves... Sou capaz de desviar a água dos fossos de um castelo cercado... Conheço meios de destruir seja que castelo for... Sei construir bombardas fáceis de deslocar... galerias e passagens sinuosas que se podem escavar sem ruído nenhum... carros cobertos, inatacáveis e seguros, armados com canhões... Estou, sem dúvida, em condições de competir com qualquer outro arquiteto, tanto para construir edifícios públicos ou privados como para conduzir água de um sítio para outro... E em trabalhos de pintura ou na lavra do mármore, do metal ou da argila, farei obras que seguramente suportarão o confronto com as de qualquer outro, seja ele quem for”³⁰. A arte da bombardas se aproxima à do retrato, para demonstrar que ao refinado artista não importava sobreviver desenhando “Giocondas” pacíficas ou armas de guerra de forte poder destrutivo: uma perfeita *ética da objetividade*...

A colaboração prosseguiu estreita durante vários séculos, e uma história bastante recente, com resultados muito conhecidos, indica a permanência de rumos. Trata-se do projeto Manhattan que, durante a Segunda Guerra Mundial, reuniu cientis-

tas e militares para fabricação de bombas atômicas. Além de bombas, a ciência "fundamental" e a tecnologia mais avançada produziram novos materiais e uma grande quantidade de equipamentos eletrônicos e radares. A colaboração prosseguiu cada vez mais intensa até que "a corrida armamentista, que tem finalidade política, tornou-se praticamente uma *corrida científica e tecnológica*"³¹. Essa afirmação deve ser entendida a partir de seu duplo significado:

"Primeiramente, quer dizer que o setor militar é o setor mais 'científico' do mundo contemporâneo. E se a modernidade se mede segundo o potencial científico, o exército é o que há de mais moderno, o resultado mais perfeito. (...)"

"A segunda razão (...) concerne ao aspecto dinâmico do processo: a escalada é largamente determinada por uma aceleração *interna* que é de ordem científica. Em outras

palavras, a competição militar não é somente uma competição no sentido habitual da palavra, onde o gesto de um desencadeia a reação do outro. Um impulso tecnológico-científico foi dado, e, independentemente do contexto geral, tende a pôr o 'progresso' a serviço da Defesa. A pesquisa não é senão um meio ao qual se recorre de um tempo a outro: ela tornou-se um *stimulus* permanente à manutenção de uma profunda institucionalização das relações ciência/exército"³².

Desse modo, se as vibrações podem desequilibrar mísseis, tudo o que diz respeito às vibrações deve ser cuidadosamente pesquisado; se microorganismos, assim como perturbações de ordem meteorológica ou magnética, são capazes de adulterar os sistemas de direção de mísseis, o estudo do comportamento desses microorganismos torna-se uma exigência militar, e assim por diante³³. Com isso, a física, a química

29. "Les scientifiques et la course aux armements" (Entretien de Pierre Thuillier avec Milton Leitenberg). *La Recherche*, Paris, jan. 1972, vol. 3, n.º 19, p. 10.

30. Jean Delumeau, *A civilização do renascimento*, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, vol I, p. 154.

31. "Les scientifiques et la course aux armements" ..., *op. cit.*, p. 12.

32. *Ibid.*

33. Na entrevista, são citados outros exemplos referentes à *orientação* da pesquisa "fundamental". Sua reprodução não exige comentários:

- + "Des recherches fondamentales sur l'optique physiologique, sur la photométrie des étoiles en atmosphère crépusculaire et sur le spectre du rayonnement solaire doivent servir à améliorer la détection visuelle des satellites d'observation.
- + Pour localiser les pistes d'atterrissage installés sur la terre ou sur la banquise, et pour perfectionner certains systèmes d'alerte, il faut recourir à des recherches fondamentales sur la circulation de la chaleur à l'intérieur de la terre, sur les échanges de chaleur entre la terre et l'océan et sur les changements du climat dus à des variations géothermiques.
- + Des recherches fondamentales sur la propagation des ondes radio dans la vapeur d'eau de l'atmosphère et sur l'optique de la haute atmosphère doivent déboucher sur le 'développement d'instruments permettant de mesurer rapidement la présence d'eau dans l'atmosphère' afin d'améliorer les communications et l'usage des radars par l'US Navy.
- + Des recherches sur la propagation des sons dans l'eau de mer doivent améliorer l'emploi des sonars, la prédiction des ondes de choc dues à des explosions sous-marines et la construction des mines acoustiques.
- + Un ensemble de recherches fondamentales chimiques et biologiques (chimie organique, biochimie, physiologie, pathologie) doit permettre de résoudre les problèmes posés par la présence de produits toxiques dans les sous-marins.
- + Pour 'optimiser les performances et la sécurité' des aviateurs, il faut des recherches sur les divers effets de l'accélération de la pression et de la température sur le comportement humain". (Cf. *La Recherche*, *op. cit.*, p. 10.)

a biologia — para não falar das próprias ciências humanas — podem tornar-se úteis aos militares. Essa “colonização” serve aos próprios cientistas, que — à exceção de uns poucos críticos — parecem considerar que “o dinheiro da pesquisa não possui odor”, pois “os pesquisadores têm necessidade de ganhar sua vida”; “o princípio mesmo dessa colaboração aparece como natural”, na medida em que “para os pesquisadores a pesquisa é a grande prioridade, uma prioridade que exige dinheiro”³⁴. Essas considerações parecem tentar nos fazer supor

que os cientistas desconhecem o fato de que as pesquisas não se acabam em si mesmas, e que pouco são além de meios para se atingir um fim *exterior ao processo de conhecimento*. Além disso, há que se recordar a advertência de Hannah Arendt sobre o fato de que as explosões atômicas transformaram todo o Universo num campo de experimentação científica, o que certamente submete cada ser humano à “grande prioridade” de alguns pesquisadores, com sua ética própria...

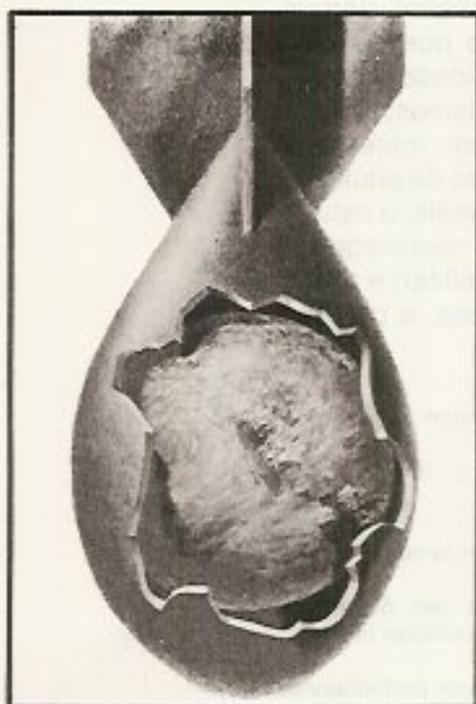
Trata-se, portanto, de um caro e perigoso brinquito, na medida em que, no limite, o uso do conhecimento científico põe em risco a própria existência da humanidade.

Mas, deixando de lado essa visão apocalíptica, é preciso acrescentar um dado importante à questão: não se deve falar apenas de um complexo científico-militar, mas científico, *industrial* e militar. Aliás, essa advertência não provém, como pode parecer, de um cientista crítico, nem de um pensador da esquerda ou de algum jornalista “não colonizado”. A observação foi

feita no senado norte-americano (15 de abril de 1969), por um personagem famoso, inclusive, por suas posições extremamente conservadoras: “consideremos o grande número de cientistas que conduziram todas as pesquisas fundamentais necessárias ao desenvolvimento e à fabricação de armas nucleares, e de tudo aquilo que nossas indústrias produzem hoje no domínio da defesa. Não deveríamos, nestas condições, falar de um complexo científico, militar e industrial?”³⁵

Sem dúvida, além de funcionar como cobiçado mercado de trabalho para oficiais da reserva, todo um poderoso segmento industrial colabora enormemente para manter e acelerar a fabricação de armamentos, chegando a desenvolver, por sua própria iniciativa, sistemas que, depois, são oferecidos ao exército, o que evidentemente não exclui vultosas encomendas, nos mais variados setores de atividade, nem sempre *diretamente* ligados à indústria de guerra ou da “Defesa”, como preferem os agentes de um discurso que pretende fazer da “nação” o fim último de todas as coisas. Na verdade, trata-se, também aqui, de uma questão de lucro, não importando se ele vem de uma fábrica de chocolates ou de outra que produza armas, cada qual com sua química específica...

Ao que tudo indica, a situação encontra-se num estágio sem retorno. De nada adiantam afirmações que pretendam ocultar o fato de que a ciência jamais se moveu num terreno de neutralidade, como são igualmente inúteis alguns poucos e bem intencionados discursos que pretendem “aconselhar” os cientistas a *pensar no que fazem* ou, ao menos, *no que pode ser feito com aquilo que fazem*: a ficção de que existe um botão na iminência de ser apertado torna-se suave ante a evidência de que, a cada instante, milhares de botões já vêm sendo apertados há muito tempo. Também aqui, a palavra se mostra ineficaz.



"QUANDO AS PRIMEIRAS RODAS DE MOINHO..."

"Oh! si la force de l'esprit et de la parole me dévoilait les secrets que j'ignore, et si je n'étais plus obligé de dire péniblement ce que je ne sais pas; si enfin je pouvais connaître tout ce que le monde cache en lui-même, et, sans m'attacher davantage à des mots inutiles, voir ce que la nature contient de secrète énergie et de semences éternelles!"

(Goethe, Faust)

"Le premier outil est le langage".

(Jacques Attali, La parole et l'outil)

Uma história da técnica? Pode ser, mas será tão redutora quanto todas as outras histórias de... Melhor concebê-la no conjunto das demais artes e manhas da sobrevivência humana, o que também inclui vaidades: o homem não quer a ponte, o que ele quer é o outro lado. A arte da técnica pode ser seus designios mágicos, e é impossível imaginá-la fora do espaço etéreo de todas as suas promessas: a lua não morreu para a poesia quando o homem caminhou sobre ela, e esse pequeno contentamento — uma minhoca para quem escava a terra à busca de tesouros? — pode ser uma conquista para quem a falta de asas nunca reduziu a ambição do voo.

A arte da técnica também pode ser a possibilidade de armar os homens contra seus deuses e demônios: consagrado como símbolo do cálculo e da astúcia, da previsão e da prudência, Prometeu encerra em sua origem obscura uma contradição insolúvel: ao roubar o fogo e assenhorear-se de suas técnicas, representa — ao mesmo tempo — o benfeitor da humanidade e a razão de suas infelicidades. Ao fogo natural opôs uma técnica do fogo, e a surpresa de Zeus resultou na obrigatoriedade do trabalho, esta atividade materializadora de todas as técnicas e de todas as artes; um pagamento mais do que de acordo com a

vingança de todos os deuses zangados... A posse do fogo pôs fim ao surgimento espontâneo da riqueza e inaugurou um período em que a condição humana passou a exprimir-se sob seu duplo aspecto, positivo e negativo³⁴. Mais do que isso, Pandora, a primeira mulher, também representa a contrapartida do roubo prometéico: "de hoje em diante, os homens não nascerão mais diretamente da terra; com a mulher eles conhecerão o nascimento por geração e também, por consequência, o envelhecimento, o sofrimento e a morte"³⁵.

Tudo em nome de um *outro lado* que tentamos atingir pela razão:

"No principio eles olhavam sem ver, eles escutavam sem ouvir e, como nos sonhos, eles viviam sua longa existência na desordem e na confusão. Eles ignoravam as casas de tijolos ensolaradas, eles ignoravam os trabalhos da madeira, eles viviam sob a terra, como as ágeis formigas, no fundo das grutas fechadas ao sol..."³⁶

Mas, a arte da técnica são seus símbolos e palavras. Impossível pensá-la sem o espaço sólido de suas convenções; absurdo não vê-la onde um homem que vive perde a razão e bebe uma água misturada de sangue e detritos de outros homens.

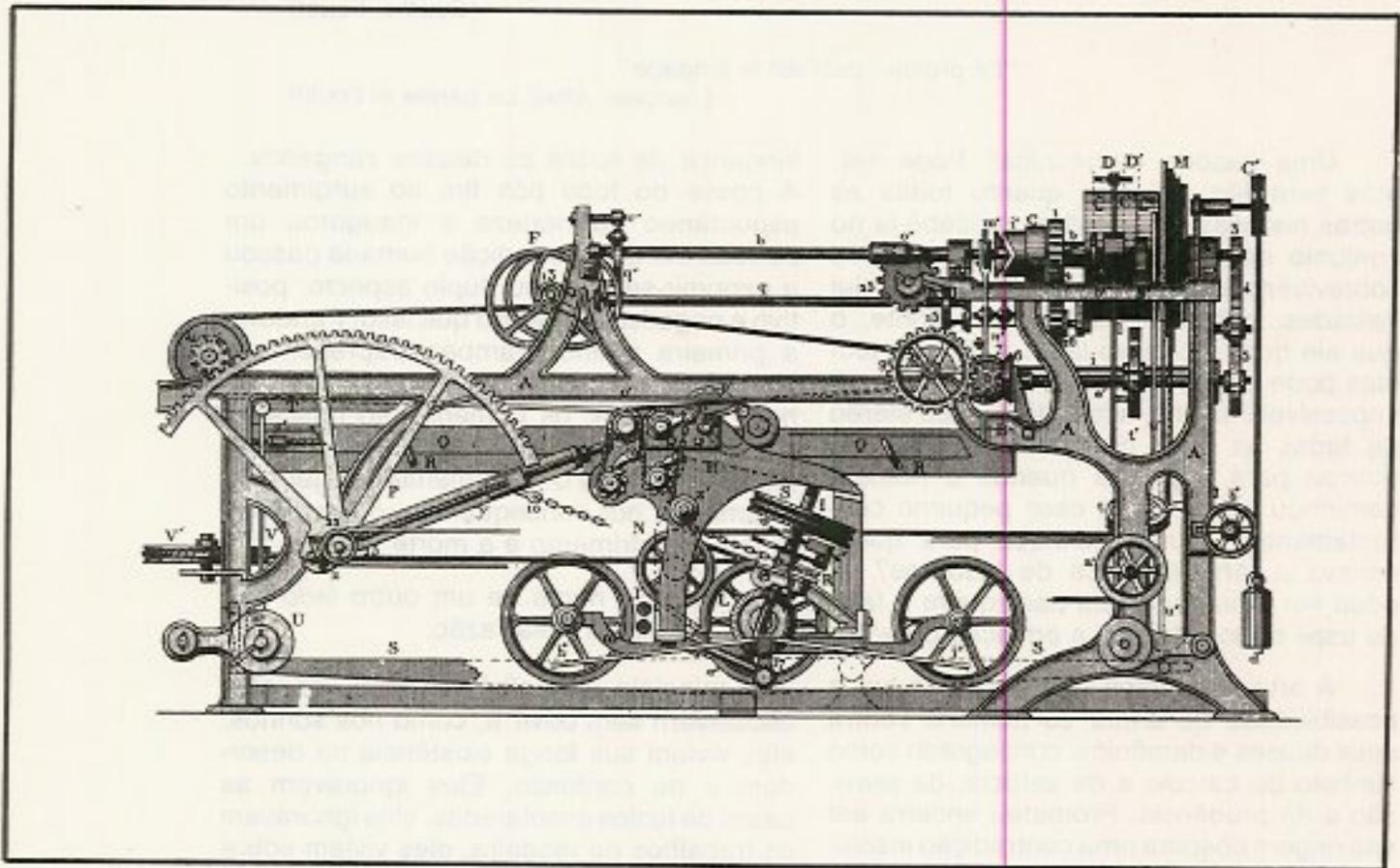
34. *Ibid.*, p. 16.

35. *Ibid.*, p. 9. (Obs.: A advertência foi feita pelo senador Barry Goldwater)

36. Para os objetivos deste texto, não importa acompanhar as discussões sobre a origem do mito de Prometeu. Sobre isso, existem referências suficientes no clássico *Mythe et pensée chez les Grecs...*, *op. cit.*, especialmente no cap. 4 "Le travail et la pensée technique".

37. Jean-Pierre Vernant, *op. cit.*, p. 187.

38. Ésquilo, *Prometeu Acorrentado*, *op. cit.*, Jean-Pierre Vernant, p. 193, 2ª Ed., Paris, Maspero, 1969.



DE HERÓDOTO AO GRAVADOR: HISTÓRIAS DA HISTÓRIA ORAL*

Diana Gonçalves Vidal

(Mestrado de História — UNICAMP)

Percorrendo vários textos sobre história oral, percebi que grande parte dos autores se dispõe a refletir sobre as origens do método. Não raro um retorno à Grécia Antiga apresenta Heródoto como o pai da história oral¹. Estabelecendo sua paternidade, os historiadores asseguram-lhe um lugar no âmbito da ciência. Tal recuo no tempo denota a tentativa de legitimar o método, relacionando-o às raízes do pensamento histórico².

No entanto, colocar a história oral como mera continuidade de Heródoto seria afirmar que a difusão deste método, contemporaneamente, deveu-se aos progressos tecnológicos que lhe possibilitaram sair da zona de obscurantismo em que fora colocado pelo crescimento do prestígio do documento escrito. Portanto, os avanços da técnica de fixar e reproduzir sons e imagens teriam lançado a luz sobre os procedimentos metodológicos do passado.

Talvez melhor fosse tentar compreender a história oral como um método do presente, não diretamente tributário de um passado clássico. Para tanto, temos algumas pistas. A guerra emudeceu os homens, tornou-os pobres em experiências comunicáveis, marcou o início do triunfo da informação sobre a troca de experiências³. A ruptura com o passado fez-se sentir na importância delegada à informação. Narrar é reiterar o vivido, o compartilhado. Informar-se é manter-se em nível do imediato, do descartável. Para Le

* Aqui faço referência ao texto de D. Aron-Schnapper e D. Hanet, "D'Hérodote au magnétophone: sources orales e archives orales".

1. Entre alguns desses autores que reconhecem a história oral como uma continuidade histórica de Heródoto, encontramos:

D. Aron-Schnapper et D. Hanet, "D'Hérodote au magnétophone: sources orales e archives orales", in: *Annales*, 35e. année, jan/fe. 1980.

D. Henige, *Oral historiography*, Lagos, Longman, 1985.

T. Sitton et alli, *Oral history: a guide for teachers (and others)*, Austin, Univ. Texas Press, 1986.

2. "The discovery of 'oral history' by historians which is now under way is, then, unlikely to be obscured. And it is not only a discovery but a recovery. It gives history a future no longer tied to the cultural significance of the paper document. It also gives back to historians the oldest skill of their own craft". (P. Thompson, *The voice of the past*, London, Univ. Oxford Press, 1978, p. 64).

3. W. Benjamin, "O narrador", *col. Os pensadores*, S.P. Abril, 1983, p. 57.

Goff, a Segunda Guerra Mundial trouxe novos desafios à História, que seriam a ênfase no particular e a busca de uma identidade individual e coletiva pelos povos⁴. A universalidade do saber desfez-se frente à fragmentação imposta pela guerra. O interesse voltou-se à história do particular, do pequeno, do cotidiano.

Experiência-documento, história-particular: dois elementos que constituem o cerne da história oral. E é após a Segunda Grande Guerra que o uso da tradição oral como evidência histórica adquire novo impulso, rumo à formação de um campo específico de saber⁵.

Mas há também um outro percurso que podemos traçar para compreender o porquê da utilização da história oral em nossos dias. Um percurso que está ligado ao desenvolvimento da técnica, mas que não se pauta pelos imperativos do progresso tecnológico e sim pelas atitudes que o influenciaram ou foram por ele influenciadas. O cinema, a técnica de produzir imagens, de criar a ilusão de movimento, de ação, nos pôs em contato com uma percepção diferenciada de mundo⁶. Este mundo da modernidade, pleno de movimento, teria provocado um repensar na prática da história. Repensar que participa também da história romance, que, além dos fatos, tenta recriar imagens do acontecido; e da história oral, que imprime ação ao documento pelo ritmo da fala e da pausa, da incerteza e da segurança no tom da voz, pelo meneio dos gestos e olhares, captados em vídeo. A história oral responde a esse apelo feito por nossa sociedade de imagens e movimentos.

E, aqui, o cuidado é imprescindível, pois a história pode tender a se afirmar enquanto imagem, enquanto voz dos depoentes, negando a participação do historiador. É neste pressuposto que repousa a suposta "democracia" da história oral. O fato de permitir abordar conteúdos que foram alijados da história pela oficialidade, através da inserção de visões múltiplas dos acontecimentos passados, oferecidas pelos que não têm sua voz assegurada no campo do oficial, levou autores a acreditarem ser a história oral uma história democrática⁷. No entanto, essa noção de democracia falseia o processo mesmo da constituição da fonte oral. Coloca os historiadores atrás do cenário, fazendo-nos ver apenas as marionetes e não quem lhes puxa os cordões⁸. Refletir sobre a constituição do documento oral e sobre o sujeito (ou sujeitos) da fonte oral é o que me disponho a realizar nesse artigo.

O pesquisador, ao participar da feitura do documento oral, questiona a pretensa objetividade da relação historiador/fonte. Entretanto, esse questionamento pode ser obliterado pelo pretexto de dar-se voz aos relegados pela história. Ao predispor-se a deixar falar o "oprimido", o pesquisador assume, novamente, a postura de neutralidade; torna-se o instrumento através do qual as falas irão emergir⁹. Este ato de recuperação dos "vencidos" opera um duplo deslocamento do discurso historiográfico.

O primeiro se dá quando, concebendo-se como mero instrumento, o historiador nos faz crer que estamos diante do discurso de uma classe ou grupo, omitindo a sua participação mesma na construção desse discurso, pelo encaminhamento das questões, pela organização da entrevista, pela sua postura frente ao entrevistado¹⁰; ou seja, por todo um campo de referência oferecido ao depoente pelo entrevistador, onde estão definidas, ou pelo menos apontadas, as margens, os limites fora dos quais a fala torna-se desinteressante.

E mais, o discurso que nos é apresentado como pertencente a tal e qual depoente foi, de fato, apropriado pelo historiador. É o historiador que determina o que entra ou não no seu texto, na sua reelaboração da fala recolhida. É o historiador que infere, recorta, conclui¹¹. E, ao realizar tais operações, não está só, mas municiado pelas determinações do lugar onde opera. Ou seja, o discurso do historiador pauta-se pelas diretrizes impostas por seus pares¹².

O segundo deslocamento acontece quando, ao eleger certos depoimentos como expressões de uma classe, tende a homogeneizar-lhe as falas. O múltiplo perde-se na elaboração científica. As arestas são polidas de maneira a tornar viável o encaixe dos discursos.



4. J. Le Goff, "História", in: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984, pp. 240-241.
5. That Sitton situa os anos 50 como o momento de maior estímulo ao uso da tradição oral como evidência histórica, principalmente pelo desenvolvimento do telefone e do gravador. (T. Sitton, *op. cit.*, p. 5). Outros autores marcam os anos 60 para este impulso. Ver: D. Henige, *op. cit.*, pp. 21 e 23; e D. Aron-Schnapper, *op. cit.*, p. 183.
6. W. Benjamin, "A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução" *Col. Os pensadores*, S.P., Abril, 1983, p. 8.
7. "History survives as a social activity only because it has a meaning for people today. (...) And I myself believe that the richest possibilities for oral history lie within the development of a more socially conscious and democratic history". (P. Thompson *op. cit.*, p. X).
Ver crítica de Guita Debert: "... seria ingênuo supor, como faz P. Thompson, que a história oral (...) é um método inerentemente democrático, porque provê um ponto de vista alternativo, o ponto de vista dos dominados e desprivilegiados". (G. Debert, "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral", in: R. Cardoso, *A aventura antropológica*, R. J., Paz e Terra, 1986, p. 151.)
8. Sobre o tema história oral e ventriloquismo ver:
P. Miceli, "De ventríloquos a historiadores: de quem é a palavra?", in: D. Vidal et alli. *O trabalho das mãos e a arte da sobrevivência*, Campinas, Edunicamp, 1987, passim.
A. Portelli, "The peculiarities of oral history", in: *History Workshop*, n. 12, set/ 1981, p. 105.
9. "... a letter is rarelyt written to recipient who is attempting to be neutral like an interviewer", (P. Thompson, *op. cit.*, p. 94).
10. A maioria dos guias de história oral prescrevem diversas normas de conduta que o entrevistador deve manter frente o entrevistado. Ver:
T. Sitton, *op. cit.*; D. Henige, *op. cit.*; A. Camargo, "História oral e história", R. J., UFF, 1976, mimeo;
A. Camargo e M. Nunes, "Como fazer uma entrevista?" mimeo.
11. K. Rogers, "Memory, struggle, and power: on interviewing political activists", *Oral History Review*, fall/1987, p. 168-169.
12. M. Certeau, "A operação histórica", in: I. Le Goff e P. Nora, *História: novos problemas*, R. J., Francisco Alves, 1979.



Desta maneira, o historiador, ocultando o local onde foi produzida a fala, despolitiza-a; atribui a outrem a enunciação de um discurso que é seu, e que foi elaborado visando a aprovação por seus pares.

O documento oral, o testemunho, forma-se no momento da entrevista, no diálogo estabelecido entre o entrevistado e o entrevistador. Portanto, é o produto da interação destes dois sujeitos que emerge como conteúdo a ser, posteriormente, analisado pelo historiador. Essa interação ocorre impondo-se ao discurso do depoente diversas interferências. A primeira, e mais visível destas, é o uso do gravador¹³. E, para minimizá-la, vários artificios são indicados por historiadores experientes, que acreditam poder transformar o gravador em apenas um instrumento de trabalho. Frequentemente, aconselha-se a colocação do gravador fora do alcance do olhar do entrevistado, de forma a fazê-lo esquecer-se do seu uso. O mero fato de saber-se gravado, entretanto, propicia o surgimento de uma fala diferenciada da cotidiana. O depoimento não irá se perder, mas estará fixado em fita cassete. Portanto, importa falar bem, pois está-se imortalizando pelo discurso¹⁴. A idéia de que aos poucos o depoente vai-se acostumando ao gravador e passa a esquecê-lo¹⁵ não leva em consideração que a fala foi elaborada a partir daquele índice e, assim, traz em si sua marca.

Uma segunda interferência é a presença mesma do entrevistador. O interlocutor define o que deve ser dito e o que deve ser omitido, para o entrevistado. E o define não de maneira explícita, mas implícita¹⁶. As mensagens de reforço emitidas pelo entrevistador, mesmo quando se atêm a um mero aceno de cabeça, ou a um "hum! hum!" descuidado, são indicadores para a extensão de um assunto que seria apenas sugerido, ou exclusão de uma longa narrativa que ficou simplesmente mencionada. O interesse demonstrado pelo pesquisador serve de guia ao depoimento. Manifesto o desejo de imortalização do historiante através de sua fala; alongar um assunto "não pertinente" seria possibilitar o rompimento da entrevista antes que a mensagem fosse concluída (porque há a intenção de legar uma mensagem, que significa a própria valorização da fala). Existe, assim, uma cumplicidade entre esses dois sujeitos. Cumplicidade que nega a pretensão de neutralidade do pesquisador.

E é essa intervenção na constituição mesma da fonte que configura a maior barreira interposta pelos historiadores ao documento oral. A objetividade no tratamento das fontes é aqui contundentemente questionada. A distância sujeito/objeto de trabalho é reduzida, e muitas vezes dilui-se numa identificação com o depoente. Não que essa identificação seja impossível no trato com documentos escritos. Muito ao contrário, há historiadores que visivelmente apaixonam-se por suas personagens. Porém fica mais explícita na história oral, porque, nessa, o testemunho do historiador também está presente.

Todo documento é histórico e, portanto, elaborado em um dado momento, em um dado local, sob dadas circunstâncias, respondendo a exigências de natureza individual: autojustificativa de atos cometidos, omissão de ações perigosas ou comprometedoras, engrandecimento de pequenos fatos; e de natureza social: reforço a corpos de mitos e de atitudes que remetem a valores normativos do grupo, repúdio deliberado a esse corpo simbólico, reprodução inconsciente de práticas e crenças assimiladas ao grupo. O documento é uma apropriação individual deste imaginário coletivo¹⁷. É reelaboração do vivido. E, como reelaboração, passa não só pelo crivo das críticas feitas aos acontecimentos pela sociedade¹⁸, mesclando memória individual e oficial; como também por um repensar da própria ação, por uma reconsideração de suas atitudes, a partir de um ponto de vista diferenciado no tempo¹⁹. Apesar de nem o documento escrito, nem o documento oral serem produzidos no momento em que os fatos ocorrem — aqui podemos pensar no caso de cartas, diários... — é somente para a história oral que a questão da memória se coloca.

A discussão acerca da memória, assim, traz no seu bojo uma disputa pela instituição do documento verdadeiro; aquele capaz de permitir a apreensão da história mais próxima do real²⁰. Quem melhor pode contar o acontecido: um escritor seu contemporâneo ou um rememorador?

13. Tal interferência é tão relevante que T. Sitton chega a definir história oral como um trílogo — entrevistador, entrevistado e gravador (T. Sitton, *op. cit.*, p. 94). Outros historiadores que também se preocupam com o uso do gravador: D. Henige, *op. cit.*; A. Camargo e M. Nunes, *op. cit.*; P. Thompson, *op. cit.*; P. Joutard, "Un projet regional de recherche sur les ethnotextes", in: *Annales*, jan/fev/1980.

14. Essa vontade de imortalizar a fala foi sentida por Henige (*op. cit.*, p. 62) e pode ser apreciada na análise do depoimento de Zilda Santana: "... eu gostaria que a humanidade entendesse..." (entrevista realizada com Zilda Santana, em Jacareí, a 10 de dezembro de 1984).

15. T. Sitton, *op. cit.*, pp. 69-74.

16. L. Kandel, "Reflexões sobre o uso das entrevistas, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião", in: M. Thiollent, *Crítica metodológica, investigação social, enquete operária*, Col Teoria e História, n. 6, S. P., Polis, 1985, p. 177.

17. "A análise dos discursos dos atores não implica a adoção do equivocado pressuposto segundo o qual os atores seriam os próprios produtores dos seus discursos. (...) A ingenuidade existe, por exemplo, quando um pesquisador fica ao nível da captação do conteúdo do que é enunciado pelo locutor sem considerar que o ato da enunciação dentro do contexto social pode produzir efeitos de significados muito diferentes do sentido lingüístico convencional". (M. Thiollent, "Opinião pública e debates políticos subsídios metodológicos"), *Col. Teoria e História*, n. 12, S.P., Polis, 1986, p. 45.)

"... o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique". (M. Chauí, "Os trabalhos da memória", in: E. Bosi, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, S.P., Taqueirós, 1979, p. XXX.)

18. L. Passerini, "Work ideology and consensus under italian fascism", in: *History Workshop*, n. 8, 1979, *passim*.

19. Vale aqui introduzir o alerta de Alessandro Portelli: "But what is written is first experienced or seen, and is subject to distortions even before it is set down on paper". (A. Portelli, *op. cit.*, p. 101.)

20. Para uma melhor compreensão deste embate entre oralidade e escrita, ver a narrativa do julgamento de Antonio Negri. (A. Portelli, "Oral testimony; the law and the making of history: the april 7 murder trial", in: *History Workshop*, n. 20, 1985.)

Uma discussão estéril. Tanto os documentos escritos como os orais são “monumentos”, são documentos históricos, criados por determinações objetivas e subjetivas que nos fogem à detecção. O importante, portanto, é usá-los como documentos históricos, ou seja, como documentos produzidos historicamente, no que eles nos podem oferecer de subsídios à compreensão do passado e do que este passado se tornou no presente. Afinal, é com os olhos do presente que vemos o passado, são as indagações do hoje que rastreiam o ontem em busca de respostas²¹.

Quer nos utilizemos dos documentos escritos ou dos documentos orais, não nos é possível recuperar o vivido. A fábula nos escapa, deixando-nos apenas a trama²².

Mas, se é aceito entre os historiadores que o vivido é irrecuperável, que a história opera sempre em nível de reconstrução e que esta reconstrução nunca é perfeita²³; há, por parte de alguns historiadores orais, a ilusão de que o “documento oral, sem ser o vivido, sendo uma reconstrução do vivido é, no entanto, mais próximo do vivido”²⁴. E está nesta posição porque foi revelado pelo ator. O sujeito da ação desvenda-a perante o pesquisador e o faz vivamente; daí a assunção desta vivificação do acontecer histórico.

Como o liame passado/presente estabelece-se a partir de depoentes e não de documentos (matéria inerte), pensa-se poder tocar o ontem. Essa fascinação que a história oral pode exercer sobre alguns historiadores repousa numa não distinção entre o estatuto epistemológico da história fabricada e da vivida. Tanto o historiador, quanto o rememorador fazem história²⁵. Portanto, “a história oral deve necessariamente ter em conta o trabalho incessante da memória, que opera uma triagem no passado em função do presente...”²⁶. E deve, também, considerar que “a prática histórica não se preocupa em reviver o passado..., mas em apresentá-lo em um discurso que seja inteligível”²⁷.

As observações que ora faço à história oral pretendem fixar-lhe limites, minimizando as falas que lhe imprestam um conteúdo de extraordinário, revolucionário ou democrático. E demonstrar que ela — seja o que for — é um registro da humanidade. Nem melhor, nem mais importante do que uma antiqüíssima lasca de sílex; nem mais democrática do que uma carta ou uma obra de arte. Sua importância (ou sentido mesmo) está no que o historiador faz com ela.

21. E. Hobsbawm, “The social function of the past: some questions”, in: *Past and Present*, n. 55, 1972, p. 11.

22. “Eles /os formalistas russos/ distinguem, de fato, a fábula e a trama de uma narrativa: a fábula é o que se passou na vida, a trama, a maneira como o autor no-la apresenta”. (T. Todorov, *As estruturas narrativas*, S.P., Perspectiva, 1969, p. 97.)

23. “Em resumo, parece que na história só existe um único geometral autêntico: é a História, a história no seu todo, a totalidade de tudo que se passa. Mas esse geometral não é para nós; somente Deus, se é que ele existe, vê uma pirâmide sob todos os seus ângulos ao mesmo tempo, pode contemplar a História ‘como uma mesma cidade vista de diferentes lados’ (assim se exprime a Monadologia)”. P. Queyne, *Como se escreve a história*, Brasília, UnB, 1982, p. 31.)

24. V. Lima (coord.), *Getúlio: uma história oral*, R.J., CPCOC, Record, 1986, p. 6.

25. “Tal como o passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história mas um de seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica”. (J. Le Goff, *op. cit.*, p. 180.)

26. F. Raphael, *op. cit.*, p. 135.

Ver também: M. Gillet, “Patrimoine industriel e patrimoine ethnologique: l’aire culturelle septentrional (nord de la France-Belgique)”, in: *Annales*, jan/fev/1980, p. 172.

27. D. Aron-Schnapper, *op. cit.*, p. 195.

AS OBRAS DO QUARTEL DE VOLUNTÁRIOS DE SÃO PAULO, EM 1791

Carlos Lemos

(FAU — USP)

O documento n.º 3308 (caixa 40) guardado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa que, a seguir, transcrevemos integralmente, é-nos do maior interesse porque informa sobre as técnicas construtivas em São Paulo no final do século XVIII, época em que ocorreram, comprovadamente, profundas alterações no quadro arquitetônico até então incólume desde os tempos bandeiristas devido à estagnação advinda, inclusive, da supressão do governo da capitania que levava os paulistas a sujeitarem-se à administração cediada no Rio de Janeiro. Somente com a restauração da administração local, com a chegada do Morgado de Mateus, é que se inicia uma lenta alteração na qualidade de vida da área paulista, não só devido a orientações acompanhadas de novidades trazidas pelos novos governadores-generais, mas também por causa da ligeira abundância decorrente da produção açucareira desenvolvida a partir de Itu. Realmente, o açúcar foi o responsável pelos primeiros melhoramentos ocorridos em nossa estiolada civilização material. O governador-general Bernardo José de Lorena foi, no entanto, o grande impulsionador de obras novas em São Paulo e, para isso, teve o concurso ímpar de oficiais militares com trânsito na engenharia erudita praticada a partir da reconstrução de Lisboa. O cartógrafo e engenheiro João da Costa Ferreira foi o principal deles. Sobre ele, em 20 de maio de 1790, dizia Lorena a Martinho de Mello e Castro:

(...) “Remeto a V. Ex.^a a Planta Iconográfica com avistados Quartéis dentro de Olho de Passaro e o Peripeito do Lado Principal, tudo delineado p.^{to} Engin.^{ro} João da Costa Ferr.^a q.^o até tem feito o serv.^o de M.^o da Obra, com o mayor Zello, Economia, e Activid.^o, este habil off.^{al} tendo debaixo das suas ordens o Ajud.^o Engin.^o Antonio Roiz Montezinhos estão concluindo o Cam.^o da Serra de Cubatão, obra da mayor Import.^a p.^a o Comercio ep.^a aum.^{to} da R.¹ Faz.^{da} pela mayor frequencia de passages abem do Contracto do Cubatão de Santos. Sobre esta Obra tão necess.^a e com q.^o meyo setem feito falarei quando estiver concluida em Off.^o proprio. João da Costa Ferr.^a tem sido m.^{to} util nesta Capitania, não só ao serv.^o de S. Mag.^o, mas ao Publico. Tem ensinado aeste Povo o modo defazerem os seus Edificios com bom gosto, emenos despeza, ensinando igualm.^{to} os Pintores, tem derigido o modo dese calçarem as Ruas desta Cid.^o e já m.^{tas} dellas estão acabadas, e ficarão excelentes por estas razões hé estimado até do povo”¹.

1. Ver Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. XLV, p. 48.

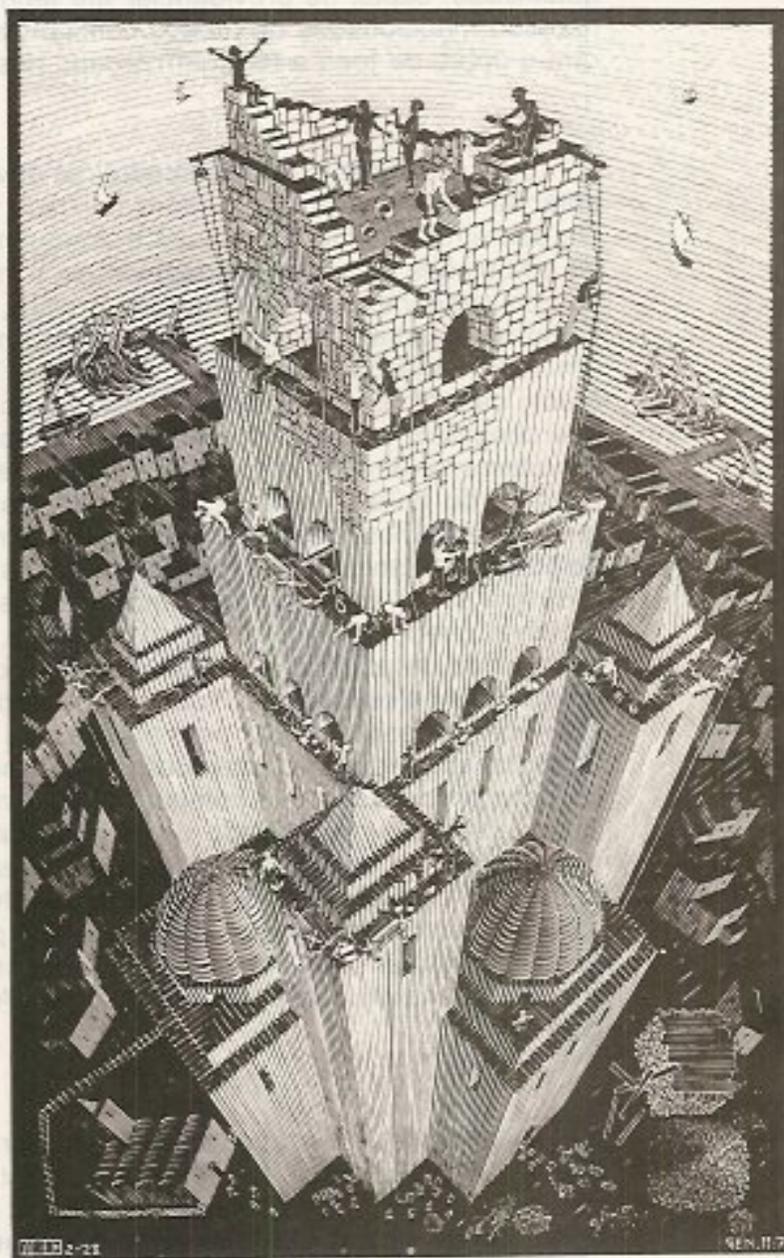
Essas declarações de Bernardo José de Lorena são fundamentais para a compreensão da evolução da arquitetura paulistana ou mesmo da paulista. Certamente, a partir desse engenheiro, São Paulo tomou conhecimento da modernidade representada pela arquitetura pombalina e de seus ensinamentos em diante houve renovações nas construções, tanto nas técnicas construtivas como na composição dos frontispícios, com a adoção de janelas com vergas curvas (introduzidas anteriormente, uns 30 anos antes, no Rio de Janeiro e Minas, pelo engenheiro militar Alpoim) e com a introdução, no eixo de simetria das fachadas, de frontões triangulares, mais tarde disseminados pelo Neoclássico histórico. Com o dinheiro do açúcar, fizeram-se novas construções e também as velhas igrejas do tempo dos bandeirantes foram reformadas, ganhando janelas de novos desenhos e frontões sinuosos que passaram a esconder as despojadas soluções maneiristas de antanho.

Esse documento guardado em Lisboa registra com pormenores os processos de construção então usados pelo referido engenheiro militar, autor do projeto arquitetônico e permanente fiscal das obras do quartel, fazendo mesmo o papel de mestre, como diz o ofício de Bernardo José de Lorena. É claro que aquele profissional não revolucionou totalmente os critérios de construir, deve ter introduzido aperfeiçoamentos e, talvez, novos materiais, como o adobe, por exemplo. É mais que sabido que, em São Paulo, só se usava a taipa de pilão e, de vez em quando, a taipa de mão tradicionalmente chamada de pau-a-pique. Taipa de mão, ou de sebe, usada nas repartições internas e raramente definindo integralmente uma construção. Contam-se nos dedos as casas inteiramente de "taipa de mam", como se dizia nos tempos dos bandeirantes. Adobes, nunca. Esses tijolos de barro cru quando começaram a aparecer e assim mesmo esporadicamente, ao longo do caminho de Goiás, designavam e comprovavam a presença de mineiros chegados à procura de oportunidade nas lavouras nas terras férteis de São Paulo, após a exaustão das catas de ouro. Desde os tempos de Saia sabíamos que o adobe era coisa de gente de fora, alheia à tradição paulista. O adobe fora detectado aqui e ali, já no início do século XIX, como prova da presença mineira. Não se sabia do emprego de adobes no século anterior, a não ser, excepcionalmente, aqueles da reforma da igreja de São Miguel, efetuada a mando do frei Mariano da Conceição Veloso, logo após a expulsão dos jesuítas. Em todo o caso, este documento é uma comprovação de que o adobe compareceu em obras oficiais no último decênio do século XVIII em São Paulo. A idéia, no entanto, não pegou e confessamos que até hoje não temos notícias de adobes em obras posteriores ao citado documento no sítio urbano da capital paulista. Adobes raros, vimos numa ou outra construção rural alheia àquele mundo mineiro enclavado na bacia do Rio Grande, às margens dos rios Pardo, Sapucaí e Mogiguaçu, principalmente. Apesar dos esforços de João da Costa Ferreira, o paulista não adotou de bom grado o adobe.

O citado documento, antes de tudo, tem a sua graça porque nos mostra uma comissão de "louvados", ou peritos, todos profissionais em atividade no humilde aglomerado urbano, julgando e avaliando uma construção importante, projetada e construída por engenheiro competentíssimo vindo de fora, com novas ciências e, acima de tudo, amigo do governador-general. É claro que assumiram, na avaliação, valores convenientes ao fidalgo governador, apesar de terem jurado perante aos "santos evangelhos" que agiriam "sem dolo e malícia". Mas, o que interessa no papel são os materiais e a natureza dos vários serviços ali descritos.

A “avaliação” dos taapeiros Angelo Furquim de Almeida e Salvador da Costa Homem, por exemplo, é bastante elucidativa, embora, à primeira vista seja algo obscuro porque vincula adobes à taipa de pilão, coisa verdadeiramente impossível. Ocorre que também deram aos taapeiros a incumbência de avaliar os serviços executados com os já fartamente citados tijolos de barro cru porque estes, é quase certo, foram usados em alguns arremates de paredes de barro socado, quem sabe nos frontões e, principalmente, para preencher os vãos estruturais de obra de carpintaria dos paramentos divisórios de ambientes internos. Daí dizerem: “... muitos milheiros de adobes consumidos nas mesmas taipas e em toda a obra...” Quanto à taipa de pilão, interessante a nomenclatura usada, que praticamente veio aos nossos dias em Portugal. E percebemos que na fatura das paredes as tarefas eram divididas entre quatro tipos de pessoas; as que traziam a terra em cestos até o nível dos taipas (terra vinda de longe, como atesta o documento), tarefa dos chamados “cerventes”; as que pilavam a terra, trabalho deveras cansativo; as que garantiam o prumo perfeito das paredes, talvez ajudadas por paus fincados ao lado das paredes nascentes, como demonstram velhas aquarelas jesuíticas paraguaias pintadas pelo padre Florian Paucke e, finalmente, as que lidavam com o taipal propriamente dito que era composto fundamentalmente de duas “costas”.

Pelo aludido texto percebe-se que os chamados serviços de carpintaria referiam-se aos trabalhos próprios das paredes divisórias (preenchidas de adobes) e aos elementos de madeira do telhado. Esses trabalhos de carpintaria acreditamos tenham sido orientados por João da Costa Ferreira que, assim, introduziu uma nova concepção de estrutura de madeira desenvolvida nas obras de reconstrução de Lisboa. Foi justamente a partir dessa época que proliferaram à volta de São Paulo as construções que o povo antigo chamava “de barrotes”, construções que praticamente chegaram a igualar em número às taipas de pilão em meados do século XIX.



A avaliação dos mestres ferreiros também elucida dúvidas: todas as ferragens eram executadas em São Paulo, o que demonstra existir na cidade um artesanato bastante qualificado, capaz de providenciar até fechaduras para o quartel. O interessante é que não são mencionados os pregos constantes na avaliação anterior que, por sinal, custaram o dobro de toda a ferragem orçada neste capítulo dos "ferreiros"².

Já a avaliação feita pelos pedreiros deve ser analisada com cuidado porque encerra critérios de atribuição de responsabilidade profissional inesperados e não suspeitados. Os pedreiros Manuel Rodrigues e Joaquim Pinto de Oliveira Thebas, pela diversidade de atribuições a eles delegadas, tem-se a impressão de que hoje teriam títulos próximos aos do engenheiro civil. Cuidaram, é claro, dos serviços de pedras, tanto nas calçadas como nos cunhais e isso já constitui uma novidade: paredes de taipa de pilão contidas em suas deflexões por pedras angulares. Mas, também trataram de avaliar o revestimento das taipas e adobes ("encascamento das paredes"), o embossamento das telhas, que chegaram a 85 mil unidades. Isso indica ter tido o quartel de voluntários reais aproximadamente 3 mil m² se imaginarmos 25 telhas por metro quadrado de cobertura sendo o ponto do telhado aquele tradicional. Trataram dos "canos para saírem as águas", que, acreditamos, destinados às águas pluviais porque, na época, eram freqüentes as sentinas, ou "secretas" em cima de poços negros absorventes. Em todo o caso, resta a dúvida sobre essas águas e que canos seriam esses? Alcatruzes de barro? É pouco provável que fossem de metal ou de pedra, conforme a usança mineira. E também não teriam sido de papelão alcatroado, como nos disse Afonso A. de Freitas tê-los visto em demolições pelos lados do Piques. Tudo isso nos induz a acreditar que, realmente, pouco conhecemos sobre certos pormenores das técnicas construtivas do tempo de colônia. O engraçado é que os "louvados" pedreiros também trataram de tintas e "cayaduras", assunto preciso de seus colegas adiante nomeados, que mencionam "óleo e tintas". Teriam os pedreiros cuidado da caiação das paredes enquanto os pintores da pintura das madeiras e esquadrias? Ou os pintores orçaram pintura decorativa, já que um dos peritos foi o celebrado José Patrício da Silva Manso, pintor de arte sacra e mestre de Jesuino de Monte Carmelo? Aliás, entre os profissionais ali envolvidos não podemos nos esquecer também de Thebas, o pedreiro, personagem quase que lendário que foi assunto por nós abordado recentemente no livro "A Mão Afro-Brasileira", organizado por Emanoel Araújo.

Finalmente, há a avaliação dos honorários de pessoa não nominada e que teria sido o "administrador" da obra, que assistiu aos trabalhos durante 488 dias, ou seja, um ano e quatro meses. Esse personagem, dito "inspector Zeloze", deve ter sido importante porque seu trabalho foi julgado por uma das mais altas autoridades da cidade, o sargento-mor Manuel José Gomes. Teria sido ele o próprio José da Costa Ferreira, que o testemunho de Lorena afirma ter ali trabalhado assiduamente fazendo papel do mestre geral das obras?

É uma pena que os desenhos originais do projeto do quartel tenham se perdido. Sobrou, no entanto, esse documento, para nós, da maior importância.

Anno de 1791

Juizo Ordinr^o da Cid-^a de S-^m Paulo

Autos de avaliação donovo quartelamento dalegião de Voluntarios Reais Aque mandou proseder o Juis Ordinario O Cap.^{am} José Mendes da Costa em comprimento da Ordem da Junta da Real Fazenda desta Capitania

Anno do Nascimento de Noso Senhor JEZUS Christo demil seteCentos noventa e hum, aos quatro dias... de Abril do dicto anno nesta Cidade de São Paulo, em cazas de morada do capitão José Mendes da Costa, Juis Ordinario epor elle mefoi dicto que copiasse a Ordem que lhefora deregida pela Junta da Real Fazenda desta Capitania para em comprimento damesma Seproseder aavaliação detoda aobra do novo aquartelamento da Legião de Voluntarios Reais e que... nase a dicta copia para Seproseder nadicta avaliação; o que abem Compri e hé oque aadiante Se Segue deque faso esta Autuasão eu Antonio deAraujo e Toledo Escrivão que aescrevy

Copia da ordem

O Juis Ordinario desta Cidade, Logo que receber apresente Ordem passará Com o Escrivão deseu Cargo ao aquartelamento novo da Legião de Voluntarios Reais efará avaliar toda aObra de que consta Omesmo aquartelamento, para cujo fim Convocará todos os mestres de Officios emais pesoas inteligentes que julgar precizas; bem entendido que devem ser duas deCada profição, quem deferirá primeiro ojuramento dos Santos Evangelhos para bem Cumprirem Com as Obrigasoins deseu ministerio: e finda que Seja a dicta avaliação, Com as Cercunstansias que ficão Referidas e as mais que julgar nesarias para com destinsão e Clareza Se conheser oque pertense acada Clace de Officio a Remeterá aesta junta em Carta fechada Oque tudo Selhe há por muinto Recomendado. São Paulo Vinte e seis de Março de 1791 de mil Setecentos noventa e hum. Com as Rubricas do Illustri-^{mo} e Exsellentissimo Senhor General Prezidente e dos mais Senhores Deputados. Nada mais se continha na predicta Ordem que aque aqui Copiey doproprio original que Seacha junto aoutro auto de Avaliação, aoqual me Reporto e Com ella esta Conferi eu Antonio de Araujo e Tolledo Escrivão que a escrevy, conferie asigney. São Paulo 2 de Abril de 1791. Comfer-^{da} pormim Escr.^{am}.

Antonio de Ar.^o Toledo

2. Naturalmente, não está descartada a hipótese dessas peças de ferro serem importadas, principalmente as fechaduras, mas se elas tivessem sido compradas fora, seus preços estariam nos documentos de importação e não teria sido necessário o juramento e a avaliação dos peritos; do mesmo modo que os avaliadores do conselho ficaram isentos daquela cerimônia quando disseram quanto valia o terreno, pois seu preço certamente já estaria estabelecido por documentação hábil.

Termo de Joram-¹⁰ deferido
aos M.^{es} de Officios abayxo de Clarados
ea Signados

Aos quatro dias domes de Abril demilsete Centos noventa e hum annos nesta Cidade de São Paulo em onovo Aquartelamento da Legião de Voluntarios Reais onde foi vindo o Juiz Ordinario Capitão José Mendes da Costa, comigo Escrivão aodiante nomeado, ealy pelo mesmo juiz foi deferido O Juramento dos Santos Evangelhos na forma da ley aos Mestres Taapeiros Angelo Furquim de Almeйда e Salvador da Costa Homem e lhes encarregou avaliasem toda a obra de taipa de que contava onovo aquartelamento, Com atensão a terra que veyo de fora e aos adobes que namesma obra Seconsumirão. E deferindo o dito juramento aos Mestres Carpinteyros Manuel da Sylva Rocha e José da Sylva, lhes encarregou a Valiasão toda a madeira que se consumio nonovo aquartelamento, os pregos e os jornais dos mestres e serventes, tudo pelo mais rasionavel. Deferio tãobem o mesmo juramento aos Mestres Ferreiros José da Sylva e Jacinto Correya dos Santos e lhes encarregou avaliasem toda a ferragem do dicto aquartelamento; Deferio o mesmo juramento aos Mestres pedreiros Manuel Rodrigues e Joaquim Pinto de Oliveyra Thebas e lhes encarregou Avaliasem toda a obra de Pedreiro do dicto aquartelamento, jornais, Matherias, Pedras, Canos, Factura do Telhado, telhas, Cayaduras, o mais que pertensa a Seo officio. Deferio mais o dicto juramento aos Mestres Pintores e lhes encarregou avaliasem a obra de pintura com seo custo em a... emateriais, e ultimamente deferio o juramento dos Santos Evangelhos ao Sargento mor Manuel José Gomes e lhe encarregou, que com o Carpinteiro Manuel da Sylva Rocha, já juramentado avaliassem O quanto Sepodia arbitrar de Salario pordia a hum inspector Zelozo de uma Obra Como aprezenste do aquartelamento e atodos encarregou que sem dolo ou malisia fizessem asavaliasoins de que estavam encarregados, o que prometerão fazer, de que mandou lavrar o prezente termo em que todos assignarão, E eu Antonio de Araujo e Tolledo Escrivao que a escrevy

Salvador da Costa

Costa Angelo Furquim

Manuel da Sylva Rocha José da S.^a

Vicente Luiz de Britto Jasinto Corr.^a

Joaquim Pinto de Oliv.^a Thebas

Joze Patricio da S.^a Manso Inacio da Costa X.^{or}

Joze da S.^a

Manoel Joze Gomes

Manoel Rodrigues

Avaliaçoins de toda a obra do novo aquartelamento da legião de Voluntarios Reais que manda fazer O juiz Ordinar.^o Cap.^{am} José Mendes da Costa na forma da Ordem da Junta da Real Fazenda.

Terreno

Avaliarão Os avaliadores do Conselho Vicente Luiz de Britto e Jose Fr.^{co} de Vasconcelos O terreno em que sea-

cha edeficado Oaquartelamento fazendo seo Calculo pelas brasas daquadra domesmo naquantia a mais rasionavel de

600\$000

Taapeiros

Avaliarão Os Taapeiros toda aObra de taipas atendendo naoSó aos jornais dos piladores, Cerventes, aplumadores e Costadores, Como taobem ao transporte em Carros e Cestas de muinta terra de deferente e distante Citio e dos jornaleiros ocupados neste transporte eoutrosim, tãoobem a despesa de muintos milheiros de adobes Consumidos nas mesmas taipas eem toda aObra, tido por preso omais racionavel de

1:000\$000

Carpinteiros

AValiarão Os Carpinteiros, pelo Calculo que fizerão Com bastante aVeriguasão, haveria Consumido em Madeiras na Refrida Obra, pelo mais Rasionavel preso a quantia de

1:620\$000

AValiarão Osmesmos pelo Seo Calculo averia Consumido e gasto nad.^{da} Obra em pregos Aquantia de

550\$000

5:420\$000

AValiarão Osmesmos pelo Orsamento que fizerão emportarem os jornais dos Carpinteiros emais Cerventes presos, pelo mais Racionavel aq.^{ta} de

3.250\$000

7:020\$000

Soma e passa

Vem Somando alauda Retro a quantia de

7:020\$000

Ferreyros

AValiarão os Mestres Ferreiros toda aferragem consumida na dicta Obra pelo calculo que fizerão em Lemes de portas e janelas, Trancas, fechaduras Grandes epequenas, feixos pedres, d.^{os} de Rabo pequenos, egrandes, Aldra



90

vas Gatos, Cantoneiras, Lemes de Rabo nas Cavalherissas, Argolas..., Escapulas, ferragem do chadrez, Corrente, Mouroins e Cavilhas, emportao tudo pelo mais Rasionavel naq.^{to} de 255\$660

Pedreiros

AValiarão Os Pedreiros pelo Calculo que fizerão emportão toda a Obra de Pedreiro, jornais das M.^{es} edos Cerventes, despezas dos materiais, Cal, Saibro aReya, pedras para as calçadas aRoda dos quarteis, por dentro e fora, Cunhais, tintas, Cayaduras, encascam.^{to} deparedes, embocadura do Telhado, Canos pasahirem asAgoas, tudo pelo mais Racionavel, na quantia de 1:353\$530

AValiarão Osmesmos pelo Orsamento e Calculo que fizerão aver Levado od.^o aquartelamento 85\$ telhas, que a seis mil quatrocentos por milheiro defeitio e carreto O mais Rasionavel emporta aq.^{ta} de..... 544\$000

} 1:897\$530

Pintores

AValiarão OsPintores emportar a pintura dad.^a Obra emjornais de M.^{es}, cerventes, despeza e Custo de Oleo e tintas naquantia de 300\$000

AValiou o Sargento mor Manuel José Gomes juramentado Com o Carpin.^{to} Manuel da S.^a Rocha Ojornal ou Selario do Aministrador em 488 dias a 1\$r.^a 488\$000

Soma aotodo 9:961\$190

Termo de Inserram.^{to}

Por esta forma Ouverão todos Os Louvados por aValiados aquilo de que forão encarregados Conforme Seos officios ea juramento que prestarão e deClararão que Sem dolo ou malisia tinhão feito suas avaliasoins, deque para Constar, mandou o dicto Juiz Ordinario Lavrar este Termo emque assignou, Os dictos Louvados e Eu Antonio de Araujo e Toledo Escrivão que a escrevy

Costa	Salvador da Costa
	Angelo Furquim
Manoel da Sylva Rocha	Jose da S. ^a
Vicente Luiz de Britto	Jasinto Corr. ^a
Joaq. ^m Pinto de Oliv. ^{ra} Thebas	
José Patricio da S. ^a Manso	Ignacio da Costa X. ^{er}
José Fran. ^{co} de Vas. ^{ios}	
	Jose da S. ^a
Manoel José Gomes	Manoel Roiz

88

CINCO CARTAS DE AMOR DE UM SODOMITA PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII

Luiz Mott

Dept.º de Antropologia da
Universidade Federal da Bahia

I. Introdução

“É tão péssimo e horrendo o crime de sodomia, e tão contra a ordem da natureza e indigno de ser nomeado, que se chama nefando, que é o mesmo que pecado, em que se não pode falar, quanto mais cometer!” Considerada além de pecado, crime igual ao de lesa majestade, a sodomia nos países onde existia o Tribunal da Inquisição, era também proibida de ser objeto de discurso, seja oral, seja escrito. Escrever sobre o nefando, somente para anatematizá-lo!

Se na Europa extra-inquisitorial, como na Inglaterra, por exemplo, chegou a existir uma literatura satírica, poética e dramática que abordava temas homossexuais — de Ganimedes ao escândalo da vida e morte do Bispo Atherton² — em Portugal e na Espanha, a censura inquisitorial jamais permitiu qualquer publicação outra que tratasse da sodomia senão na qualidade de *nefandum peccatum*, causador de pestes, inundações, terremotos e mais calamidades, conforme vaticinava a pena intolerante dos teólogos moralistas lusitanos³. Os inquisidores deviam engolir com dificuldade a existência no Cancioneiro Medieval português das famosas “canções de amigo” onde o *coitus per anum* é referido diversas vezes com bastante naturalidade⁴.

Após oito meses de leitura de milhares de documentos (processos e denúncias) relativos aos sodomitas, arquivados na Torre do Tombo, incluindo a documentação das Inquisições de Lisboa, Évora, Coimbra e Goa, somos levados a concluir que a política repressora do “terrível tribunal”⁵ estava longe de ser homogênea: embora os Regimen-

1. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, feitas e ordenadas pelo Ilm.º e Revd.º Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Lisboa, 1720, § 958.
2. Alan Bray, *Homosexuality in Renaissance England*, London, Gay Men's Press, 1982.
3. Frei Antonio de Sousa, O.P. *Aphorismi Inquisitorum*, Lisboa, Of. Borde, 1669 D. Rodrigo da Cunha, *Tractatus de Confessoris Solicitantibus*, Lisboa, Of. Rueda, 1620.
4. *Cancioneiro Português da Vaticana*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878. *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, volume VI. n.º 1252, 1267, 1505, 1530.
5. Antonio J. Moura e José L. D. Mendonça, *História dos Principais actos e Procedimentos da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Biblioteca de Autores Portugueses, 1980.

tos do Santo Ofício ordenassem a prisão dos suspeitos de sodomia com apenas duas delações, e caso se comprovassem a consumação de dois atos completos— *pene-tratio cum seminis effusione* — poderiam os réus ser entregues à justiça secular para serem queimados, no mais das vezes, os Inquisidores agiam mais com “misericórdia” do que com “justiça”, os dois lemas e alicerces do Santo Tribunal. O principal alvo dos Inquisidores, sem a menor dúvida, eram os judeus e hereges: os demais crimes (bigamia, sodomia, bestialismo, feitiçaria) não chegam a representar 20% do total dos processos deste famigerado tribunal religioso.

Vejamos, à guisa de familiarizar o leitor com este universo inquisitorial português, alguns números: nos dois *Repertórios do Nefando* (livros onde em ordem alfabética constava os nomes de todos os denunciados e/ou confessados pelo crime de sodomia), entre os anos 1587-1794 constam um total de 4.419 homens envolvidos e denunciados por sodomia. Destes, até o presente, localizamos 447 sodomitas que foram efetivamente processados. Quer dizer: somente 10% dos sujeitos no crime nefando foram presos e julgados. Destes infelizes, tão somente 30 foram queimados pelo abominável pecado de sodomia: portanto, menos de 1% dos denunciados receberam a pena capital. Comparados com os 300 mil homossexuais assassinados nos campos de concentração no Nazismo, representam apenas uma gota de sangue!

A lei, tanto civil, quanto religiosa, era severíssima; a prática no entanto, demonstrou ser bastante tolerante. Houve épocas que a “ousadia” dos “fanchonos” (nome popular como eram conhecidos os homossexuais, máxime os mais efeminados) sobretudo em Lisboa, era tão grande, que chegaram a existir não longe dos cárceres terríveis da Inquisição, diversas hospedarias procuradas predominantemente por casais homossexuais; havia casas de baile nas imediações do Rocio — o centro da Capital do Reino — que eram conhecidas como “a dança dos fanchonos”, onde rapazes dançavam vestidos de mulher e com forte maquiagem; travestis percorriam ruas e casas não apenas de Lisboa mas inclusive a zona rural; mais de um sodomita trazia aposto a seu nome de batismo o denominativo identificador de suas preferências homossexuais, como um tal “Rafael Fanchono” e um “Manoel Maricas”, este último, vendeiro de frutas em Coimbra. Ousadia maior aparece diversas vezes documentada nos processos: “somitigos” que seduziram homossexualmente os temíveis funcionários e carcereiros da própria Inquisição, que chegaram a transar sexualmente nos muros exteriores e até dentro dos cárceres do Santo Tribunal! O século XVII, de fato, foi a idade de ouro do homossexualismo em Portugal: também, se até el Rei D. Afonso VI (1656-1683) era infamado de praticar o nefando⁹¹



Apesar da proibição legal e temor incrementado sobretudo em certos períodos da “caça aos sodomitas”, o certo é que no mundo português (incluindo além do Reino, as colônias na África, Oriente e América), o abominável pecado foi muito praticado, sendo tema de muita conversação e inclusive de alguns escritos. Assim, tivemos a alegria de encontrar no meio dos milhares de manuscritos relativos aos sodomitas denunciados às Inquisições de Portugal um conjunto de cinco cartas escritas por um sodomita, que constituem o tema central deste artigo.

Se as cartas de amor de enamorados heterossexuais dos séculos passados são documentação bastante rara⁷, as cartas de amor de enamorados homossexuais são ainda peças muito mais extraordinárias. Salvo erro, estas cinco cartas do século XVII são o mais antigo documento do gênero até então conhecido: as duas cartas de Jeffrey Withers para Jim Hammond, da Carolina do Sul, datam de 1826⁸, outras cartas conhecidas de gays são do final do século XIX⁹.

II. Os personagens

As cinco cartas foram escritas por *Francisco Correa Netto* na Quaresma de 1664. Infelizmente pouca coisa sabemos sobre a biografia deste sodomita. Era sacristão da Sé da cidade de Silves, no sul de Portugal. Quem o denunciou à Inquisição de Évora (circunscrição à qual pertencia Silves) foi o Vigário Padre Manuel Luiz Coelho, que no dia 29 de março de 1664 disse ter recebido as cinco cartas do próprio amante-destinatário do sodomita, Manoel Viegas. Num ofício enviado ao Comissário (espião) da Inquisição de Évora, diz o sacerdote: “Está nesta cidade um somitigo encuberto há muito tempo e agora quiz Deus se descubrisse...”

Silves, hoje com menos de dez mil habitantes, é uma pequena cidade do Algarve meridional, que até o século XII foi a capital dos Mouros quando dominavam a região — chamava-se “Xelb”. Até hoje conserva os poços e cisternas d’água construídos pelos árabes. Sua catedral gótica — a Sé onde nosso sodomita era Sacristão — é considerada como um dos monumentos religiosos mais interessantes do Algarve: data do século XIII. Ai foi enterrado em 1495 D. João II, o mesmo Rei que em vida dissera que “menos mal havia a um Rei ser puto do que ser mandado...”¹⁰, aliás, vários descendentes seus, também de cabeça coroadada, cumpriram a profecia.

A respeito do Sacristão Francisco Correa Netto sabemos também que era infamado de ter “um quarto de judeu no sangue”, pois ao se proceder às diligências canônicas para sua habilitação às Ordens Menores, “ele buscava testemunhas da terra que não conheceram seus avós” a fim de evitar a identificação de sua ascendência hebréia. Além de “sodomita encuberto” o vigário-delator acrescentando ao sacristão a suspeita de “cristão novo” tornava-o, sem dúvida, duplamente vulnerável. Infeliz sacristão: seu delator acusa-o ainda de um terceiro crime do conhecimento da Inquisição — era infamado publicamente de ter “dado uma bolsa com uma hóstia consagrada e uns corporais a um outro homem”, crime que se comprovada a intenção sacrilega do autor, poderia levá-lo à fogueira, como prescrevia documento papal. Nesta época, e nos séculos subseqüentes, trazer uma “bolsa de mandinga” ou “patuá” contendo além de orações fortes, amuletos etc e sobretudo uma partícula consagrada, era garantia de ter-se o corpo fechado contra armas de fogo e ferro, prática que foi vigilantemente perseguida pelos zelosos defensores da ortodoxia católica.

6. Asdrúbal A. D’Aguiar, “Evolução da pederastia e do lesbianismo na Europa”, *Separata do Arquivo da Universidade de Lisboa*, vol. XI, 1926:504
7. Jean-L. Flandrin, *Les Amours Paysannes*, (XVIè-XIXè siècle), Paris, Gallimard, 1975.
8. Martin B. Duberman, “Writing Bedfellows: 1826 two young men from antebellum South Carolina’s ruling elite share extravagant delight”, *Journal of Homosexuality*, vol. 6 (1/2), Fall-Winter 1980/81.
9. Jonathan Katz, *Gay American History*, New York, Avon Books, 1976.
10. A.A. D’Aguiar, *op.cit.* :505

Pelas suas cartas, podemos concluir que Francisco Correa Netto tivera pouca instrução escolar: seu estilo é ingênuo e coloquial; sua caligrafia, garranchosa. Gosta muito de citar provérbios. Diz o vigário que testemunhas fidedignas, como o Alcaide de Silves, outro sacerdote e diversos moradores, estariam dispostos a jurar perante os Santos Evangelhos, que o Sacristão era infamado publicamente de ser sodomita. Seu cargo de sacristão devia proporcionar-lhe bons rendimentos, pois presenteia com munificência seu amante. Sua relação com Manuel Viegas é fortemente marcada pela prestação de dádivas, quase por um "suborno afetivo": em todas as cartas há referência a dádivas que o sacristão prometia ou enviava para seu amante. Sua relação é fortemente marcada também pela divisão sexual de papéis: Francisco Correa Netto numa das epístolas se auto-intitula "Francisquinha", e certa feita usa o feminino para dizer que estava "descansada" quanto à reciprocidade afetiva de seu homem. Aliás, o padre delator escrevia: "Advirto que o Sacristão é o que havia de ser o paciente, conforme se manifesta nos seus escritos". A utilização de nomes femininos entre sodomitas lusitanos era prática bastante comum sobretudo a partir do século XVII: no processo do Padre João de Mendonça da Maia", ficamos sabendo que vários rapazes e homens adultos que frequentavam sua casa se tratavam por nomes de mulher, como "A Turca", "A Fajarda", "A Bugia da Alemanha", "A Galega", e o próprio anfitrião era chamado de "A Arquisinagoga". Outros dois sacerdotes ficaram famosos na história com os nomes de "Isabel do Porto" e "Paula de Lisboa", ambos processados pelo nefando pecado.

Quanto ao amante, Manoel Viegas, sabemos que era natural de Silves, violeiro e também construtor de instrumentos musicais. Bissexual, ostenta sua masculinidade frequentando diversas mulheres da região, e publicando ostensivamente sua relação com "o infame somitigo". Vilão e ingrato — apesar de ter presenteado a "Francisquinha" com um anel — denuncia-o ao Vigário, entregando-lhe as cartas que seu amante lhe enviara, cartas que para a felicidade do historiador, se conservaram até hoje no interior do *Caderno do Nefando* da Inquisição de Évora, na Torre do Tombo (Livro II, 143-5-26).

A denúncia contra Francisco Correa Netto, mesmo acompanhada de seus comprometedores escritos de amor, foi considerada irrelevante para os Inquisidores: nada fizeram contra o "somitigo encoberto". Para se prender um sodomita necessitava-se diversas denúncias e a informação de que o "réu" era devasso no crime nefando. Apesar do vigário-delator demonstrar piedoso escândalo e zelo espiritual, sugerindo aos Inquisidores que "importa pôr logo modo nestas cousas e ver o que isto é, e seja logo, antes que se cumpra mais alguma coisa", o certo é que o Santo Ofício simplesmente arquivou a denúncia, para felicidade do sodomita e desconsolo de seu amante mau-caráter e do sacerdote homófobo.

III. Os documentos

(As palavras ilegíveis ou duvidosas estão entre parênteses com uma interrogação. Alguns trechos das cartas são incompreensíveis ou de difícil entendimento: a culpa é do próprio signatário pouco letrado. A ortografia e pontuação foram atualizadas. Como nenhuma carta é datada nem numerada, ordenâmo-las de acordo com suposto encadernamento de eventos. Nos "comentários" o leitor encontrará alguns esclarecimentos que o auxiliarão a melhor entender certas passagens nebulosas das cinco cartas.)

1.ª Carta

“Senhor Manoel Viegas:

Se os homens dormem comigo, não é por ter cono: metem o caralho entre as pernas, e aí fazem sua vontade. Eu..., não me vem nada!

Se Vossa Mercê quizer o mesmo, me tendes a seu serviço, a quem protesto servir até a morte, e dar o necessário, que as perdas são minhas.

Francisco Correa Netto”



Não resta dúvida que o sacristão Francisco Correa Netto foi corajoso demais de oferecer tão explicitamente, por escrito, seus serviços homoeróticos ao Senhor Manoel Viegas, pois caso não fossem aceitos, este bilhete poderia ser um trunfo perigosíssimo em mão inimiga. A simplicidade do estilo e sua falta de cerimônias na oferta do prazer sexual parecem contrastar com o tratamento pomposo de “Vossa Mercê” — contudo, tal tratamento era bastante usual na língua portuguesa dos séculos passados, inclusive em conversação entre iguais na própria alcova. O ato sexual “entre as pernas” era igualmente bastante comum entre os sodomitas nos tempos inquisitoriais, artifício erótico usado pelos “fanchonos” para burlar o espírito da lei canônica, que criminalizava apenas a “sodomia completa”, considerando a “punheta” e a “coxeta” (masturbação e fricção do membro viril *intra femura*, isto é, entre as pernas) como “pecados de molície” e não “perfeita sodomia”. Pecado sim, mas não crime. A declaração do sacristão “não me vem nada” pode ser entendida como falta de ereção e/ou ejaculação no ato sexual, aliás, fenômeno registrado em outros processos de sodomitas pseudo-hermafroditas, como no já citado *Padre Paula de Lisboa*, cujos parceiros sexuais declararam *una voce* que nunca viram o membro viril do sacerdote quando faziam a “coxeta” não obstante terem os médicos e o cirurgião da Inquisição testemunhado que o referido clérigo “nada tinha do sexo feminino”¹². O ideal do “amor eterno” e a mística da prestação de serviços, elementos tão associados ao universo feminino tanto da cristandade

quanto do islão, transparecem nesta primeira mensagem do sodomita para seu futuro amante: a oferta da doação do necessário sustento ao “noivo” seria talvez um arremedo do dote que as mulheres traziam obrigatoriamente na fundação de um consórcio matrimonial, prática tradicional em Portugal desde a Idade Média¹³.

Este primeiro bilhete do sacristão surtiu efeito, pois o violeiro aceita, ao menos em parte, as propostas do estabelecimento de uma relação. Junto a esta missiva, escreveu o vigário-delator o seguinte: “Este escrito diz à parte, que foi feito diante do Santíssimo

11. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Inquisição de Lisboa, n.º 5007.

12. ANTT, Inquisição de Lisboa, n.º 7622.

13. A.H. Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1971:117.

Sacramento". Na perspectiva do clérigo, um sacrilégio agravante; para o sacristão apaixonado, talvez uma estratégia devota para garantir a proteção celeste a seu novo amor. Aliás, tudo faz crer que não havia conflito de consciência entre sua fé em Deus e seu amor homoerótico, posto que nas outras cartas mais de uma vez há de recorrer a Nosso Senhor, ou aos Céus pedindo que protejam seu amante.

2ª Carta

"Cuidados e Prenda minha e saudades de meu sentido e descanso de meu pensamento donde sempre está desvelado, o qual poderia manifestar o muito que te quer e te ama!

Já não terei descanso nem espero de o ter, pois vejo que nem com duas regras te serves deste penhor, que o coração feriste e mataste, o qual nunca sára solto nem desvelado de tua afeição.

Amante e Prenda minha: se o meu sentido não descansa uma hora, nem de noite nem de dia, sem estar representando tua companhia e tuas doces palavras que na memória trago de continuo retratadas.

Espelho de minha vista e alegria: pelo que te mereço, me descansa este meu coração com uma nova que recebi esta noite, que foi segunda-feira: que te foste desposar com uma sobrinha de Francisco Luiz. Bem dizia eu que pela Páscoa houveras de ser noivo, e tu aplicavas mais vezes, pois tinhas dado tua palavra de o ser. Seja como quiseses: nem por isso hei de deixar de te fazer o que puder a seu serviço. E lembrando-me de teus abraços e um beijo que me deste, que é o que mais me atormenta! E bem puderas conhecer este sujeito, para lhe dares o coração da barguilha, que só ele me quiz bem, e tinha vontade de sair. Para ele não havia Quaresma, pois mal lhe tocava com os dedos, já se alevantava! E tu, tão mal, que não quizeste lhe fazer a vontade!

Adeus, meu bem e alegria, minha afeição verdadeira!

Meu pensamento é que, ainda que casastes, não hás de deixar de cumprir tua palavra de seres noivo com Francisquinha de teu desvelo. O que a mim me parece, a Manoel da Costa deste conta: que se fosse acompanhar e a teus cuidados, não logo (tu) apareces, (pois) não fazes causa deles, e tudo era folhagem. Aí vai papel para responder: não tem agora desculpa para não escrever, à mingua de papel de resposta".

A introdução desta carta é a mais candente de todas. Francisco Correa Netto estava perdidamente apaixonado pelo violeiro, seu fogo atizado pelo beijo e abraços que recebera de seu novo amante. Tinha prova que seu "homem" também se interessava sexualmente por si, apesar de não ter chegado ao que desejava e tinha de antemão oferecido — a "coxeta". Pudibundo e poético evita o termo popular "caralho" — aliás, termo corrente até hoje tanto em Portugal como no Brasil — para eufemisticamente referir-se ao

pênis ereto de Manoel Viegas como "coração da barguilha", que sempre "alevantado", não respeitava nem o resguardo e abstinência do tempo quaresmal, apesar de não ter sido feita sua vontade: hélas! Contudo, como repetirá também noutra carta o esperançoso sodomita, "quem mais ama, menos merece"... e logo nesta segunda carta começam seus queixumes e calvários: recebera a notícia que seu amante iria se casar! Sentindo-se incapaz de ser a dona exclusiva do coração polígamo de seu violeiro, "Francisquinha" aceita compartilhá-lo com outra mulher, resignação tradicional a que deviam sujeitar-se as mulheres nesta zona algarvia onde a poliginia islâmica oficial e o concubinato poligínico cristão dominaram fortemente na configuração da estrutura familiar e afetiva local. No fim da carta, a suspeita de que as manifestações favoráveis do amante não passavam de "folhagem", isto é, quimeras e falsidades, e a opção pela estratégia de ficar na espera que o amante tomasse a iniciativa de procurá-lo: "se fosse acompanhar e a teus cuidados, não logo aparece". O comentário do Vigário-delator a esta carta revela mais uma vez sua forte e irônica homofobia: "Veja-se a cegueira do puto do somitigo! Essa é boa! E como está piedoso neste escrito..." A expressão "puto do somitigo" sugere a reprovação do clérigo não apenas à homossexualidade, mas também à prostituição, embora esta última não fosse crime do conhecimento do Santo Ofício.

3ª Carta

"Manoel Viegas:

Nosso Senhor vos deixe viver por felizes anos como desejais!

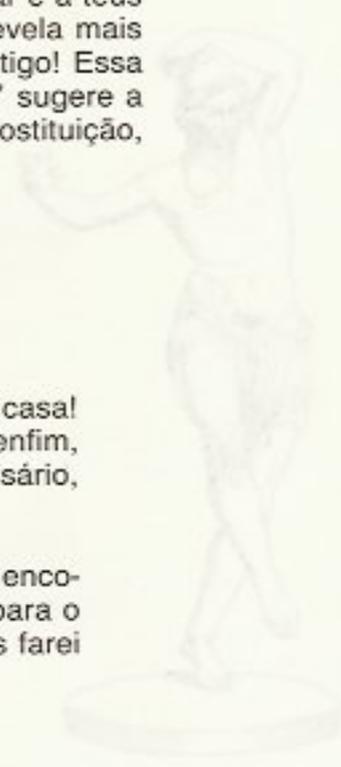
Eu não era negro para dizeres em público que não fosse à vossa casa! Se o queria dizer, fizera um escrito ou chamara à parte e o dissera. Mas enfim, nem por isso hei de ser seu inimigo, e se vos for alguma coisa necessário, me avisareis por escrito.

Mandei ensaboar a volta para engomar. Vai à casa de Matias Araujo encomendar uns sapatos. E do que tenho prometido, tudo lhe hei de dar. E para o noivo, trinta alqueires de trigo. E os escritos meus, rasgue, que dos seus farei o mesmo. Faça-me uma viola da sua mão, que lha quero pagar.

O céu vos guarde os anos de vosso desejo, amigo.

Francisco Correa Netto".

Apesar de ter sido publicamente humilhado, o sacristão não desiste: reforça suas ofertas, na esperança de dobrar o amante com dádivas. Trinta alqueires de trigo equivalem a cinco sacos de cereal, (300 quilos!) quantia suficiente para alimentar durante um ano uma família de quatro pessoas! E se lembrarmos que no Algarve a produção deste grão nem sempre era suficiente para o consumo regional, devendo ser importado de outras áreas mais irrigadas, a oferta de cinco sacos de trigo representava um verdadeiro dote matrimonial de uma noiva camponesa. Já nesta carta começa a preocupação do sacristão que seus escritos pudessem vir a prejudicá-lo: pede que os rasgue. Certamente desconfiava que seu amante, tão infiel e mulherengo, não merecia confiança, suspeita aliás, que os fatos comprovarão que era bem fundada.



“Falso e Traidor!

Falso enganado amor! Com que palavras manifestarei este sentimento? Depois da partida de Vossa Mercê, me veio a noticia (anunciando-me) que Vossa Mercê tinha intento de possuir a Maria Nunes, por quem se assim não encobre, nem os encubrira a mim, dizendo que Vossa Mercê lhe dera uma conta de (almíscar?) e um papel de alfinetes, e que lhe queria muito. E indo eu à casa do sapateiro consertar uns sapatos, viemos a falar em biscoito, e em que ela disse que Vossa Mercê lhe dera um pequeno de biscoito e a Maria Nunes (disse) que não havia outra perfeição como aquela. Logo se parece o amor de Vossa Mercê tem a ela, por quem vem de casa de seus amantes e trás mimos dizendo que era para meter na caixa.



Triste foi a minha sorte, pois tendo a Vossa Mercê, cuidei que estava descansada: eu tive males dobrados! Melhor me fora morrer mil vezes que possuir desgostos que agora me fazem assuntar (os) que eu fazia a alguma pessoa em algum tempo. Mas enfim: se ela anda dando com a língua nos dentes, que tanto que (o anel que me destes de) lembrança me viu no dedo, quiz aquele coração de Vossa Mercês estalar dentro (do peito), até que me desculpei que eu tinha mercado (o anel) com V.M., que esperava em Deus dos anéis serem seus. Se V.M. me deixou o coração assediado, bem se manifesta nas lágrimas e sentimentos causados por essa pessoa: que quando ver a quem quer, bem triste e com ciúmes, então anda V.M. mais alegre! Bem dizem no ditado, que o mel faz por onde o lembram... assim hei de ser eu com V.M., em que V.M. se dará pouco (caso), pois quem muitos tem, à algum há de agravar, e fui eu (o agravado), pois tinha a V.M. tanto amor, que só em o ver não comia, com alegria. O certo é: quem mais ama, menos merece! Eu deitarei o coração ao largo, e porei os olhos no chão quando passar por Vossa Mercê.

O céu guarde Vossa Mercê para suas duas queridas!”

Essa missiva é um desabafo de quem foi várias vezes ferido no seu amor próprio — os finos biscoitos que dera ao violeiro, quem os saboreou foi uma de suas concorrentes, a amante de seu “noivo”! Nova estratégia do sodomita: indiferença, para ver se o amante sente falta das doçuras do mel. No final da carta, realista, reconhece-se vencido: irônico, pede proteção celeste para as duas enamoradas de seu violeiro infiel: “triste foi a minha sorte!” Patenteia-se a tirania e maldade de suas concorrentes que maliciosamente comentam atitudes de Manoel Viegas, “falso e traidor”, certamente com o intuito de ferir o coração e provocar ciúmes no “sacristão fanchono”, que sendo infamado publicamente de “somitigo”, seguramente devia provocar suspeitas em tais mulheres de que mantinha algum tipo de relação com o disputado violeiro. Suspeitas, aliás, confirmadas pelo próprio bissexual que “publicamente” comentava os assédios perpetrados pelo sacristão.

5ª Carta

“Falso e Lisonjeiro:

Se eu houvera de ter sentimento de tanta zombaria, escárnio que fazes de quem o sentido trazia nessa pessoa! Mas enfim, quem mais ama, menos merece! Para mim não nasceu mais que lágrimas, essas causadas por ti e por muitas saias. Já o quiz eu o ter. Por muitas vezes, lhe tendo mandado dizer que de mim não faça causa, por que deixa de vir jantar à casa para jantar com suas comadres, e mandar (me) escritos de mentira. Elas me tomaram ciúmes porque trazia o anel alheio. (Disseram) que o desse a seu dono. Aí está (o anel), que cousa sua não quero. Os seus escritos todos queimei por não ter outra cousa sua em meu poder. Faça assim (com) os meus, que levarei grande gosto. Não me fale, nem para mim olhe o senhor.

Encaminho o anel para amparo e alegria de suas comadres”.

A última carta é gota d'água: chega de zombarias, humilhações, lágrimas e falsas esperanças! O Sr. Manoel Viegas, de “Vossa Mercê”, “Prenda Minha”, “Espelho de minha vista e alegria”, passa a ser tratado por “falso e traidor”, “Falso e lisonjeiro” (adulador). Cena final: devolve o anel, queima as cartas do amante (hélas para os historiadores!) e corta relações com o violeiro. Sua explicação para o fracasso: “as muitas saias”, as comadres de seu mulherengo violeiro. Reforça o pedido para a destruição de suas cartas, premido do medo de que pudessem vir a ser usadas contra si. Previsão, aliás, que se cumpriu: vingativo ou talvez temeroso e prudente, Manoel Viegas entrega as cinco cartas (eram seis e diz que perdera uma delas) ao vigário de Silves: o denunciante, mesmo que cúmplice, sempre merecia indulgência pela sua delação.

Além destas cinco cartas, encontramos mais seis cartas inéditas escritas por um frade-corista do Convento dos Jerônimos de Lisboa, para outro religioso famoso pregador, que durante um ano mantiveram intensa relação homoerótica (1690). Embora mais longas, instrutivas, eruditas e românticas, tais cartas revelam em comum o mesmo forte sentimento e paixão homossexual que levava certos sodomitas ao perigoso risco de escreverem sobre seus sentimentos proibidos. Digno de nota é o fato de que nestas duas coleções de cartas de amor aparecem em comum bem distinguíveis dois elementos: a imagem do “coração estalando dentro do peito” que obrigou compulsiva e perigosamente tanto ao sacristão, quanto ao frade-corista, a escreverem sobre seus sentimentos nefandos; e o sentimento várias vezes repetido do perigo que representava tais escritos, donde o pedido repetido por ambos apaixonados que os destinatários destruíssem as cartas, precaução não cumprida e maquiavelicamente utilizada pelos amantes traidores. Em ambos os casos, o amor, a atração sexual, a ternura aparecem impregnados pelo temor da divulgação de seu amor proibido. Mesmo assim, a coragem e determinação sublime dos amantes apaixonados falou mais alto: “o amor foi mais forte que (o temor) da morte”...

O Autor agradece ao Conselho Nacional de Pesquisas (Brasília, DF) a bolsa de estudos que permitiu a coleta do material deste artigo. Colaborou na cópia dos documentos e discussão deste artigo o licenciado Aroldo Assunção, a quem debito minha gratidão.

INCONFIDÊNCIA MINEIRA:

complô, reforma, insurreição ou revolução? Na perspectiva da longa duração: qual o seu legado?

Laura de Mello Souza

(Depto. de História — FFLCH/USP)

Com base no trabalho revelador de Maxwell (*A Devassa da Devassa*) e com boa dose de má vontade, seria possível dizer que a Inconfidência foi um complô dirigido pela oligarquia mineira e, nesta qualidade, norteado pelos interesses de setores da burocracia local, fazendeiros, mineradores, comerciantes graúdos e intelectuais ilustrados, ansiosos por reconquistar a prosperidade que os impostos extorsivos engoliam com voracidade crescente e o mando político que o governo demagógico de Luís da Cunha Menezes lhes roubara de sopetão. No meio da elite sórdida, reluziria a figura impoluta e idealista de Tiradentes, o brilho um pouco embaçado, talvez, pelas dúvidas que sempre pairaram sobre sua sanidade mental e a capacidade de guardar segredos — qualidade fundamental num conspirador.

Entretanto, recuando-se um pouco no tempo, é possível enxergar a Inconfidência de 1789 sob outra luz. As Minas Gerais nasceram e se constituíram sob o signo da rebelião: a Guerra dos Emboabas, em 1709, opondo paulistas descobridores de minas aos demais forasteiros que acorreram à região: as inúmeras revoltas que pipocaram entre 1716 e 1720, quando mineiros tentaram sacudir o jugo do fiscalismo metropolitano e contestar o poder estabelecido, então representado pelo lendário Conde de Assumar; os chamados motins do sertão, dirigidos por potentados do São Francisco que desautoraram os representantes da

Coroa e deram dores de cabeça ao governador interino, Martinho de Mendonça de Pina e Proença; o levante de 1720, que envolveu homens poderosos como Pascoal da Silva Guimarães mas levou ao suplicio Filipe dos Santos, reinol de extração modesta. Todas foram revoltas capitaneadas pela gente branca, que arregimentou mestiços e negros como polícia pessoal ou como tropa para engrossar as arruaças; mas, além delas, houve sempre a ameaça de insurreição escrava: a que os negros promoveriam em 1719, na 5ª feira de Endoenças, aproveitando-se do fato dos senhores estarem nas igrejas para tomarem as vilas de assalto e comandarem a matança dos brancos; os quilombos incontáveis que pontuam a correspondência administrativa, alguns enormes, como o Quilombo do Ambrósio, que reuniu centenas de negros e construiu uma economia alternativa. Assombrado pelo fantasma da insurreição, branca ou negra, Assumar escreveu que as Minas eram região de população move-dida, mas inconstante sobretudo nos costumes das pessoas; que seu clima era instável e enevoadado, mas não tanto como a estrutura social: "a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e, amotinada lá por dentro, é como no inferno".

Durante quase um século, portanto, a vida cotidiana das Minas viu-se sacudida por revoltas efetivas ou imaginárias —

como talvez tenha sido a tal dos negros na quinta-feira santa. Desde os primeiros tempos, a sociedade mineira foi tensa e desigual, a miséria se alastrando mesmo nos momentos de maior opulência, a riqueza de poucos empurrando para a desclassificação um largo contingente de mestiços e libertos. Na segunda metade do século, os governantes e burocratas vislumbraram o potencial violento subjacente à decadência das Minas: datam de então várias reflexões sobre a forma de empregar vadios e desocupados, as memórias e instruções que objetivam aproveitar melhor os recursos naturais, incrementar a agricultura, ativar o comércio, enfim, dentro das limitações da economia colonial, aumentar a riqueza. As elites tinham claro que a situação social era explosiva, que a revolta era iminente, e, no limite, poderia terminar em matança indiscriminada de homens brancos. Na sua paranóia sanguinária, Assumar farejava na capitania um Haiti *avant-la-lettre*, percebendo como ninguém que uma pequena camada de brancos vivendo às custas da multidão dos escravos negros não podia terminar em boa coisa.

A Inconfidência se atrela, desta forma, a um longo passado de insatisfação e de revolta. Havia a tradição de conspirar, havia os motivos para a conspiração — a decadência econômica galopante — havia, pela primeira vez nas Minas, uma geração notável de intelectuais, adeptos das idéias de vanguarda do século XVIII. Sem dúvida, a Inconfidência pertence à conjuntura revolucionária da época, e se pautou em princípios revolucionários — tem-se dito que mais nos da revolução americana do que nos da francesa, mais na liberdade do que na igualdade. Era propósito dos inconfidentes romper com a metrópole, negar a condição colonial: isto, no século XVIII, vivendo em colônias, era altamente revolucionário. São indiscutivelmente revolucionárias as falas atribuídas a Tiradentes nas Devassas: que Minas era um país desgraçado, “porque

tirando-se dele tanto ouro e diamantes, nada lhe ficava, e tudo saía para fora, e os pobres filhos da América, sempre famintos e sem nada de seu”; que “este país de Minas era riquíssimo, mas tudo quanto produzia lhe levavam para fora, sem nele ficar coisa alguma”.

Eram portanto revolucionários os objetivos políticos da Inconfidência; não se pode afirmar com certeza que o fossem também os seus objetivos sociais. Primeiro, porque são confusas e algumas vezes conflitantes as informações que chegam até nós através das Devassas; mas, sobretudo, porque a maioria dos inconfidentes não cogitava abolir a escravidão: ora, numa colônia escravista, revolucionário seria declarar a independência e abolir a escravidão. Por



fim, ainda com base nas informações lacunares das Devassas, é duvidoso que o movimento tenha tido ampla participação popular. Alguns autores afirmam que todos, em Minas, sabiam da conspiração, e dela falavam pelas ruas e pelas estradas; o certo, entretanto, é que seus mentores intelectuais e dirigentes pertenciam à elite do dinheiro e das letras.

Na longa duração, mitologias à parte, a Inconfidência inaugurou o hábito, comum entre nossas elites, de hesitar ante as medidas drásticas no que diz respeito à sociedade como um todo, fingindo ou tentando não ver os nervos expostos. Mas foi também ela que indicou a possibilidade, ainda irrealizada, de virar o mundo de cabeça para baixo, mesmo sob o risco de perder a cabeça.

Caio C. Boschi
(PUC-MG)

Não obstante a total concordância com a premissa de que a compreensão da realidade histórica deve ser iniciada pela perfeita percepção do universo vocabular que lhe informa, a proposta de um debate que tem como objeto a explicitação conceitual de determinado evento histórico traz consigo dificuldades e obstáculos, seja pela fluidez significativa das palavras, seja pelo peso ideológico que estas inerentemente carregam, seja ainda pela imprescindível e precisa identificação do contexto em que os conceitos se fazem presentes.

Com efeito, mesmo a consulta a dicionários especializados nem sempre se apresenta esclarecedora e satisfatória. Todavia, cumpre-nos tentar esboçar, quando nada, alguns componentes das definições pretendidas. Nessa medida, ao buscarmos conceituar *revolução* deparamo-nos com um conceito que se transforma substantivamente ao longo do tempo. No sentido moderno, ele se refere à criação de uma nova ordem, com base em projeto político explícito, pressupondo ideário previamente elaborado e divulgado.

Não importa se a revolução se instaura pela violência; o essencial é que ela transforme ou substitua estruturas políticas,

sociais e econômicas até então vigentes. Seu contraponto é o *reformismo*, introduzido pelos socialistas como proposta para se atingir o poder, com vistas a melhorar tais estruturas, que são aceitas, mas que se mostram carentes de aperfeiçoamentos. A reforma repele a violência; o que nela se pretende não é a destruição e sim o reordenamento do sistema em vigor.

Diferentemente desses dois tipos de movimento coletivo, não obstante sua oposição ao poder dominante, a *insurreição* se distingue pelo seu imediatismo, vale dizer, pelo seu caráter sublevador, prescindindo do planejamento das ações, que se pautam pela violência e por limitada duração temporal.

Próximo desta categoria está o *complô*, forma essencialmente conspiratória contra o Estado ou contra o poder constituído, cuja origem é a intolerância diante de certo estado de coisas, e tanto se apresenta como embrião de movimento revolucionário, como pode ter fôlego curto e terminalidade em si mesmo, sem gerar rebeldia. Por isso, talvez seja o de conceituação mais imprecisa.

A par do enunciado que venhamos a adotar para conceituar determinado fenômeno histórico, a opção feita somente ganhará consistência e significado a partir tanto do quadro referencial e dos pressu-

postos teórico-metodológicos como da realidade histórica que tomarmos como preliminares para o estudo pretendido.

Mesmo tendo presentes essas ressalvas, nem sempre estamos isentos de perpetrar anacronismos históricos. Ao *classificar* conceitualmente um fenômeno nem sempre nos damos conta de eventuais inadequações no uso de terminologias. Assim, conceitos como, por exemplo, *revolução*, *rebel-dia*, *revolta* e *insurreição*, para adquirirem significado apropriado, não podem prescindir de evidências empíricas, isto é, de serem analisados à luz de suas expressões históricas concretas.

No que respeita ao movimento conspirativo em causa, a discussão sobre sua qualificação conceitual começa pela necessidade de pensá-lo historicamente, através do questionamento de algumas de suas ricas facetas. Esse é o objetivo das observações que se seguem, à guisa de mera contribuição para o debate.

Qualquer que seja o qualificativo que se atribua ao fenômeno em pauta, é preciso considerar, dentre esses aspectos, a sua datação, isto é, suas balizas cronológicas, questão que ganha maior relevância, se o propósito for o de entendê-lo como fato revolucionário. Se analisado como processo — condição inerente aos fatos verdadeiramente revolucionários — exige tratamento mais detido e não dispensa o estudo de sua extensão temporal. Decidindo-se por outra nomenclatura classificatória, o problema perde intensidade e importância.

Ora, no estudo de fatos históricos que têm a natureza acima referida, a fixação do momento inicial e embrionário é quase sempre questão controversa. O caso presente sugere não escapar à regra. É natural supor que o momento da florescência da idéia emancipacionista não seja o mesmo daquele em que se passou a desenvol-

ver a proposta do levante. Assim, poder-se-ia considerar que, enquanto para o primeiro seria impossível estabelecer datação, para o segundo a discussão circunscrever-se-ia a dois ou três eventos: os contatos de José Joaquim da Maia (por sinal, carioca) com Thomas Jefferson, na França; a pregação insurrecional do Tiradentes, já em curso pelo menos três anos antes de seus encontros com José Álvares Maciel, no Rio de Janeiro, em agosto de 1788; ou mesmo, considerar como marco estes encontros entre o engenheiro recém-chegado da Europa e o alferes de cavalaria.

A optar pelas duas primeiras alternativas, caberia indagar sobre os motivos para tão demorada definição entre o *idealizar* e o *planejar* a execução do movimento coletivo. Preferindo o último evento, fica a dúvida em se saber se o curto espaço de tempo entre as conversas de Tiradentes com Álvares Maciel e a derradeira reunião dos conjurados de que se tem notícia (fins de dezembro de 1788), ou a data da primeira denúncia ou, ainda, a das primeiras prisões não teria sido responsável por inúmeras indefinições na conjuração, particularmente no que respeita a questões de fundo, como a relacionada à manutenção da escravidão.

De toda forma, fica evidente que a marcha dos acontecimentos tem ritmos diferentes, quando se confrontam os dados dos avanços ocorridos até fins de 1788 com os dos idos do ano seguinte.

Enquanto na primeira fase, com todas as incongruências que se queiram apontar e a par de certa desarticulação do movimento, este procurara definir algumas diretrizes seja para a sua eclosão, seja para o dia seguinte à sua almejada vitória, da virada do ano em diante fica-nos a nitida sensação de refluxo, mesmo levando-se em conta que, a partir de então, os articuladores da conspiração aguardariam a data aprazada para a deflagração do plano: o dia da decre-

tação da Derrama, previsto para meados de fevereiro de 1789.

Posto que estamos privilegiando a cronologia e a periodização, o marco divisório seria a reunião — a última — havida na noite de 26 de dezembro, na casa do Tenente-Coronel Freire de Andrade, em Vila Rica. Naquela oportunidade, estabeleceram-se as diretrizes básicas para a eclosão do movimento, bem como pactuaram-se propostas para eventuais mudanças institucionais que se levariam a cabo, face à quebra dos laços de dependência para com a Metrópole. Todavia, também nesse ensejo, a nosso ver, a unidade do movimento se rompeu de modo inexorável.

Como justificar tal suposição? O nosso pressuposto é o de que, nos primeiros tempos, os atores políticos não tiveram condições para discernir que, a dividi-los em algum momento, aflorariam, no palco, pelo menos duas perspectivas antagônicas de conceber a emancipação política.

Por conseguinte, admitido o pressuposto como verdadeiro e esboçada cada uma das referidas formas, estaríamos subsidiados para melhor qualificar, conceitualmente, o fato histórico, agora bicentenário. Busquemos as evidências demonstrativas de nossa proposição.

Em primeiro lugar, cumpre considerar que, embora o espírito de insubmissão e rebeldia pareça ter permeado o setecentos mineiro, tal não significa que ele estivesse necessariamente associado à noção de violência. Para o fato em discussão, é flagrante a ausência de consenso sobre a prática

de atos de violência como decorrência da irrupção do movimento. Exemplo ilustrativo desse desacordo diz respeito ao destino a ser dado ao Governador da Capitania: decapitação ou remoção, junto com a família, para fora dos limites de Minas Gerais. No essencial, a questão não é de somenos: trata-se de optar no "levante", para usar linguagem da época, pela utilização de meios pacíficos ou violentos.

Em segundo lugar, a decisão tomada de não se escolher um chefe, "mas sim serem todos cabeças e um corpo unido", antes de ser atitude tática, na realidade procura descaracterizar a natureza do movimento. A nosso ver, a indeterminação

consciente da(s) liderança(s) permite questionar mesmo o efetivo espírito libertário e conspiratório dos proponentes dessa decisão grupal. Ainda mais quando se constata que a estratégia militar planejada era essencialmente defensiva, fato que se agrava, de um lado, pela previsão, pelos próprios conjurados, de um suposto conflito armado com duração prolongada (dois a três anos), de outro lado, pelo descrédito generalizado com que era tratado um dos potenciais chefes militares do movimento, o

Tenente-Coronel Freire de Andrade. Também esse aspecto controvertido, mas fundamental, não pode passar despercebido àqueles que procurarem conceituar e qualificar movimentos coletivos do gênero daquele de que ora nos ocupamos.

Discordâncias igualmente se registraram em relação à abrangência geográfica, ou seja, se o movimento circunscrever-se-ia à Capitania; se ampliar-se-ia, através de emissários e contatos pessoais, a outras



partes da colônia, especialmente às capitânicas vizinhas, de modo a permitir uma simultaneidade de ações, quando a conjura fosse deflagrada; ou, ainda, se buscar-se-ia a adesão daquelas outras regiões posteriormente ao esperado êxito do movimento. Claro está que a idéia de nação fica desde já descartada, por inaplicável àquele contexto colonial.

Da mesma foram, não pode deixar de ser relevado, como argumento, para a compreensão do esboroamento da conspiração, o fato de esta congregar, entre os seus participantes, indivíduos com variados (por vezes escusos) interesses, muitos dos quais colocavam suas razões pessoais acima dos propósitos coletivos. Nesse terreno, dos mais propícios à polêmica, não é incomum encontrar aqueles que certamente satisfar-se-iam com o desfecho do evento em rebelião, em complô, em revolta ou em insurreição, desde que seus intentos imediatistas fossem atendidos. Porém, nesse campo de desacordo, não há como negar que o ponto mais substantivo era o da clara divisão que separava os que viam no movimento o seu caráter essencial e exclusivamente político e, portanto, limitavam-se a defender a emancipação política como fim, dos que buscavam alteração mais profunda e abarcante, pela qual processar-se-iam transformações também nas estruturas sociais. Para esses, a libertação era início e instrumento para se alcançar a liberdade. Por isso, insista-se, nesse ponto se encontra a

discordância — e mesmo a contradição — mais fulcral, a cindir o movimento. É nela que se situa a questão da preservação da ordem escravocrata, com claras indicações de que o objetivo dos conjurados importava na inalterabilidade das relações de produção.

Outros aspectos mais poderiam ser lembrados como indicadores da, no mínimo, dicotômica forma de conceber a Conjuração Mineira, na perspectiva de seus agentes históricos. No entanto, urge encerrar. No balanço final das deliberações tomadas pelos referidos agentes, parece configurar-se, no evento em causa e a partir de sua perspectiva temporal, uma concepção reformista, na qual se buscavam mudanças de alcance limitado, vale dizer, não estruturais e pela qual, avanços e recuos se apresentavam devidamente calculados.

Nessa medida, em dado momento, a conspiração refluíu. Recuo estratégico e cautelar, que a vaga conspiratória se avolumara e ameaçava libertar-se do controle das elites. Por decorrência, antes de frustrar planos, a suspensão da derrama, a princípio, amoldava-se perfeitamente a eles. A abertura e especialmente os desdobramentos das devassas é que surpreendem sem que, entretanto e no substantivo, significassem o malogro do projeto reformista. O sete de setembro não tardaria a consagrá-lo.

ABOLIÇÃO

“À volta do Centenário da Abolição foi produzida numerosa bibliografia sobre escravismo e sobre a abolição, o que de um lado significou enriquecimento do conhecimento que dispúnhamos sobre esses temas, e de outro levantou uma série de questões. Em sua opinião nessa historiografia mais recente, quais os avanços, impasses e projeções que se pode reconhecer em termos de fontes, temas, teorias, métodos e novos problemas?”

Clóvis Moura

(Sociólogo, autor de *Rebeliões da senzala, O Negro: de bom escravo a mau cidadão?, Sociologia do Negro Brasileiro e Os quilombos e a rebelião Negra*)

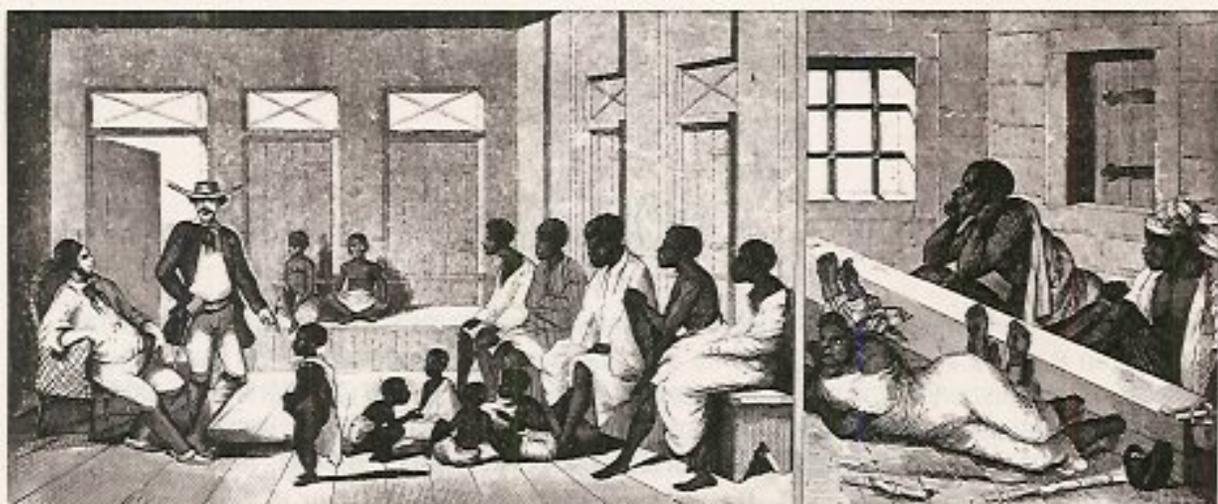
Terminado o ano que marcou a passagem do centenário de trabalho livre no Brasil, além das comemorações, festas, festivais, discursos oficiais e oficiosos, verbas de estímulo à pesquisa sobre a data e outras indefectíveis provas da nossa falta de imaginação cultural, cabe a necessidade de, não direi um balanço, mas de uma aproximação do que foi a produção cultural e política nesse período em que transcorreu o centenário.

Esperava-se uma grande ebulição, uma efervescência, uma curiosidade permanente e crítica quer da comunidade negra, quer de outras entidades ou instituições produtoras da cultura. No entanto, para nós, mais uma vez a intervenção oficial e burocrática arrefeceu quase todas as iniciativas independentes, somente circulando prestigiadas ou respaldadas institucionalmente aquelas produções que saíam via veículos governamentais, ou através das universidades. Esperava-se um fluxo de trabalhos e de pesquisas que não apenas pelo seu aspecto quantitativo, mas pela

sua posição epistemológica servisse como ferramenta de conhecimento e *práxis* social para maior e melhor conhecimento da situação social do negro brasileiro, e, a partir daí, se pudessem estabelecer propostas científicas de mudança dos seus diversos níveis de desajustes.

Tal não aconteceu, infelizmente. Podemos dizer que a esmagadora maioria dessa produção *comemorativa* colocou-se como se o negro fosse cobaia. Isto porque estabeleceu-se um pacto implícito segundo o qual as editoras somente publicariam as monocórdias dissertações de mestrado, ou a produção de alguns brasilianistas já conhecidos. O que se viu foi um tipo de produção privilegiado e unilateral. A grande produção de intelectuais negros ou independentes, os estudos feitos no corpo-a-corpo com a realidade vivida pelos seus protagonistas, tudo isso foi rejeitado por não haver passado pelo crivo linear do julgamento acadêmico.

No entanto, acreditamos que esse centenário deveria proporcionar no nível de divulgação e de dinâmica política o que os negros estão pensando sobre si mesmos,



a auto-análise que estão fazendo neste momento, o seu nível de consciência étnica e sua maneira de expressão, demonstrados através de poemas, contos, ensaios, pinturas, música e outras manifestações culturais, sem jamais aceitarem o geométrico e acadêmico da cultura dominante. Seria uma pletera criadora e de libertação para se poder fazer uma avaliação daquilo que o negro brasileiro está pensando e criando.

Isto não aconteceu. Para nós foi mais um marco comemorativo de uma data oficial. No próprio *Escravidão — Congresso Internacional*, realizado de 7 a 11 de junho, apesar do seu colossalismo quantitativo e do número de participantes, os negros ficaram nas suas franjas, ao ponto de um militante do *Movimento Negro Unificado* dizer que eles ocuparam apenas os *espaços consentidos*.

Não queremos dizer que tudo foi negativo. No aluvião dessa literatura feita para marcar créditos acadêmicos alguma coisa sobrou. Por exemplo, um trabalho modelar *Os Arturos — Negras raízes mineiras*, de autoria de Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Edimilson de Almeida Pereira, uma compacta monografia sobre essa comunidade negra, feita não como os antigos estudos de comunidades, mas com a

participação, a empatia e a paixão dos seus autores pelo tema. Outro trabalho que pode ser mencionado como uma contribuição acadêmica válida é *O Feitor Ausente*, de Lelia Menzan Algranti, onde o estudo do escravo urbano é realizado com capacidade de análise invulgar. Na linha de revisão epistemológica da nossa historiografia devemos salientar o livro de Luís Carlos Lopes *O Espelho e a Imagem*.

Uma entidade que contribuiu positivamente no âmbito do centenário foi, incontestavelmente, a *Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, de Recife. Não pela sua produção, mas pela iniciativa de reeditar livros raros, indispensáveis para quem estuda o negro brasileiro. Editou pela primeira vez *A Escravidão*, livro da juventude de Nabuco, assim como a *Campanha Abolicionista no Recife*, do mesmo autor. Reeditou também *A Agricultura Nacional e Propaganda Abolicionista e Democrática*, de André Rebouças. Reeditou os *Estudos Afro-brasileiros* e *Novos Estudos Afro-brasileiros*, que constituem os anais do 1º Congresso Afro-brasileiro realizado em 1935. Publicou a edição fac-similar do jornal *O Abolicionista*, dirigido por Nabuco, além de obras clássicas esgotadas como *O Negro Brasileiro*, de Artur Ramos e *Henrique Dias*, de João Antônio Gonçalves de Mello.

José Ramos Tinhorão contribuiu com um pequeno mas excelente livro, válido pelo nível da pesquisa que realizou em arquivos portugueses: *Os Sons dos Negros no Brasil*, obra que, apesar de seu pequeno volume abre novas perspectivas para se entender as origens e a função social de algumas músicas afro no contexto brasileiro.

Na poesia, no teatro e no romance quase nada. Os negros, apesar de todas as dificuldades, e sem nenhum recurso ou auxílio oficial, editaram os *Cadernos Negros*, realizaram mesas-redondas, debates internos, discussões sobre a participação política do negro e imprimiram diversos jornais alternativos de vida efêmera. Mas, infelizmente, neste centenário da Abolição a sua voz não foi ouvida suficientemente como

agente cultural, porque os espaços da cultura dominante ainda não lhe dão acústica. Foi mais uma promoção editorial dos brancos que venderam a mercadoria produzida — que era o negro — em embalagens de luxo, tipo exportação.

A produção cultural dos negros, boa ou má através dos critérios geométricos dos padrões acadêmicos continua nas gavetas, esperando por outro 13 de maio, quando ela virá a público sem o condicionamento de ser mercadoria ou objeto de estudo para satisfazer níveis de prestígio pessoal ou curricular. Essa produção silenciosa precisa vir à luz espontaneamente, com toda a força que possui para que a nação brasileira não continue sendo cultural, social e etnicamente uma nação inconclusa.

Maria Helena P. Toledo Machado

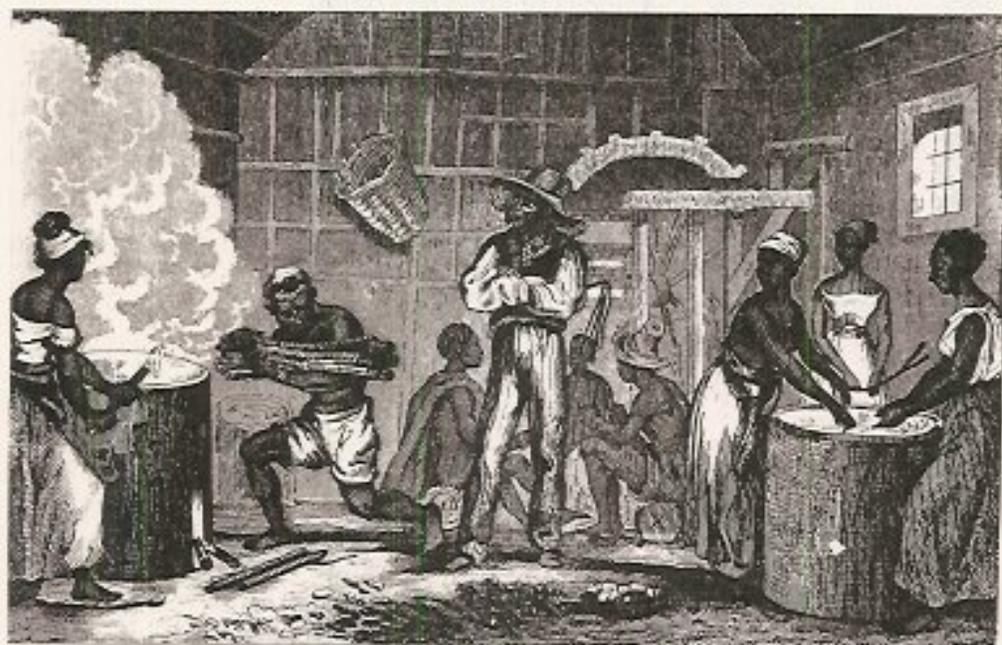
O Centenário da Abolição marcou um momento importante na historiografia brasileira pois colocou em relevo um tema central ao estudo da conformação da sociedade brasileira. Do ponto de vista acadêmico, o saldo foi extremamente positivo: surgiram numerosas publicações — entre monografias originais, reedições de clássicos, coletâneas de textos e números especiais de revistas — e foram realizados diversos congressos e simpósios de alto nível, com a participação dos mais importantes especialistas no assunto, nacionais e estrangeiros. Enfim, foi amplamente demonstrado que o estudo da escravidão representa uma das áreas mais dinâmicas e inovadoras da historiografia moderna.

Se à primeira vista, porém, a abundância dos temas tratados, o caráter regionalizado a que os novos estudos têm procurado se ater podem sugerir uma evolução um tanto fragmentada e desconectada a problemáticas gerais bem definidas, a reflexão mais rigorosa aponta que são nestas mesmas características que se localiza hoje o cerne de uma nova postura historiográfica frente ao problema histórico da escravidão. Não se busca aqui afirmar, como têm feito os mais pessimistas, que a historiografia da escravidão caminhe para a produção de uma história sem questões, perdida na especificidade dos fatos, tornando-se, assim, paulatinamente incapacitada de formular hipóteses pertinentes ao processo de formação da sociedade brasileira.

Trata-se de ressaltar que os esforços dos historiadores concentram-se, atual-

mente, na tarefa de produzir uma massa de conhecimentos básicos a respeito do papel desempenhado pela instituição escravista na construção da história brasileira, proporcionando a constituição de um panorama mais rico e variado do que dispúnhamos até a pouco, capaz de dar conta da diversidade da história da sociedade colonial e imperial. Se, é verdade que se pode

vos e libertos entre outros — buscam os historiadores resgatar tanto o dinamismo inerente à instituição escravista que comportou, ao longo do tempo, arranjos sociais e econômicos bastante diversificados, quanto o papel desempenhado pelo elemento escravo na conformação desta dinâmica histórica.



diagnosticar em alguns dos trabalhos recentes certa propensão para a radicalização das posturas acima apontadas, estes podem ser tomados muito mais como desvios do que tendência predominante.

Dentre a diversidade de problemas que têm sido abordados pelos historiadores, duas questões parecem adquirir maior relevo. Refiro-me, em primeiro lugar, ao aprofundamento da problemática da autonomia escrava, entendida esta do modo mais amplo possível. Abordando diferentes temas, através de pontos de vista distintos — tais como dinâmica populacional, organização familiar e social, estratégias de resistência passiva e ativa, possibilidades de integração social e econômica de escla-

Em segundo lugar, instigantes questões têm sido formuladas pelos estudiosos a partir da constatação da permanente presença, ao longo do período colonial e imperial, de formações escravistas que vicejaram fora do mundo da *plantation*. Comportando padrões econômicos e arranjos sociais diferentes daquele tido como modelo de sociedade escravista, o estudo destas formações sociais tem demonstrado o caráter complexo e multifacetado da estrutura produtiva e da organização social conformadores da história do Brasil. Assim, o enfoque analítico de amplos setores sociais como os dedicados à agricultura de subsistência, ao comércio das tropas etc, que comportavam apenas uma baixa concentração de

mão-de-obra cativa, tem renovado conceitos preestabelecidos sobre as etapas do desenvolvimento brasileiro.

À medida em que avançam as novas pesquisas, os recortes temáticos têm se tornado mais precisos, as metodologias aplicadas mais rigorosas e as questões historiográficas mais aprofundadas, a atestar uma real evolução dos estudos relativos à escravidão. Pergunto-me, porém, se progressos que vêm sendo obtidos não conduzem a um desafio ainda maior, pois coloca-se para o futuro a necessidade de se elaborar novas sínteses da história da sociedade escravista capazes de integrar a complexidade do processo histórico brasileiro.

REPÚBLICA

“Alguns cientistas políticos (brasileiros e brasilianistas) atribuem às Forças Armadas brasileiras a tendência a, em momentos de crise social ou política, intervir na cena política e a acreditar na legitimidade da intervenção militar no processo político. Os exemplos invocados por esses pesquisadores são conhecidos: a Proclamação da República *pela via de um golpe militar*, o caráter *dominantemente militar* da Revolução de 30, a derrubada do *Estado Novo* pelas Forças Armadas em 1945, para não falar de movimentações militares eminentemente conservadoras como os golpes de 1954 e 1964. Pergunta-se: essa suposta tendência explica, a seu ver, a deflagração do processo de derrubada da monarquia brasileira em 1889? Teria sido simplesmente uma *troca de guarda*, insuscetível de produzir ponderáveis efeitos concretos sobre os rumos do desenvolvimento da sociedade brasileira?”

Maria Yedda L. Linhares

(UFRJ)

É evidente a presença militar ao longo da história brasileira, sobretudo a partir da Guerra do Paraguai. Em dois momentos a intervenção dos militares se traduziu em efetiva tomada do poder: no início do período republicano e na década 1964-1974. Nos dois casos ela se deu através de uma mensagem (legitimadora?) que se proclamava capaz de regenerar e transformar (leia-se modernizar) o País. Nesses momentos, os militares (o conjunto das *forças armadas*) apareciam perante à *nação* (os partidos políticos e a sociedade civil) como portadores da doutrina de salvação: num dos casos, o primeiro, era o Progresso (a ciência e a técnica) o instrumento capaz de vencer o obscurantismo e o atraso da antiga ordem escravista, e, noutro, o mais recente, era a Ordem que deveria repor o País nos trilhos do capitalismo internacional, industrial e financeiramente equipado para vencer a suposta ameaça da desordem populista.

Em ambas as experiências de governo militar direto e assumido na sua plenitude,

os prognósticos falharam e a *vocação* salvacionista autoproclamada não se confirmou. Na instauração da República, o *país profundo* — dos fazendeiros de café, de cana, de algodão e de gado que detinham o efetivo monopólio da terra e do poder — não tardou a reorganizar suas forças e a reassumir o comando da nação que ele — *país profundo* — identificava, como seus porta-vozes, nos letrados, nos homens de Estado, nos burocratas. Nos nossos dias, mal decorridos dez anos da ditadura instalada em 1964, com eficaz domínio da máquina repressora do Estado e da sociedade nos seus segmentos dominantes (o sistema econômico-financeiro, político e intelectual), novamente se comprovava a incapacidade daquela corporação, dotada de um aparato ideológico insofismável e sediada no poder pela força, de se fazer estável e duradoura.

Mencionamos dois fracassos históricos retumbantes e bem conhecidos nas suas conseqüências, como também nos episódios que caracterizaram a *tomada do poder*, em 1889 e em 1964. De um lado, a República Velha que se esclerosou e submergiu (?) em 30; de outro, o regime militar que

degringolou a partir de 1974 (fatores internos múltiplos e externos) e desembocou na Nova República de muitas desesperanças. Não sabemos quando nem como esta irá submergir.

Quanto ao advento desses regimes ditatoriais, independentemente de suas múltiplas versões, o que parece evidente é o absurdo de atribuir à intervenção militar — com destaque maior ou menor de certas personalidades mais ou menos simpáticas, mais ou menos prepotentes, ora à direita ora à esquerda — a mudança do rumo da história, sem uma reflexão prévia sobre o que se entende por mudança. No caso específico da queda da Monarquia, o golpe de Estado contou, além dos civis conspiradores, com a participação de alguns generais de proa e daqueles militares *ilustrados*, ditos positivistas, frente a um país indiferente e totalmente desinformado. De fato, estamos diante da mudança de regime político que se dá num momento de transformação estrutural: a extinção do trabalho escravo. Trata-se, pois, de um fenômeno não muito simples, resultante de múltiplas causas que devem ser buscadas no regime político, no sistema econômico e suas alternativas face às novas circunstâncias em partes diversas do país, impostas pela nova realidade do mercado de trabalho, e, ainda, nas hierarquias sociais que se recompõem, na estreiteza da vida intelectual, nas características e nas dificuldades dos meios de comunicação e transportes. Não são, portanto, causas a serem descartadas sem uma cuidadosa investigação e um reexame de fontes e problemas.

Vista no seu conjunto, a sociedade brasileira não se alteraria com o advento da República no tocante ao exercício efetivo dos poderes locais — a terra, o trabalho, a apropriação das riquezas e dos benefícios do progresso — razão pela qual foi curto o interregno militar que antecedeu o primeiro quadriênio civil propriamente dito.

Na realidade, a República reforçou a tendência federalista nas suas práticas mais espúrias — o coronelismo e a política dos governadores, de caráter oligárquico — sendo nesse sentido mais privatista e menos republicana do que o Império centralista e unitário. No entanto, nas suas linhas gerais, a República consolidou o Estado, embora sem alargar as bases da nação e sem se democratizar.

Respondendo à pergunta formulada: a intervenção militar é um fato, explicável pelas circunstâncias históricas de um país gerado no bojo do colonialismo moderno, embora tal fato não revolucione a sociedade nem explique a mudança. Objetivamente, ele só se explica quando analisado no conjunto dos fatores estruturais determinantes da sociedade brasileira. No fundo, buscamos cortes e rupturas mas nos defrontamos com continuidades e resistências profundas à mudança (o peso considerável das mentalidades coletivas) numa sociedade forjada no escravismo, no império do privado sobre o público, na preeminência do mandonismo, dos privilégios de uma minoria de letrados e de proprietários.



Em suma, não vemos ruptura em 1889, dentro da concepção de uma história econômica e social no seu sentido mais profundo.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1989

Décio Saes

(IFCH-UNICAMP)

O movimento militar de 15 de novembro de 1889 apresenta, certamente, similitudes formais com movimentos militares posteriores. De um lado, é movimento conduzido basicamente pela oficialidade média do Exército; nesse terreno específico, aproxima-se formalmente dos movimentos tenentistas da década de 20 (revoltas de 1922 e 1924). De outro lado, assume predominantemente a forma clássica do golpe de Estado, o que autoriza certos analistas políticos a reuni-lo, dentro de uma mesma categoria de fenômenos, com golpes militares como os de 1954 e de 1964.

A constatação de tais similitudes não pode, entretanto, servir como caução para a aplicação, na análise do processo de derubada da monarquia no Brasil, de teses sociológicas gerais sobre a natureza e a função das intervenções militares no Brasil pós-colonial. Mais claramente: o movimento militar de 15 de novembro de 1889 não deve ser encarado como o momento inaugural de um ciclo histórico de intervenções militares, induzidas basicamente pela fraqueza crônica da *sociedade civil* no Brasil; e nem mesmo como a manifestação inicial de uma tendência persistente da classe média brasileira, heterogênea e desorganizada, a intervir na cena política por intermédio de um grupo altamente coeso e organizado (os militares).

A principal objeção que se pode fazer a tais generalizações é a seguinte: elas se baseiam na omissão das diferenças existentes entre o Estado imperial, objeto da ação militar antimonárquica do 15 de novembro, e o Estado republicano, sob o qual irromperam inúmeros e variados movimentos militares (revoltas tenentistas de 1922 e 1924, Revolução de 1930, golpe militar de

1937 etc). São diferentes a natureza de classe, a estrutura e a função de ambos os Estados. O Estado imperial é um Estado escravista moderno; o Estado republicano já é um Estado predominantemente burguês.

Um dos aspectos dessa diferença radical existente entre os dois Estados diz respeito às Forças Armadas; em cada um destes Estados configuram-se um modo específico de organização das Forças Armadas e um modo específico de relacionamento destas com as classes dominantes. No Estado (escravista) imperial, a oficialidade das forças armadas é recrutada segundo critérios abertamente classistas e particularistas (interdição do recrutamento de escravos), o que inviabiliza a burocratização e a profissionalização integrais do corpo militar bem como o coloca numa situação instável e de estrita dependência com relação aos designios concretos das classes dominantes (escravistas). No Estado (burguês) republicano, o recrutamento de oficiais das Forças Armadas (assim como o de funcionários civis) deixa de obedecer a critérios abertamente classistas e particularistas; e a consagração oficial do princípio puro da competência individual permitirá o desenvolvimento gradativo — através de sucessivas reformas — da burocratização e da profissionalização no seio das Forças Armadas.

Esta distinção nos permite entender que a intervenção militar de 15 de novembro de 1889 é *impar* na História do Brasil. Lutando para se constituir como corporação profissional, o grupo militar esbarra, desde pelo menos a Guerra do Paraguai, em tudo aquilo que impede a formação, no Brasil, de uma burocracia estatal de tipo burguês moderno, supostamente organizada segundo o critério da competência individual e desembaraçada das discriminações de classe. A vigência social do trabalho forçado (escravidão) impede que o Estado pratique um recrutamento burocrático de

tipo *universalista* e, ainda por cima, induz a degradação social da burocracia, civil ou militar (como poderia um militar do Império exibir socialmente sua *competência* bélica, se certos homens — os escravos — não podiam, mesmo quando reconhecidamente dotados de qualidades militares, submeter-se a processos de aferição de competência cabíveis nesse terreno?). Quanto à *Monarquia* (entendida aqui não no sentido estrito de um modo particular de investidura do chefe de Estado, e sim, como um modo pré-burguês moderno de organização do aparelho de Estado), ela não só garante pela força a sobrevivência da escravidão, como também obstaculiza a profissionalização integral e a reabilitação social das Forças Armadas.

Chocando-se, por razões de ordem corporativa, com a Escravidão e a Monarquia, o grupo militar tornar-se-á abolicionista e republicano; vale dizer, converter-se-á em força revolucionária. Não desempenhará sozinho essas duas tarefas históricas; reunir-se-á a massa escrava e a parte da classe média numa frente política que promoverá não só a extinção do trabalho escravo

como também a transformação capitalista (implantação de um direito igualizador, organização de uma burocracia fundada formalmente no critério da competência) do Estado brasileiro. E é justamente o caráter revolucionário da ação militar antimonárquica que explica o *assentimento popular* — *maliciosamente interpretado pela historiografia conservadora como indiferença* — ao movimento militar de 15 de novembro de 1889.

Está, assim, evidenciada a especificidade da intervenção militar do 15 de novembro: somente nesta quadra histórica o grupo militar terá desempenhado um papel efetivamente revolucionário, contribuindo para a instauração das condições jurídicas, políticas e ideológicas indispensáveis à implantação do capitalismo no país. As quadras históricas seguintes lhe reservarão outros papéis: um papel reformista (revoltas tenentistas de 1922 e 1924, revolução de 1930), um papel progressista (redemocratização de 1945) e, finalmente, um papel declaradamente reacionário (golpes militares de 1954 e 1964).

José Ênio Casalecchi

(UNESP-Araraquara)

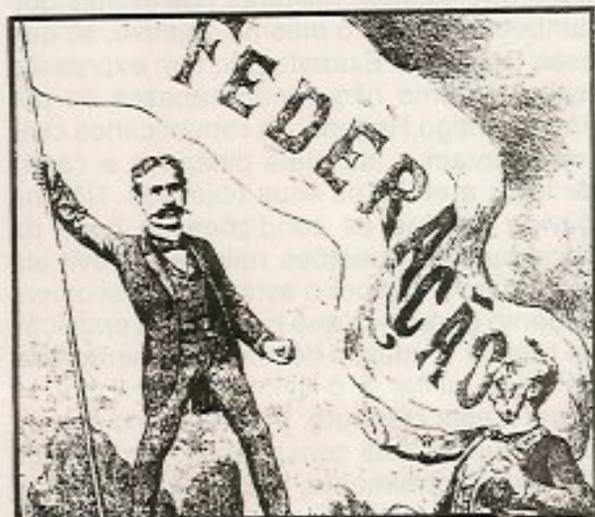
Em depoimento ao Imperador, o Visconde de Ouro Preto, que liderou o último gabinete da Monarquia, chamava a atenção para a *elasticidade* do governo para empreender “com ousadia e firmeza largas reformas, na ordem política, social e econômica”. Procurava superar o quadro agudo da crise política e ponderava ao monarca sobre a “premência das reformas sob pena de tornarem-se improficuas”. Depunha ao final: “o que hoje bastará, amanhã talvez seja pouco”. A verdade é que a elasticidade

do Estado Monárquico estava reduzida a quase nada. Este mesmo Estado, que acomodara quase todos os interesses da economia e da política na perspectiva das elites e responsabilizara-se por um surto de progresso material, não dava conta, a partir da década de 1870, das acentuadas mudanças que lhe impunha a nova dinâmica social. Quando mais se faziam necessárias medidas transformadoras por parte do Estado, mais se retraía a monarquia. Temia por sua estabilidade e era incapaz de reformas arrojadas. A expansão do mercado interno e da vida urbana, a presença de novos empresários rurais modernizando os latifúndios, a ação do trabalho livre imigrante pressionam por mudanças da política monárquica. O qua-

dro partidário, a partir de 1870, reflete, nos diferentes programas, as tensões intra-elites. Pretendiam reformas "dentro do regime". O republicanismo alastrou-se na ausência de respostas convincentes às propostas de mudanças.

De São Paulo provinham as pressões mais fortes na busca de soluções para as transformações sócio-econômicas por que passava a Província. A verdade é que o regime vinha se deteriorando com intensidade e não conseguia acudir ao conjunto de crises, de natureza vária: à crise política de 1868, somava-se a econômica de 75, a seca de 1877-80, a permanente fragilidade dos ministérios, as dificuldades em modernizar o sistema eleitoral e os impasses na solução da questão servil. O vazio do poder configurava-se no impedimento de ações contínuas e de longo prazo por parte da monarquia.

As forças de oposição à monarquia articuladas pelo republicanismo manifestavam-se, a partir de 1870, com maior intensidade, até o 15 de novembro de 1889. Arregimentadas em torno de uma elite da *burguesia agrária*, na exata defesa de seus interesses, pediam a descentralização política e o fim do regime.



Descompromissadas de criar condições para a participação política do povo, essas elites civis republicanas acabaram por comprometer-se com a oficialidade do exército (elite militar) para a derrubada do poder. Podiam contar com o descontentamento comum para com o regime e conheciam o peso da corporação militar para medidas eficazes na derrubada do poder.

O republicanismo, ao ser um movimento civil e de defesa de interesses, bens circunscritos de uma elite econômica, aceitou a elite militar como uma companheira de percurso, ela também ressentida com a ordem imperial.

Quem acompanhar nos bastidores as ações dos republicanos históricos, antes e depois do golpe militar, não terá dúvida do caráter civil dessa trama e do sentido que pretendiam dar à presença militar. A crise entre civis e militares é da primeira hora do republicanismo, aberta pelas possibilidades (remotas em nosso entender) de continuidade prolongada dos militares.

Escapava aos militares, braço armado do golpe, a fragilidade de suas posições. Quais as alianças possíveis em caso de confronto? Na tropa? Nas camadas populares? Nada disso parecia possível dada a natureza elitista do movimento. Não consistiu em frase descuidada a afirmação de Aristides Lobo, referindo-se à Proclamação da República, dizendo que "o povo assistira àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava".

A fragilidade dos militares encontrava-se menos na incompatibilidade entre as virtudes exigidas para o exercício do poder político e a formação castrense, mas no fato de serem um *sócio menor* nessa composição de forças que derrotou a monarquia. Apesar do golpe militar, a República foi resultado de uma ação diuturna dos civis,

dos republicanos históricos civis e atendeu, sem dúvida, aos seus interesses. Nesse sentido, mesmo que se acuse o seu caráter oligárquico e excludente, o novo regime acabou por favorecer mudanças substanciais (efeitos concretos sobre os rumos do desenvolvimento da sociedade brasileira). Entre elas o presidencialismo, o federalismo e a ampliação do regime representativo.

No curto interregno militar do início da República, o Florianismo é que se destacou. Os *generais civis* paulistas, como também foram chamados os republicanos históricos da Província, articulam-se imediatamente no apoio a Floriano aceitando-o como *sacrifício menor*. A ação consistia em apoiar para influir decisivamente no pro-

cesso sucessório. Foi o que acabou por acontecer com a candidatura de Prudente de Moraes, inviabilizando o continuísmo militar.

Descartando-se do povo já na campanha, o movimento republicano articulou-se com a oficialidade do exército para a tomada do poder, mas só para ela. Ao ímpeto continuísta da caserna opõem-se as novas oligarquias. Com decidido peso regional apesam (e são apesadas) pelo Estado na defesa dos seus interesses de modernização. Ampliavam-se com o novo regime as condições para o desenvolvimento material, para o progresso. Mais uma etapa, dadas as características das forças presentes na passagem da monarquia para a república, de *modernização conservadora*.

Edgard Carone

(USP)

A questão levantada pelo colega Décio Saes é aparentemente linear, mas, na verdade, a resposta é ampla e merece tratamento diferenciado para os exemplos levantados. Em tese podemos dizer que em 1889, 1930, 1937, 1945 e 1964 tivemos intervenções militares no quadro político brasileiro, porém, o nível e o sentido desta participação variam segundo o tempo e a evolução da sociedade brasileira. A comparação entre 1889 e 1964 é bastante diversa e nos levaria a equívocos históricos perigosos.

De qualquer maneira há a participação militar nestes episódios. No entanto, é preciso avaliar qual o seu papel nestes acontecimentos. Fiquemos em 1889. Não vamos detalhar o que é a sociedade brasileira na ocasião, nem a maior complexidade social que acontece com o tempo. O importante é que há movimento social e político

fermentando, cuja expressão maior se reflete nas classes dominantes que chamo de oligarqua-burguesa. Facções suas é que lideram as reivindicações que, de maneira ampla, podemos resumir na palavra *República*. Desde 1870 que nas Províncias e na Capital Federal renasce, com o Manifesto Republicano, a idéia de mudança do regime político, movimento este que tem à sua frente, paulistas, fluminenses etc. É verdade que existem militares positivistas que também desejam o mesmo objetivo, só que essa facção do Exército não tem expressão maior. Mesmo não sendo capazes de pôr fim ao Antigo Regime, os republicanos civis representam a ala mais dinâmica e capaz de levar a efeito os seus objetivos. Não há dúvida de que as condições da crise da sociedade — questões religiosas, servil etc — ajudam a crescer o estado de descontentamento geral — o que beneficia a oposição ao regime — mas, o desencadeamento final da crise militar é o último rastilho que se soma a este cômputo. Porém, como entram os militares nesta conspiração? Em grande parte ocasionalmente, circunstancialmente,

quando o Marechal Deodoro da Fonseca, na véspera do 15 de Novembro, aceita ficar ao lado de seus *inimigos jurados*, que são os republicanos. Estes é que, numa manobra tática flexível e genial, se beneficiam deste apoio, pois, os militares, que representam força armada de caráter nacional são ingredientes necessários para desencadear o movimento e garanti-lo, no futuro. O que Campos Salles ou Quintino Bocayuva etc fazem, é abandonar os pruridos moralistas e classistas da oligarquia, e reunir, em torno de seu objetivo — queda da Monarquia — todas as forças possíveis. Pouco importa o caráter de classe da oficialidade do Exército — de baixa origem social — mas sim o que representa de garantia para o golpe a ser dado no Império e no que viria após. Considero os acontecimentos que antecedem o 15 de Novembro — ida de Campos Salles ao Rio de Janeiro, os contactos com a oficialidade do Exército, a determinação em proclamar a República etc — o instante mais importante do processo, processo este que atinge os seus objetivos porque a decisão oportunista — no bom sentido — de se utilizar todos os fatores que se somam neste momento é ato tático fundamental, o que mostra a capacidade da liderança oligárquica em manobrar pragmaticamente, segundo as circunstâncias, quando pretende atingir o seu objetivo.

Conquistado o poder, no entanto, seria impossível afastar os militares, pois, não só eles começam a se enquistar nos cargos — governadores, secretarias, legislativo etc — como continuam a ser necessários ao novo regime, que, aparentemente, tudo fazia crer instável. A tolerância de São Paulo com o Marechal Deodoro da Fonseca, no entanto, se esgota, por circunstâncias várias, e logo depois os paulistas apóiam o Marechal Floriano Peixoto. O governo bandeirante e a sua bancada na Câmara Federal — falo em São Paulo por ser ele o mais importante e o mais aguerrido no seu objetivo — dão força a Floriano na sua luta contra a anarquia da guerra civil —

na Marinha, no Rio Grande do Sul etc — mas, o rompimento entre ambos se dá quando as forças civis dão um *basto* aos jacobinos e militares, ao apresentarem a candidatura de um *civil* e paulista, Prudente de Moraes, em 1894. Com o atentado do Marechal Bittencourt, em novembro de 1897, as oligarquias afastam, de uma vez, os militares de sua pretensão em continuar a participar dos poderes legislativo e executivo.

Como poderíamos analisar brevemente este *interregno*? 1) a liderança do movimento republicano cabe a facções dominantes da classe oligarca-burguesa; 2) diante da crise da década de 1880, principalmente no ano de 1889, estas forças cooptam os militares descontentes, que se queixam de sua situação institucional e de classe; 3) esta aceitação ou cooptação não representa aliança e nem acordo de igual com igual, mas, um acaso tático circunstancial; 4) com a Proclamação da República, forças civis e militares lutam pelo poder, em algumas circunstâncias se unem, em outras, se degladeiam entre si; 5) a luta se trava em torno de posições de mando — executivo, legislativo — e nem militares ou civis põem em xeque o sistema existente; 6) a tolerância dos civis com os militares é devido ao perigo da guerra civil e a aparente possibilidade de um retorno à Monarquia; 7) em nenhum momento as forças oligárquicas pensam em compartilhar o poder com outras forças, mas, realisticamente, elas sabem até onde seria preciso suportar a presença e a ambição dos militares.

Por estas razões a participação dos militares no processo de 1889 tem que ser vista nestes limites, não havendo, da parte deles, nesta hora, papel primordial na elaboração do novo sistema. Elas são força auxiliar, não força substantiva, como são as oligarquias dos Estados.

FORÇAS ARMADAS E REPÚBLICA

Jacob Gorender

A pergunta comporta, a meu ver, duas questões distintas, embora interligadas. A primeira seria a da intervenção reiterada das Forças Armadas em eventos importantes da História nacional. A outra questão, a da proclamação da República, em cujo processo se deu uma daquelas intervenções do Exército, a primeira, aliás, dentre as de maior significação.

Limito-me a assinalar, neste breve espaço, que foi, precisamente, no processo de decadência da instituição monárquica que começou a se formar na oficialidade militar (no caso, a oficialidade do Exército) a idéia da missão tutelar da sociedade brasileira. Coeso e institucionalmente fortalecido pela Guerra do Paraguai, o Exército será movido por esta idéia para vir a se converter na organização executiva da derrubada da Monarquia.

Em seguida, o primeiro governo republicano pós-Constituinte (o governo de Deodoro e de Floriano) assumirá o caráter de um quadriênio militarizado, em grande parte devido à revolta regressista da Marinha. Mas, ainda assim, não tivemos um governo militar ou um regime militar. Em conformidade com a Constituição, Floriano transmitiu a Presidência da República ao seu sucessor legítimo Prudente de Moraes.

Apesar das numerosas intervenções das Forças Armadas ou de frações delas nos eventos políticos, sobretudo a partir da década de 20 deste século, o Brasil só tardiamente veio a conhecer o domínio de um regime militar, se compararmos sua história com a de quase todos os demais países da América Latina. Foi o golpe de 1964 que inaugurou, em nosso País, um regime militar, que perdurou até 1985. Com um autoritarismo de variada intensidade, tal regime chegou, no Governo Médici, às bordas do totalitarismo.

Seria demasiado simples reduzir o processo de proclamação da República ao gesto de Deodoro na manhã de 15 de

novembro de 1889. O movimento republicano vinha atuando desde cerca de 30 anos e havia conquistado a parte mais intelectualizada da oficialidade militar. Sem descer a uma exame particularizado, o advento da República deve ser visto, segundo penso, como seqüência da Abolição da Escravatura.

A Abolição teve o caráter revolucionário básico, pois apressou a substituição da formação escravista colonial, dominante há três séculos e meio, pela formação burguesa. Com a Abolição, o trabalho se tornou livre em sua plenitude jurídica e, com isto, ficou desimpedido o caminho para a formação (que levará decênios) de um mercado capitalista de trabalho assalariado e para a disseminação das relações capitalistas de produção.

A Monarquia sobreviveu momentaneamente à Abolição. Porém sua ligação visceral com a escravidão, uma vez desaparecida esta, dificilmente lhe permitiria sobrevivência duradoura. Perdida a base sócio-econômica em que tradicionalmente se sustentou, a Monarquia ficou pairando no ar. Seu arcabouço esclerosado refletia uma correlação de forças inter-regional já ultrapassada (em especial, sob o aspecto da preeminência econômica de São Paulo, sub-representando na cúpula política do Império). A organização institucional do Estado, que tinha D. Pedro II no topo da hierarquia, não se mostrou capaz de mudanças adaptativas tempestivas. Sua esclerose já evidenciava um grau muito adiantado e lhe impediu sequer a percepção da corrosão fatal da sustentação política.

Ao adotar o sistema federativo, a República não efetuou uma imitação servil do modelo norte-americano, mas adequou a organização do Estado à nova realidade pós-escravista. O mesmo se deve dizer com relação à separação entre Igreja e Estado (eliminando o vetusto regime do padroado monárquico), à chamada grande naturalização, à nova lei das sociedades anônimas e a outras medidas da Constituinte republicana e dos primeiros governantes pós-1889.



NOTICIÁRIO

A criação do CMU em 11 de julho de 1985 faz-se integrado a exitosa experiência da UNICAMP com os Núcleos e Centros Interdisciplinares de Pesquisa, hoje em processo final de institucionalização.

O nosso crescimento em produção científica e serviços, nestes quatro anos, justifica que no primeiro número da revista *Resgate*, demos ligeiro informe sobre a estrutura e funcionamento do CMU, o que é feito distinguindo-se os diversos setores que o constituem.

ARQUIVO HISTÓRICO

Criado para organizar, guardar e possibilitar a consulta nos fundos documentais pertencentes ao Centro de Memória, o Arquivo Histórico está aberto aos interessados desde o mês de abril de 1987, quando da contratação dos historiógrafos especializados em arquivística: Fernando Antonio Abrahão e Cássia Denise Gonçalves.

Estão sob nossa guarda fundos e coleções importantes e valiosos para o estudo da História Econômica, Política, Social e Cultural de Campinas e região. Apesar de parcialmente organizados, oferecemos condições de pesquisa na maioria desses fundos.

Essa foi a primeira fase do projeto do CMU voltado para o resgate da história regional, que consideramos quase concluída. Já iniciamos a segunda fase que documenta a história do interior do estado de São Paulo.

Possuímos fundos e coleções públicos e privados (institucionais e pessoais) de grande interesse histórico, sociológico, antropológico, econômico, cultural e político, onde se encontram documentos que registram a evolução da região campineira, desde o ciclo da cana-de-açúcar até os dias atuais, passando pelo café e industrialização e documentando eventos e movimentos como a Abolição, República, Estado Novo etc, além de rico acervo sobre escravidão e imigração.

Composto de oito fundos e 13 coleções, o Arquivo Histórico está em vias de receber alguns outros de grande importância, como por exemplo: "Fundo Santa Casa de Misericórdia de Campinas", "Fundo Sociedade Beneficente Salles Oliveira" e "Fundo Companhia Paulista de Força e Luz".

O Arquivo Histórico está aberto de segunda a sexta, das 9:00 às 17:00 h, funcionando no prédio do antigo curso básico, oferecendo boas condições de pesquisa, leitura de microfilmes etc.

A partir de 1989 passou a editar um Boletim semestral de circulação nacional.

BIBLIOTECA

A biblioteca do Centro de Memória é geral, mas especialmente voltada para Ciências Humanas, Economia, História, Literatura e Artes. Algumas áreas destacam-se no acervo, como América Latina, História Oral, Arquivologia. A parte de História Regional é a maior que existe em Campinas.

A seção de Textos & Teses está reunindo um banco de dissertações de mestrados e teses de doutorado, comunicações a congressos e textos diversos, não publicados, no que se inclui uma coleção de trabalhos inéditos de história local, das mais completas que há sobre o interior do estado de São Paulo, referente às cidades de: Adamantina, Águas de Lindóia, Altinópolis, Angatuba, Bálamo, Bariri, Barra Bonita, Caçapava, Campinas, Campo Limpo Paulista, Cosmópolis, Cotia, Cruzeiro, Descalvado, Dois Córregos, Fernandópolis, Franca, Guaira, Guaratinguetá, Itapetininga, Itapira, Itararé, Itirapina, Jundiá, Laranjal Paulista, Lutécia, Miracatú, Mogi das Cruzes, Monbuca, Orlândia, Osvaldo Cruz, Peruibe, Piedade, Pindamonhangaba, Pompéia, Praia Grande, Presidente Venceslau, Ribeirão Bonito, Ribeirão Preto, Rio Branco, Salto Grande, Santos, São Bento do Sapucaí, São Carlos, São Carlos do Pinhal, São Joaquim, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Luiz do Paraitinga, São Vicente, Sorocaba, Taciba, Tapiraí, Tatuí, Teodoro Sampaio, Tremembé, Valinhos, Votuporanga.

Conta também com material já impresso na forma de livros ou folhetos sobre as cidades de Americana, Amparo, Araraquara, Araras, Barretos, Bauru, Bertiooga, Botucatu, Bragança Paulista, Campos do Jordão, Cananéia, Casa Branca, Guarujá, Indaiatuba, Iporanga, Itu, Limeira, Marília, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Monte Alto, Olímpia, Panorama, Paulínia, Piracicaba, Ribeira do Iguape, Rio Claro, Rio Preto, Salto, Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Manoel, Souza, Sumaré, Tapiratiba e Taubaté.

Nossa Biblioteca conta com o maior e mais completo acervo reunido até hoje sobre Campinas, composto de livros raros, almanaques de Campinas e de algumas cidades da região, uma hemeroteca com mais de 100 mil recortes sobre Campinas, exemplares de periódicos raros, livros e periódicos sobre a história do cinema, sobre escravidão e república e outras preciosidades. A parte de iconografia é das mais ricas que se conhece sobre a cidade, possuindo exemplares que devem ser únicos.

Este acervo foi composto principalmente de doações, dentre estas merecem destaque especial as doações recebidas do Sr. João Falchi Trinca, Geraldo Sesso Jr., Dina Lisboa e das seguintes instituições: Associação Comercial Industrial — ACIC, Editora da Universidade de Brasília — UnB, Câmara dos Deputados — DF, Arquivo Municipal de São Paulo, Xerox do Brasil, Casa de Rui Barbosa, Banco do Brasil e outras.

LABORATÓRIO DE RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS GRÁFICOS

O Laboratório de Restauração de Documentos Gráficos — LABRE — setor até então inexistente na UNICAMP e do qual a Universidade é bastante carente, uma vez que possui inúmeros e valiosos acervos em arquivos e bibliotecas, com exemplares reclamando restauração há algum tempo, é um dos poucos que o país possui, sendo o único localizado em uma cidade do interior.

Vai responder não apenas aos trabalhos do CMU, mas de toda a UNICAMP, podendo na medida de sua disponibilidade atender serviços da comunidade. Já dispõe do aparelhamento necessário financiado pela FAPESP e pelo FAP — Fundo de apoio à Pesquisa da UNICAMP, mas se encontra sem restauradora desde abril de 1988.

LABORATÓRIO DE ICONOGRAFIA

O Laboratório de Iconografia, em fase de implantação sob a responsabilidade do Prof. Ermelindo Tadeu Giglio, tem como objetivos:

- Preservação — Implantar procedimentos que possibilitem reunir e recuperar todos os documentos iconográficos que contribuam para a reconstituição da história regional.
- Produção — Ser um espaço produtor de recursos e fontes para a memória coletiva regional, estando presente enquanto realizador de documentos nos processos sociais tidos como relevantes pela comunidade regional.
- Extensão — Ser um espaço gerador de práticas no coletivo que proporcionem um novo olhar cultural sobre nossa história.

Dentro de uma concepção de trabalho integrado e interagindo com o Centro de Comunicação, com o Depto. de Multimeios do Instituto de Artes e com os demais setores da Universidade, o Laboratório de Iconografia pretende desenvolver seus objetivos, segundo a metodologia prevista, através das seguintes atividades:

- Pesquisa — Mapeamento de documentos e acervos iconográficos de valor histórico, artístico e cultural referentes à região de Campinas.
- Documentação — Registrar a cena urbana e rural da região de Campinas e os processos sociais tidos como relevantes pela comunidade regional.
- Multiplicação e Difusão — A multiplicação do conteúdo das fontes é tarefa essencial para a democratização das informações. A difusão desses conteúdos é, por outro lado, fundamental para a fixação da memória cultural.
- Apoio e Coordenação — Promover, apoiar e coordenar atividades que envolvam a utilização de recursos visuais (iconográficos) nos trabalhos de investigação. Esta atividade necessita de uma estreita colaboração com as diversas instâncias científicas da Universidade.
- Sistematização — Segundo critérios e métodos de informatização, processar as informações contidas no acervo iconográfico, visando a constituição de um banco de dados da memória visual local.

Reprodução — Enquanto um dos procedimentos para a preservação de documentos iconográficos realizar sistematicamente a reprodução dos documentos incorporados ao nosso acervo ou importantes para a recuperação da história de Campinas e região.

O Laboratório de Iconografia que está estruturado em quatro setores — técnico, produção, extensão e divulgação/difusão — terá também um comitê de audiovisual para assegurar as funções de avaliação científica e técnica de projetos, para estabelecer prioridades segundo as necessidades e condições de produção e realização existentes, para acompanhamento dos projetos, das produções e das atividades de difusão em curso.

NÚCLEO DE ESTUDOS REGIONAIS

Está integrado ao Centro de Memória o NÚCLEO DE ESTUDOS REGIONAIS, criado pela portaria GR 348/85 (Antigo Grupo de Estudos de História Regional que data de 09 de novembro de 1984), do qual fazem parte historiadores, sociólogos, economistas, antropólogos, cientistas da política, artistas, arquitetos, demógrafos, jornalistas e arquivistas da UNICAMP, USP, UNESP, PUCCAMP e PUC-São Paulo, além de outras instituições, cujos projetos de pesquisa em andamento, abordam a problemática histórica de Campinas e do "Oeste Paulista", em diferentes áreas do conhecimento.

O NER estruturou-se dentro de determinados princípios que lhe são inerentes e foram postos em prática desde o seu primeiro momento:

- 1) Deselitizar o processo de conhecimento que comumente pratica-se na Pós-Graduação da Universidade Brasileira;
- 2) Superar o distanciamento entre alunos e professores dos cursos de Graduação e Pós-Graduação;
- 3) Vencer a compartimentação intramuros da Universidade, através da integração de interesses de fora, vinculados ou não a instituições públicas e privadas e, finalmente
- 4) Capitalizar e socializar o concurso pluridisciplinar nos seus trabalhos.

Constituindo por assim dizer a massa crítica do CMU, o Núcleo mantém um programa de seminários interdisciplinares e publicações, além de promover e acompanhar projetos individuais e integrados de pesquisa.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL

Com o Laboratório de História Oral, o CMU criou um espaço de estudo, pesquisa, produção e conservação de fontes históricas orais. Sua implantação iniciou-se em 86 e, no ano seguinte sua infra-estrutura básica já estava instalada. O equipamento existente hoje no Laboratório permite o atendimento de grande número de pesquisadores da Universidade que se utilizam de entrevistas e/ou depoimentos orais em suas pesquisas. Para isto, o Laboratório de História Oral conta com gravadores, fitas, microfones etc, à disposição dos pesquisadores, além de uma orientação básica para o melhor encaminhamento das gravações.

Nosso objetivo principal é criar um acervo de fontes históricas orais para futuras pesquisas.

Inicialmente, estão em desenvolvimento os seguintes programas de trabalho:

01 — *NEGRO: Memória, experiência e cidadania*

Dividido em três sub-programas: Negros Idosos, Cultura Negra e Organizações Negras, tendo iniciado com o depoimento do cantor e compositor Nei Braz Lopes, tem por objetivo resgatar através de depoimentos orais a memória de velhos, militantes e artistas da comunidade negra.

02 — *Cultura Brasileira Contemporânea*

Este programa encontra-se em fase de elaboração de projeto. Procurar-se-á enfatizar basicamente os movimentos culturais das décadas de 60 e 70, como Bossa Nova, Jovem Guarda, Cinema Novo, Tropicália etc.

03 — *Historiadores de Campinas*

Este projeto visa a produção de depoimentos orais dos chamados "Cronistas históricos" da cidade de Campinas. Este programa se insere na preocupação mais ampla da preservação da memória de Campinas e região. Foi iniciado com uma seqüência de entrevistas com o Sr. Celso Maria de Mello Pupo, no qual estão trabalhando as alunas Cláudia Maria Rodrigues Signorelli e Denise de Souza Ribeiro.

Grupo de Estudos Afro-Brasileiros da UNICAMP

Criado em 03 de setembro de 1987, foi integrado ao CMU, dado sobretudo a sua ampla interdisciplinaridade, sendo constituído por professores, pesquisadores, funcionários, alunos de graduação e pós-graduação e membros da comunidade negra de Campinas, movidos pela necessidade de imprimir um caráter permanente às reflexões e atividades suscitadas pela efeméride do Centenário da Lei Áurea para que não sejam incorporadas por noções meramente comemorativas.

O Grupo atribuiu-se como tarefa inicial fazer na Universidade um levantamento das atividades onde o negro constitui-se objeto de estudo e a partir daí fomentar e sediar pesquisas incentivando a participação de pessoas de notório saber e de pesquisadores não formais em trabalhos desenvolvidos conjuntamente com os pesquisadores e docentes da UNICAMP.

Também objetiva trazer o negro para atividades dentro da Universidade e também levar à comunidade propostas, idéias e resultados obtidos nos bancos acadêmicos, práticas consideradas fundamentais para a conscientização da necessidade de se alterar o processo em que o negro aparece somente na condição de objeto de pesquisa, para que venha transformar-se em agente ativo no espaço acadêmico.

SETOR DE PUBLICAÇÕES

O Setor de Publicações do Centro de Memória, destinado à divulgação da produção científica, literária e artística que promovemos ou estimulamos tem a *Coleção Tempo & Memória*, e as coleções *Campiniana* e *Seminários* (esta sob a responsabilidade do Núcleo de Estudos Regionais).

Coleção Seminários

Publicado

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986 (obra selecionada pelo CMU).

Coleção Tempo & Memória

Publicado

IANNI, Octávio. *Uma cidade antiga*.

Próximos Lançamentos

PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas: eventos e personalidades*.

MORAES, Plínio Guimarães. *Condições de funcionamento do "Bloco Regional cafeeiro paulista"*, 1889-1919.

Série Campiniana

Publicado

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações Raciais: Negros em Campinas (1888-1921)*.

Próximos Lançamentos

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro e NOVAES, José Nogueira. *A Febre Amarela em Campinas 1889-1900*.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. *Ideário Republicano e a Educação*. (O Colégio "Culto à Ciência" de Campinas 1889/1892).

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *Cultura e Sociedade. Campinas (1871-1887)*.